

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANDREIA FERREIRA LIMA

**OS FATORES DE SOCIALIZAÇÃO NA APROPRIAÇÃO DOS
ESPAÇOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS: uma abordagem
das relações de apego e desapego ao lugar**

Montes Claros – MG

Março de 2020

Andreia Ferreira Lima

**OS FATORES DE SOCIALIZAÇÃO NA APROPRIAÇÃO DOS
ESPAÇOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS: uma abordagem
das relações de apego e desapego ao lugar**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Orientadora: Prof.^a Dra. Anete Marília Pereira

Montes Claros – MG

Março de 2020

ANDREIA FERREIRA LIMA

**OS FATORES DE SOCIALIZAÇÃO NA APROPRIAÇÃO DOS
ESPAÇOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS: uma abordagem
das relações de apego e desapego ao lugar**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Orientadora: Prof.^a Dra. ANETE MARÍLIA PEREIRA

MEMBROS DA BANCA:

Prof.^a Dra. Anete Marília Pereira

Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado

Dr. Wagner Barbosa Batella - UFJF

Montes Claros – MG

Março de 2020

L732f Lima, Andreia Ferreira.
Os fatores de socialização na apropriação dos espaços em conjuntos habitacionais [manuscrito] : uma abordagem das relações de apego e desapego ao lugar / Andreia Ferreira Lima. – Montes Claros, 2020.
131 f. : il.

Bibliografia: f. 121-127.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -

Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS,
2020.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

1. Sociabilidade. 2. Conjuntos habitacionais. 3. Vínculos sociais. 4. Rupturas. 5. Capital social. I. Pereira, Anete Marília. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Uma abordagem das relações de apego e desapego ao lugar.

AGRADECIMENTOS

A caminhada acadêmica nem sempre são flores, é um “rasgar-se” e “remendar-se” constantemente e ao final temos a certeza de que jamais seremos os mesmos. Quantas lutas, quanta experiência, quantas renúncias e quanto aprendizado. Tudo isso foi para mim uma experiência sem precedentes. E o que fica é só a gratidão por compreendermos que apesar dos espinhos, e por eles mesmos é que nos moldamos e nos tornamos mais fortes e corajosos. Em primeiro lugar, agradeço imensamente a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Anete Marília Pereira por ter me conduzido com tanto empenho, disciplina e sentido prático das coisas, equilibrando doçura e rigor. Pela minuciosidade nas correções, pela disponibilidade aos sábados e domingos e principalmente, pela generosidade com que abraçaste as minhas elucubrações, me direcionando e permitindo dirigir-me para aquilo que o meu coração desejava pesquisar.

À minha pétala de ferro, minha mãe que com seu intermitente cuidado sempre me alimentando a alma e o corpo com carinhos, chás, biscoitos, bolos...

Aos meus amigos, aqueles que em meio a incontáveis ausências a que a academia exigia, sempre compreenderam e mesmo na distância, faziam-se presentes com seu apoio, votos de perseverança e amizade incondicional. Amo vocês!

Ao meu amigo e mestre Dr. Fabiano pelo sopro de vida, pela senda de luz em mim despertada.

Aos professores Dr. Antônio Dimas Cardoso e Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado que com tanta sabedoria e gentileza contribuíram de modo especial para a evolução do meu trabalho na banca de qualificação.

Às professoras Andrea Maria Narciso Rocha de Paula, Ana Paula Glinfskoi Thé e Felisa Cançado Anaya que me apresentaram um mundo de conhecimento tão rico e tão forte nas aulas de Metodologia de Pesquisa Qualitativa. Foi fundamental para minha pesquisa.

E a todos os meus colegas que juntos vivenciamos momentos maravilhosos de estudo, de escrita, de encontros, de diálogos, outros momentos nem tanto: de anseios, dúvidas e tensão no decorrer dessa jornada.

Mas por tudo isso, só resta um sentimento: a minha imensa gratidão!

Lá estava a cidade. Suas possibilidades
aterrorizavam. Mas nunca esta as
revelou! Clarice Lispector, A cidade
sitiada, 1971.

RESUMO

O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida tem alcançado significativa parcela da população de baixa renda, contribuindo para que milhões de pessoas conquistem o sonho da casa própria. Entretanto, a ação do capital engendrada ao longo da execução do programa faz com que importantes prerrogativas das políticas habitacionais não sejam cumpridas, desencadeando assim uma série de problemas que culminam em distanciamentos, quebra de vínculos sociais, dificuldade na formação de novos vínculos e perda de capital social. Assim, essa pesquisa analisa as relações de convivência e a construção de vínculos no Conjunto Habitacional Nova Suíça. Para tanto, procedeu-se à investigação bibliográfica sobre o tema e um estudo empírico no Conjunto Habitacional Nova Suíça, na cidade de Montes Claros (MG), por meio da realização de entrevistas com moradores. O que se constatou foi que o Programa Minha Casa, Minha Vida se restringe a ofertar apenas a garantia da moradia enquanto elemento físico, mas no que concerne aos anseios sociais desses moradores como localização dos conjuntos em áreas urbanizadas, com equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais, elementos estes tão essenciais para a construção de laços sociais e formação de sociabilidade, o Conjunto Habitacional Nova Suíça não dispõe. A falta desses elementos acarreta problemas como o afastamento de vínculos sedimentados no antigo endereço, dificuldades para a formação de novos vínculos no novo local e, conseqüentemente, a dificuldade para a construção de capital social, elemento importante para o desenvolvimento social e econômico dessas famílias.

Palavras-chave: Sociabilidade, Conjuntos habitacionais, Vínculos Sociais, Rupturas, Capital social.

ABSTRACT

The Minha Casa, Minha Vida housing program has reached a significant portion of the low-income population, helping millions of people achieve the dream of home ownership. However, the action of capital engendered during the execution of the program means that important prerogatives of housing policies are not fulfilled, thus triggering a series of problems that culminate in distances, breaking social bonds, difficulty in forming new bonds and loss of share capital. Thus, this research analyzes the relations of coexistence and the construction of bonds in the Housing Complex Nova Switzerland. To this end, a bibliographic investigation on the topic and an empirical study were carried out at the Nova Suica Housing Complex, in the city of Montes Claros (MG), through interviews with residents. What was found was that the Minha Casa, Minha Vida Program is restricted to offering only the guarantee of housing as a physical element, but with regard to the social concerns of these residents, such as the location of the complexes in urbanized areas, with public facilities and commercial establishments, elements that are so essential for building social bonds and forming sociability, the New Switzerland Housing Complex does not have. The lack of these elements leads to problems such as the removal of bonds established in the old address, difficulties in the formation of new bonds in the new location and, consequently, the difficulty in building social capital, an important element for the social and economic development of these families.

Keywords: Sociability, Housing developments, Social Bonds, Breaks, Social capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Bairros que compõem o Grande Independência.....	72
Figura 02 - Comércio improvisados no Nova Suíça.....	74
Figura 03 - Espaço destinado a praça no Conjunto Nova Suíça.....	75
Figura 04 - Espaços de socialização.....	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do município de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.....	46
Mapa 02 – Expansão urbana em Montes Claros.....	52
Mapa 03 – Aproximação entre bairros periféricos e bairros de classe média alta.....	55
Mapa 04- Localização das ZEIS e dos residenciais de HIS no perímetro urbano de Montes Claros.....	62
Mapa 05 - Localização do Independência.....	68
Mapa 06 - Vazios urbanos em 2010 no Grande Independência.....	70
Mapa 07 – Local de origem dos moradores do Nova Suíça.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Local de origem dos moradores do Nova Suíça.....	78
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Transferência da União ao fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	33
Gráfico 02 - Evolução populacional de Montes Claros (1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010)	49
Gráfico 03 - Quando sua família veio para o Conjunto Habitacional Nova Suíça?	77
Gráfico 04 - Quantidade demoradores x quantidade de bairros.....	81
Gráfico 05 - Motivo de ir para o Nova Suíça.....	83
Gráfico 06 - Quantitativo de amizades no local de origem.....	85
Gráfico 07 - Como era morar no endereço anterior.....	87
Gráfico 08 - Dificuldades enfrentadas no Conjunto Habitacional Nova Suíça....	92
Gráfico 09 - Como a ausência dos parentes e amigos afetou.....	99
Gráfico 10 - O que gostam de fazer no dia-a-dia no Conjunto habitacional ...	101
Gráfico 11 - Moradores que conseguiram fazer amizade no Conjunto.....	108
Gráfico 12 – Para onde iria se pudesse se mudar daqui	113
Gráfico 13 – Porque não gostariam de se mudar do Conjunto	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Concentração de casas contratadas e entregues por faixa de renda nas duas primeiras fases do Programa Minha Casa, Minha Vida.....	34
Tabela 02 – Quantitativo de casas construídas e entregues em Montes Claros...	64

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação
CAIXA – Caixa Econmica Federal
CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CEPAL – Comissão Econmica para a América Latina
COHAB – Companhia de Habitação
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FCP – Fundação Casa Popular
FJP – Fundação João Pinheiro
HIS – Habitações de Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MBES – Ministério da Habitação e do Bem Estar Social
PDM - Polítics de Desenvolvimento do Milênio
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
SEAC – Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1: A urbanização no Contexto da Pós- Revolução Industrial.....	22
1.1. O valor da Terra.....	22
1.2. A Cidade e as Desigualdades Sociais.....	24
1.3 Políticas Públicas Habitacionais.....	28
1.4 Sociabilidade e Capital Social.....	37
Capítulo 2: As políticas públicas Habitacionais em Montes Claros.....	46
2.1 – O processo de urbanização na Cidade de Montes Claros.....	46
2.2 – O Programa Minha Casa, Minha Vida em Montes Claros.....	59
2.3 – A escolha e distribuição das famílias para os conjuntos habitacionais em Montes Claros.....	65
Capítulo 3 – A experiência do Conjunto Habitacional Nova Suíça em Montes Claros	68
3.1– Caracterizando o espaço.....	68
3.2 – As redes de sociabilidade no local de origem das famílias transferidas para o Conjunto Habitacional Nova Suíça.....	76
3.3 – As redes de sociabilidade no Conjunto Habitacional Nova Suíça.....	90
Considerações finais.....	117
Referências.....	121
Anexo I.....	128

INTRODUÇÃO

As dificuldades encontradas pela população de baixa renda para ter acesso a uma moradia digna e regular é um fator que representa a realidade de muitos municípios no Brasil. E em função dessa realidade, ao longo dos anos, o país foi se tornando alvo de ocupações ilegais e irregulares. Isso é constatado na quantidade de favelas e aglomerados que várias cidades possuem. Dados levantados pela fundação João Pinheiro demonstram que o déficit habitacional vem crescendo ao longo dos anos e que no ano de 2015 o Brasil apresentou uma carência de 6,355 milhões de domicílios. Desse total, a maior porcentagem do déficit de moradias concentra-se na região Sudeste, área mais populosa do país, sendo que “Minas Gerais é a segunda Unidade da Federação com maior déficit, tendo registrado, em 2015, 575 mil unidades” . (FJP, 2018, p.31).

A Constituição Brasileira de 1988 já dispunha, em seu texto, de um capítulo destinado à Política Urbana, especificamente os artigos 182 e 183. No que se refere ao direito à moradia, este foi incluído no art. 6º do texto constitucional, através da Emenda 26/2000. Mas foi só em 2001 que ocorreu a regulamentação do capítulo referente à Política Urbana, através da Lei 10.257/2001, chamada de Estatuto da Cidade, e foram estabelecidas diretrizes gerais da política urbana, no propósito de contribuir para a redução das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras. Nessa perspectiva, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, por meio da Lei nº 11.124 de 2005, que previa a participação popular na elaboração do Plano Nacional de Habitação. Todavia, essa prerrogativa não se concretizou e o que se verificou foi a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹, buscando atender à população mais carente e resolver tanto a questão das construções irregulares quanto na intenção de ofertar uma vida digna às pessoas de baixa renda.

O programa Minha Casa Minha Vida, idealizado e implantado pelo Governo Federal em 2009, surgiu com o objetivo de ofertar condições viáveis para que famílias de baixa renda consigam conquistar a casa própria. Para isso, a ideia é que o financiamento de moradias seja feito nas áreas urbanas, ficando mais perto de locais com prestação de serviços públicos essenciais, a fim de ter melhores condições de acessibilidade. O

¹ Este programa foi concebido também como uma alternativa para aquecer a economia e enfrentar a crise financeira mundial.

governo oferece subsídios para participar do programa e para isso, as famílias deverão estar enquadradas nas faixas de renda previstas. A faixa de renda mínima, a qual essa pesquisa teve como foco, é para aqueles que auferem até 1.600 reais, ou seja, a modalidade 1 de financiamento. Nessa faixa, a maior parte do subsídio é da União e a parcela paga pelo beneficiário é de 5% da renda mensal, com prestação mínima de R\$ 25,00.

É de conhecimento que as construções, mais especificamente as que são enquadradas na faixa 1, são habitações conjuntas, ou seja, são residências padronizadas e construídas em um mesmo terreno em larga escala. É basicamente a construção de um bairro de habitações sociais.

Dados do Ministério das Cidades registrou em 2016 cerca de 2,6 milhões de moradias construídas e entregues em todo o Brasil (BRASIL, 2016). Não se pode negar a importância desse avanço, milhões de pessoas conseguiram conquistar a tão sonhada casa própria. Contudo, paralelamente e a partir dessa conquista, foram surgindo outras contingências. As pesquisas demonstram que as habitações referentes à faixa 1 são construídas em áreas periféricas e na maioria das vezes bem distantes do local de origem da família. Soma-se a isso, a infraestrutura das casas e dos espaços públicos que muitas vezes não atendem às necessidades dos moradores.

Nesse contexto, muito se discute sobre as diversas problemáticas envolvidas nos deslocamentos que as famílias acabam enfrentando, quais sejam, a sua saída do bairro de origem, o que consubstancia na ruptura dos vínculos sociais já sedimentados nesse local anterior. E também, na nova moradia, a dificuldade para se deslocar tanto para as áreas mais centrais quanto para o bairro ao qual foi desvinculado é uma realidade, já que essas habitações sociais majoritariamente concentram-se em áreas bem afastadas do centro principal.

Essas ocorrências segregacionistas têm origem na influência que o capitalismo exerce em toda essa dinâmica, ou seja, do modo como a ordem do mercado acaba contribuindo na especulação territorial e condicionando as classes populares a habitarem lugares longínquos.

A sociedade moderna está tendencialmente engendrada de modo a pensar e agir a partir da lógica do mercado, da lógica do capital. Os interesses são canalizados para a quantificação e para a coisificação², ou seja, as instituições centram-se na quantidade de

²O termo coisificação é empregado por Zygmunt Bauman no livro “Vida Líquida” para referir-se a circunstância em que o ser humano é reduzido a um mero bem de consumo: “Na sociedade de

casas que poderá atender uma maior quantidade de pessoas, focam no que as pessoas precisam ter. O mercado converge para uma prioridade das coisas sobre a vida sem levar em conta como essas coisas se impõem frente ao ser, frente à humanidade.

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humano, a autonomia do homem como indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a idéia de homem. (HORKHEIMER, 2000, p. 9-10).

Assim, deve-se compreender que a urbanização não se resume a um evento puramente espacial, ao contrário, sua dinâmica conjuga relações espaciais e sociais, dois elementos interdependentes e que sofrem influência a partir do movimento de cada um. Para além das transformações físicas que a ação do capital promove no espaço, há que se preocupar também com a repercussão dessas transformações que invariavelmente eclodem no espaço das relações sociais. A saber, os vínculos sociais que vão sendo desconstruídos e reconstruídos entre os indivíduos à medida que são transferidos de uma localidade para outra.

O que se pode denominar de vínculo são os apegos afetivos que se dão entre a pessoa e o lugar³, podendo, em sua ruptura, provocar sofrimento pela separação e a dificuldade de construção de novos laços afetivos. Muitos convivem com a distância de demais familiares e de amigos, e do bairro onde viveram e cresceram, tendo que reconstruir laços de vizinhança, de solidariedade e de amizade. E é especificamente sobre esse aspecto a que estão sujeitos os moradores de conjuntos habitacionais que se propõe aqui a discutir.

Esta pesquisa torna-se relevante por estar centrada no pressuposto primordial de que todo ser humano tem direito a desfrutar de uma vida plena e para tanto, deve gozar

consumidores, ninguém pode ser sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas" (...) "A característica mais proeminente da sociedade de consumidores, ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta, é a transformação dos consumidores em mercadorias". (BAUMAN, 2007, p. 20)

³ O termo lugar aqui não está sendo utilizado como uma categoria de análise, mas sim como sinônimo de local.

do direito a proteção contra ações ou omissões dos governos que possam colocar em risco a dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva se insere o direito à moradia que, pelas transformações empreendidas pela ação do capital na sociedade, as relações de forças entre o mercado e as garantias sociais estão constantemente em atrito. Assim, torna-se fundamental compreender e interpretar os problemas que esses embates provocam na sociedade e como eles afetam os indivíduos e a vida social.

Ressalta-se ainda que, pela tamanha amplitude que o programa Minha Casa Minha Vida atinge no Brasil, faz-se necessário lançar um olhar crítico sobre a forma como esses empreendimentos tem sido pensados e executados, tanto no que diz respeito à localização das habitações quanto na infraestrutura para então compreender aspectos que vão além da mera produção de casas, ou seja, perceber como a segregação socioespacial pode repercutir e influenciar nas possibilidades de socialização dos moradores, interferindo nas condições de apego e desapego ao lugar.

Além disso, a transferência de mais de 400 famílias, advindas de localidades diversas da cidade de Montes Claros para o conjunto Habitacional Nova Suíça provocou transformações na região do grande Independência. A partir de então, toda a comunidade pôde perceber mudanças estruturais e relacionais no entorno. Vivências, fragilidades, embates e diversas situações que requeriam intervenção para pacificação de conflitos acabaram suscitando a construção de indagações sobre a sociabilidade e adaptabilidade na ocupação desse espaço que foi objeto desta pesquisa.

Por esse motivo, essa localidade consubstancia-se em um importante *locus* para análise da sociabilidade nas relações e para mensurar se esse deslocamento afetou ou afeta as relações de apego e desapego ao lugar.

Sabe-se que no processo de apropriação dos espaços, muitos fatores influenciam na dinâmica de adaptação ao ambiente. Dessa forma, a problematização dessa pesquisa pode ser expressa na seguinte indagação: como se dá a construção dos vínculos entre as famílias, as relações de apego e/ ou desapego frente a convivência nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida?

O ambiente da pesquisa é propriamente na cidade de Montes Claros, no conjunto habitacional Nova Suíça, por ser um conjunto com moradores classificados na faixa de renda 1 em que a maior parte pressupunha ter se transferido para o conjunto mais pela necessidade do que por opção ou escolha. Também, o conjunto habitacional Nova Suíça, implantado desde 2011, já dispõe de um recorte de tempo favorável para análise do que se propõe, ou seja, verificar se durante esse tempo ocorreu a construção de vínculos e

como esses laços ou a falta deles interferem na vida dos moradores. O objetivo geral centra-se em analisar as relações de convivência e a construção de vínculos nesses locais e como objetivos específicos pretende-se investigar a importância desses vínculos para a construção do capital social dessas comunidades; verificar se as políticas sociais de habitação consideram e contribuem para a formação desses vínculos e identificar quais dificuldades esses grupos sociais podem enfrentar na ausência da formação desses vínculos.

No que concerne à metodologia, essa pesquisa classifica-se como qualitativa, pois buscou compreender os fenômenos através da coleta de dados narrativos, por meio de entrevista e ao mesmo tempo, pela observação dos fenômenos. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório uma vez que, para o objetivo proposto, necessitou-se de uma proximidade com a realidade do objeto de estudo.

Para essa análise, levou-se em consideração o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa sem que essa aproximação comprometa a análise e impossibilite a crítica, necessária para a correta compreensão do fenômeno estudado.

É importante salientar que, ainda que os passos metodológicos numa abordagem qualitativa não estejam prescritivamente propostos, o pesquisador não deve se considerar um sujeito isolado que se norteia apenas pela sua intuição: há que levar em conta o contato com a realidade pesquisada, associado aos pressupostos teóricos que sustentam seu projeto. Assim, ao fugir da rigidez o pesquisador não deverá perder o rigor em seu trabalho - regra primeira para a concretização de um projeto científico que possa vir a contribuir para um conhecimento na área (GOMES, 1990, p. 240).

Tal aproximação entre pesquisador e pesquisado se torna um ponto positivo já que aquele precisa de uma certa proximidade com o seu objeto de estudo para melhor compreensão da realidade.

Ora, aqui coube buscar o benefício do já conhecido, mas atentar-se para não ultrapassar a linha tênue que separa o conhecer do envolver, já que, por outro lado, é necessário também manter um distanciamento, num exercício de estranhar o que sempre nos pareceu comum (VELHO, 1978, p.45).

Inicialmente procedeu-se a investigação sistematizada da bibliografia existente sobre o tema, bem como documentos, leis, decretos pertinentes a elucidação da pesquisa. Posteriormente, foi feito o estudo de caso por meio da realização de entrevista, um roteiro prévio com vistas a uma formulação flexível das questões como consta no anexo I. Para realização da entrevista levou-se em consideração a distribuição espacial das casas no

Conjunto Habitacional Nova Suíça. E para que a pesquisa tivesse uma distribuição linear, a entrevista contemplou a totalidade das ruas do conjunto e em cada rua foi escolhido intercaladamente e em ziguezague dez residências, totalizando 98 (noventa e oito) casas, o que corresponde a uma média de 10% das casas.

A presente pesquisa contou com uma entrevista teste em que se aplicou um formulário de perguntas em três residências o que contribuiu para a averiguação da metodologia empregada bem como uma reanálise e adequação das questões propostas.

A pesquisa de campo oficial ocorreu nos dias 18, 19, 20, 27, 29, 30 e 31 de setembro e 01, 02, 03, 04, 05, 06 de outubro de 2019. As datas incluíram finais de semana pela maior facilidade de encontrar os moradores nas residências. Para as entrevistas, foram selecionados os moradores que receberam a casa pelo sorteio e que residem no bairro até hoje. E dentre os moradores de cada residência, optou-se preferencialmente para responder às perguntas aquele que tinha maior lembrança de sua vivência no local de origem, sendo na maioria dos casos os arrimos de família.

A pesquisa contemplou todos os logradouros que ao todo somam dez ruas: Alemanha, Inglaterra, Europa, Itália, França, Espanha, Bélgica, Portugal, Groelândia e Alameda A, sendo entrevistados em média 10 moradores por rua. Apenas na rua Europa é que foram entrevistados 8 moradores por conter uma quantidade menor de casas, já que a rua se limita até o início do espaço destinado à construção da praça. Essa divisão teve o intuito de distribuir de forma mais homogênea possível as entrevistas para se obter uma descrição mais clara da realidade.

De forma complementar e concomitante à realização da entrevista, foi feita a observação dos espaços em que estão inseridos os entrevistados, casas, praças, vizinhança, escolas, etc., bem como a relação entre os indivíduos e suas dinâmicas de convívio. A entrevista conjugada a observação do ambiente e das pessoas é capaz de oferecer maior sustentabilidade à investigação. Isso porque como atesta Brandão (2007, p. 15) “uma coisa é o que as pessoas dizem a respeito de um fato, outra coisa é aquilo que o pesquisador vê acontecendo”. Então esses dois mecanismos podem esclarecer dúvidas que surgem no entremeio entre o dito e o não dito complementando uma a outra no decorrer da pesquisa.

A entrevista realizada em campo, conforme consta no Anexo I, compôs-se de duas etapas de investigação. Na primeira, as perguntas de 1 a 8 dirigiram-se para a compreensão da sociabilidade no antigo endereço do morador e as perguntas de 9 a 17 voltaram-se para a compreensão da sociabilidade no novo local de moradia, o Conjunto

Habitacional Nova Suíça.

A formulação das perguntas que foram direcionadas aos participantes durante a entrevista foi estruturada de modo a alicerçar vinculação direta e/ou indireta com os objetivos da pesquisa e também, buscar estabelecer uma relação com os pressupostos teóricos previamente sistematizados. Essa pretensão não eximiu as possibilidades diversas e complementares que foram surgindo no decorrer da pesquisa. Há um direcionamento, mesmo que não totalmente estabelecido para o que se almeja obter na entrevista ao mesmo tempo em que se deve garantir que o roteiro esteja em consonância com a realidade dos sujeitos entrevistados. (QUEIROZ, 1987, p.5)

Nesse sentido, após terem sido coletadas as informações nas entrevistas, as mesmas foram analisadas e sistematizadas, tanto através de análise qualitativa quanto por meio de tabulação quantitativa. Tais dados foram relacionados ao conteúdo, extraindo o que se planejou para os objetivos da pesquisa.

Durante as entrevistas, as respostas foram sendo transcritas para o roteiro de perguntas impresso e, posteriormente, foram tabulados os dados referentes às respostas de cunho quantitativo e categorizadas as respostas concernentes aos dados qualitativos. Dentre as diversas visitas ao Conjunto Habitacional Nova Suíça, também foram feitas anotações no diário de campo que resultaram em dados importantes agregados a pesquisa.

As entrevistas subsidiaram a análise da sociabilidade presente tanto no Conjunto Habitacional Nova Suíça quanto no endereço de origem das famílias, tendo como foco de investigação os vínculos estabelecidos no lugar, bem como o sentimento de pertencimento manifestado em relação aos dois locais de moradia. As perguntas foram direcionadas a averiguar quais elementos facilitam e quais tornam-se empecilhos para o desenvolvimento da sociabilidade. E ainda, perceber como as interações ou a falta delas interferem na construção da sociabilidade e no fomento do capital social dos moradores do Conjunto Habitacional Nova Suíça.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro trata do período pós-Revolução Industrial e as transformações que desencadearam mudanças estruturais no espaço urbano. Para tanto, a abordagem inicia com uma breve explanação sobre a conversão do valor da terra em mercadoria e o abarrotamento das cidades. Vinculado a isto, discute-se as desigualdades geradas pelas transformações sociais e econômicas. Em seguida, trata-se das políticas públicas e suas implicações no cenário habitacional no Brasil, reportando às principais legislações que regulamentam o sistema habitacional, de modo a contribuir para a compreensão da realidade atual das condições

de moradia. E por fim, traz para a discussão a importância do espaço da moradia enquanto espaço de sociabilidade, de construção de vínculos, e a sua relação com a construção do capital social. Os principais autores utilizados foram Polanyi (2000), Lefebvre (2001), Weber (1974), Bonduki (1998) Magnani (2002), Simmel (1967), Castel (1994), Putnam (2006), Coleman (1988). Também as instruções e normas legais na Constituição Federal (1988) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Já no capítulo 2, foi feita uma contextualização do processo de urbanização e das políticas públicas habitacionais no município de Montes Claros. Primeiramente, explanou-se sobre como o desenvolvimento urbano se deu na cidade, quais as suas implicações no espaço urbano e na vida da população e a partir de que momento se deu o processo de implantação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha. Em seguida, foram analisadas as legislações e as características estabelecidas no Programa Minha Casa, Minha Vida para acesso aos conjuntos habitacionais, enfatizando a proporção de casas construídas entre as faixas 1, 2 e 3, e os critérios de distribuição e alocação das casas para as famílias, além do perfil das famílias que por ele podem ser beneficiadas.

No terceiro capítulo, foram sistematizadas informações concernentes ao Conjunto Habitacional Nova Suíça. Objetivou-se investigar as sociabilidades presentes no bairro de origem desses moradores, bem como no endereço atual, o Conjunto Habitacional Nova Suíça, de maneira a perceber a formação de vínculos e a presença de capital social em ambos os locais. E para isso, foi observado o aspecto físico como a localização geográfica, quantitativo de residências; infraestrutura: praças, quadras, calçadas, arborização, bem como os movimentos sociais relacionais, sejam entre parentes e/ou na vizinhança, grupos locais como associações e igrejas. Foi então que, a partir desses dados e do resultado da entrevista chegou-se a uma compreensão das interferências e particularidades desses moradores no que diz respeito aos vínculos construídos, sentimento de pertencimento ao lugar e capital social empenhado.

Sabe-se que os moradores dos conjuntos habitacionais nem sempre são provenientes do mesmo lugar, ocorre de muitos virem de localidades diversas. Essa circunstância é propícia a que a convivência nos espaços seja permeada de uma maior diversidade cultural cabendo então sistematizar como essa peculiaridade influencia para que as relações sejam ou não estabelecidas nos espaços compartilhados.

Capítulo 1 – A Urbanização no Contexto da Pós-Revolução Industrial

1.1- O valor da terra

O advento da Revolução Industrial provocou alterações profundas nos modos de organização da sociedade. Iniciando pela Europa e posteriormente avançando para o restante do mundo, as transformações que se deram nos meios de produção e no regime de trabalho influenciaram diretamente na maneira como o espaço ia sendo rearranjado tanto no seu aspecto físico, quanto nas relações de forças entre os grupos. Passando de uma estrutura agrária com mercadores e compradores comercializando os produtos da terra, a inserção de máquinas e a construção de unidades fabris foram fatores essenciais para darem origem a grande economia de mercado. Mas o êxito no estabelecimento dessa economia de mercado foi logrado a partir da transformação do trabalho e da terra em mercadoria (POLANYI, 2000, p. 77). Desde então, todas as negociações sociais foram se convertendo em negociações monetárias. As ações até então motivadas apenas para a subsistência, passam a ser substituídas pela motivação do lucro (POLANYI, 2000, p.60). O referido autor acrescenta que em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia (2000, p. 77).

No que concerne ao uso da terra, esta, até então, fora concebida enquanto um bem natural, como demonstra Karl Polanyi: o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem (POLANYI, 2000, p. 93). Mas a partir das transformações engendradas pela Revolução Industrial, ocorre uma modificação do seu valor, retirando o seu caráter enquanto meio de produção, espaço de vivência e socialização e tornando-a uma mercadoria com grande prestígio social. Assim, não somente bens e serviços nessa nova economia de mercado passam a ter valor de troca, mas também aqueles bens que até então faziam sentido enquanto um bem natural inerente aos seres humanos.

Cabe ressaltar que não há como falar da transformação do valor da terra sem relacioná-la com a transformação da mão de obra enquanto mercadoria, porque, sendo desvinculados do fruto do seu trabalho, aqueles grupos menos favorecidos veem-se isolados daquilo que era seu meio de produção e ao mesmo tempo, do espaço de vivência social. E não tendo a terra como meio de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para a sua sobrevivência.

Nessa nova configuração, a disputa pelo espaço ou pela terra torna-se um palco em que forças e interesses atuam constantemente, definindo as áreas de maior ou menor

valor para o mercado, dando origem a um jogo de especulação que se reinventa constantemente e assim, o valor da terra ditado pelo mercado como valor de troca sobrepõe-se ao valor que antes era definido pela sociedade como valor de uso. Essa nova lógica foi evidenciada por Polanyi (2000) ao dizer que o mercado que antes estava imerso na sociedade, que o regulava, passou a ser seu regulador.

[...] trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados como se tivessem sido produzidos para a venda. Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho). E, no entanto, nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta. Com a compra e venda livre do trabalho e da terra, o mecanismo do mercado tornava-se aplicável a estes. Havia agora oferta e procura de trabalho; havia oferta e procura de terra. Havia, por conseguinte um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. Ao trabalho e à terra foram agora atribuídos mercados próprios, tal como acontecia com as mercadorias que eram produzidas por seu intermédio. O verdadeiro alcance de um tal passo pode ser entendido se nos lembrarmos que trabalho é apenas um outro nome para o homem e terra para a natureza. (POLANYI, 1977, p. 9)

À medida que a revolução urbano-industrial se expandia, também as cidades se desenvolviam freneticamente, reunindo elementos que as caracterizavam como o “espaço urbano” definido por Lefebvre (2001). Um dos elementos da “grande transformação” que impulsionou o desenvolvimento das cidades residiu no fato de que, se a evolução tecnológica inovasse em maquinarias que substituíssem a mão de obra nos campos, a população rural, não tendo mais condições de trabalho no campo, acabava tendo que se transferir para os grandes centros urbanos à procura de colocação no mercado de trabalho.

Então, o processo de urbanização apresenta uma relação intrínseca com o êxodo rural já que um dos principais motivos desse processo se deveu à modernização das técnicas agrícolas, provocando a substituição da mão de obra rural pelas máquinas.

Esse processo foi bastante intenso desde a Revolução Industrial, fazendo com que uma grande parcela da população rural se deslocasse para as cidades em busca de melhores condições de vida, provocando um adensamento urbano e aumentando consideravelmente o déficit habitacional.

Como resultado, as cidades lograram uma massiva quantidade de pessoas ocupando locais inadequados para moradia. São cortiços, favelas, bairros marginalizados,

periferias sem a infraestrutura adequada e que oferecem riscos para as pessoas que neles vivem. A vida na cidade se transforma em um palco de conflitos entre a produção econômica e a vida social, estabelecendo um embate entre os costumes historicamente enraizados e a nova vida econômica como bem retrata Lefebvre,

Existe, portanto uma certa descontinuidade entre a indústria nascente e suas condições históricas. Não são nem as mesmas coisas, nem os mesmos homens. A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do "mundo da mercadoria" que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca, bem estudada pelos historiadores, salvo talvez no que diz respeito à Cidade e ao "sistema urbano". (LEFEVBRE, 2001, p 14)

E assim, “na base econômica do "tecido urbano" aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e "cultural"” (LEFEVBRE, 2001, p 15) que se consubstanciam na reprodução, consolidação e agravamento das desigualdades sociais, realidade que será abordada no próximo tópico, demonstrando a luta da população excluída pelo direito a uma cidade que não seja apenas um palco mercadológico, uma grande vitrine acessível apenas aos que podem consumir, mas uma cidade digna para toda a sociedade.

1.2- A cidade e as desigualdades sociais

Os jogos de interesse que são estabelecidos a partir da ordem do mercado econômico sobre o domínio da terra reverberam em uma disputa pelo espaço. Isto se consubstancia na construção de valor que as áreas vão adquirindo. Algumas acabam ganhando mais destaque devido as suas formas naturais e sua localização geográfica, outras áreas, por esses mesmos motivos, são depreciadas e relegadas ao abandono. Do mesmo modo, o corpo social vai se organizando e se encaixando, conforme as condições sociais de cada grupo. As leis mercadológicas têm então essa capacidade de distribuir e remanejar a população a partir dos seus interesses capitalistas, segregando o espaço e a sociedade e interferindo nas relações de convivência e de sociabilidade que, por vezes, se faz e se desfaz em atendimento ao interesse do capital, mas podendo estar em desajuste com os interesses da massa manipulável.

Nessa perspectiva, não é possível pensar a sociedade e nem suas intempéries sem

que se compreenda a sua estrutura social, qual seja, a posição a que os indivíduos e/ou grupos estão inseridos no sistema social. Tal estrutura representa o lugar social pelo qual os grupos sociais são reconhecidos. Dito de outro modo, é o status social adquirido dentro do sistema relacional.

Essa organização se estrutura a partir de diversos fatores sejam eles sociais, culturais, econômicos, políticos, étnicos, religiosos, dentre outros. É a partir desses elementos que ocorre o processo de estratificação social, ou seja, os indivíduos ou são rebaixados ou são elevados à medida que os valores sociais e culturais construídos para um dado grupo são definidos historicamente.

Numa escala maior, a estrutura social é regida pelo sistema econômico que divide a sociedade em estrutura de classes que são basicamente os ricos e os pobres. São na verdade, como demonstra Max Weber (1974, p.212) “qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classes”. Para esse autor, a constituição de classe representa uma estratificação social que se dá a partir da apreensão pela sociedade dos valores sociais de riqueza, prestígio, educação, etc. Estratificação esta, própria do sistema capitalista vigente em que os desafortunados que vivem em estado de pobreza têm a sua identidade diminuída, por não terem a capacidade de desempenharem o papel de consumidores dentro das leis mercadológicas do estado. Como as leis do mercado se baseiam nas relações de produção e aquisição de bens, aqueles de que dele fazem parte serão estratificados conforme a sua capacidade de produzir e de adquirir os serviços do mercado. Desse modo, são os interesses econômicos que vão definir a divisão de classes (WEBER, 1974, p.214).

[...] a forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma com a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela. (WEBER, 1974, p.212)

Mas como essa estrutura social se irrompe? À medida que a motivação pela busca do capital se fez presente na sociedade, as concepções culturais sedimentadas dão ênfase à competição excessiva entre os grupos e, conseqüentemente, provoca a sua divisão.

Essa divisão em termos econômicos se expressa na sociedade nas condições que

cada um tem de adquirir instrução, saúde e também moradia. Esse último, um dos focos dessa discussão, se personifica nos modos de habitar. Isto é constatado quando se percebe que há indivíduos que vivem em locais permeados de absoluta miséria e outros em casas luxuosas.

Assim, os modos de morar são aspectos chave para a definição, quer do lugar da pessoa na sociedade, quer da sua identidade social, para si e para os outros e também para a definição das formações de vínculos capazes de fomentar a sociabilidade necessária à construção do capital social dentro de cada grupo. Basta olhar para os domicílios e as estruturas em seu entorno que facilmente identificam-se os sinais físicos de quem é, e de quem não é abandonado. De um lado, territórios isolados e degradantes e de outro, territórios acessíveis e reconfortantes.

A habitação se incorpora então como um elemento definidor de classe social, pois as moradias, os locais em que elas se encontram são determinantes para conferir status ao indivíduo. E os grupos vulneráveis, não apenas sofrem pela sua inclusão em habitações precárias, mas se veem limitados ao exercício mínimo do “direito à cidade⁴” que é uma compreensão humana conjugada e materializada para o papel dialógico do convívio comum entre as pessoas, elemento fundamental para a pluralidade do ambiente urbano ao contrário da construção segregacionista vigente.

Quando observado no âmbito físico, a disputa se dá na propriedade privada em si, quando a cidade-mercadoria produz, por meio do capital, a capacidade dos grupos viverem em moradias degradantes ou em residências luxuosas. Já quando observado no seu âmbito moral, a disputa tem a ver com os valores que são atribuídos a cada grupo, ou seja, a partir do aspecto físico, surge uma valoração simbólica de diferenciação entre as classes (ABREU, 2015, p. 844).

Nessa perspectiva, pode-se compreender o que Goffman (1981, p. 5) diz sobre o estabelecimento do estigma⁵ social. Para ele, a sociedade estabelece formas de categorizar

⁴O termo refere-se a utopia proposta no livro, de igual nomenclatura, escrito por Henri Lefebvre em 1968, que denuncia o fato de a excessiva busca por urbanização reverberar em um cunho imperialista no intuito de controlar o espaço urbano para fins comerciais. Os órgãos públicos e suas políticas urbanísticas estariam a serviço desse ideal capitalista em transformar a cidade de um bem público para um bem comercial.

⁵De conotação negativa, o termo “estigma” fora primeiramente alcunhado na antiguidade para designar as marcas de fogo ou de cortes impressas no corpo de escravos ou criminosos a fim de identificá-los. Já na contemporaneidade e no âmbito da sociologia, o estigma traduz “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1981, p.4). Tem a ver com a rotulação de grupos sociais frequentemente praticada por aqueles que se julgam culturalmente superiores, impondo um padrão que deprecia uns e enaltece outros. Essa prática social desencadeia a marginalização.

as pessoas a partir do ambiente social que ocupam. São preconceções que passam a se tornar exigências sociais: “há os membros da classe baixa que, de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe” (GOFFMAN, 1981, p. 123). E no âmbito da moradia, os defeitos hora atribuídos ao local são reverberados aos que nele moram.

A esse respeito, Kowarick (2000, p.54) exemplifica que a massa excluída que habita a periferia é comumente vista como sinônimo de insegurança, de perigo:

Essa discriminação e segregação é importante apenas por impulsionar a acumulação capitalista por uma espécie de mais-valia absoluta urbana. Essa concepção de ordem também é importante para fundamentar uma forma de controle social pela vistoria da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem, de tez morena ou escura, malvestido, de aparência subnutrida. De preferência não porta ou não tem carteira. (KOWARICK, 2000, p. 54)

Os sujeitos externos à comunidade que tem suas casas localizadas em lugares de prestígio firmam o discurso de que nas áreas periféricas “só tem gente que não presta”. Essa concepção se prolifera entre a sociedade, estigmatizando esses grupos e tornando-os ainda mais vulneráveis.

Essas diferenças de classes, materializadas na cidade e sem uma intervenção efetiva dos órgãos públicos, acaba por infringir na parcela da população considerada de baixa renda uma dupla violação de seus direitos quais sejam, a violação do direito à moradia juntamente com a violação do “direito à cidade”. Dito de outra forma, essa população, para além de sofrer com o déficit e precariedade das moradias, tem também a sua identidade diminuída e, portanto, privada das interações e decisões comunais que deveriam ser plurais.

Em todo esse cenário, as relações de forças envolvidas são relações de poder em que os detentores do capital são também os detentores da terra e colaboram no espaço urbano para imprimir as marcas do desenvolvimento, mas também as marcas da divisão social e das desigualdades sociais, dando origem a um sistema social em que uma classe dominante usufrui de espaços públicos privilegiados e a outra dominada contenta-se com espaços relegados à exclusão e à invisibilidade, como um corpo social indesejado arrastado para longe dos olhos dos “superiores”.

Nesse panorama desigual, permeado por grande contingente populacional e os

transtornos advindos dele é que se inserem as ações das políticas e legislações urbanas e habitacionais, mecanismo necessário para dar conta da regulação e planejamento do espaço urbano no Brasil. Tais políticas são objeto de estudo de diversos autores que já se debruçaram e se debruçam sobre o tema com propósitos de trazer uma compreensão sobre a questão dos assentamentos construídos irregularmente, sobre a eficácia das políticas habitacionais, dentre outras temáticas. Mas propõe-se aqui compreender o percurso histórico das políticas habitacionais no Brasil para que se perceba a organização e o movimento que tais políticas podem imprimir sobre o espaço e conseqüentemente sobre os deslocamentos e desarticulações que esses grupos sujeitos às desigualdades sociais podem sofrer.

1.3 – Políticas Públicas habitacionais

A moradia é desde os primórdios uma necessidade básica imprescindível à humanidade. É o espaço que acolhe pessoas e que se denomina por “casa”. É o lugar do amparo, da proteção, com o fim de preservação da vida. Também é o lugar da coletivização, o espaço que reúne e aproxima as pessoas para a construção coletiva de laços e de vínculos.

Quando nos referimos aos termos casa, lar e habitação, tais nomenclaturas, no geral, são compreendidas como sinônimas, significando o lugar onde se pode abrigar. Mas em uma análise mais apurada, a “casa” nos remete à ideia de uma unidade física com paredes e tetos e que possui valor econômico para o mercado conforme a sua localização, a sua aparência e qualidade. Mas quando a casa é referida sob o termo “habitação”, este se compreende como uma definição ideológica e institucional voltada para o entendimento enquanto um direito social que os indivíduos possuem, um direito que garante o exercício da cidadania. O “lar”, por sua vez, é a vivência familiar permeada por um valor afetivo dentro da casa e no seu entorno, no contato com a vizinhança. É, portanto a soma da casa juntamente com as vivências humanas construídas em torno dela. O lar gravita, nesse sentido, entre o espaço público e o privado, conjugando ora indivíduos, dentro da casa, ora coletivos, no seu entorno. (SCHWEIZER; PIZZA JUNIOR, 1997, p. 61)

Assim, na aglomeração urbana, tomando como percepção uma gradação na divisão do espaço, têm-se o país, o estado, a cidade, o bairro e a casa que corresponde a menor unidade fundamental na constituição do todo. Esses espaços se conjugam e na sua dinâmica podem ser fatores capazes de formar e deformar a vida humana.

Ao longo dos tempos, a evolução humana proporcionou a sistematização e reconhecimento desse bem, o que contribuiu para avanços na regulamentação do direito à moradia. Ter um local para morar passa a ser compreendido não apenas como um teto que apenas oferece guarda contra as variações climáticas. Mas para além disso, em sua dimensão física, a casa deve ter um tamanho adequado, com os requisitos de segurança e salubridade. Também deve estar provida dos serviços de infraestrutura básicos como energia elétrica, água potável, sistema de esgoto, coleta de lixo, drenagem, asfalto e rede de telefonia e internet. O seu entorno deve oferecer equipamentos urbanos e comunitários como praças, postos de saúde, escolas e serviço de transporte público.

Com a declaração Universal dos Direitos Humanos⁶ em 1948, a moradia passa a representar uma necessidade básica do ser humano e um direito fundamental. Isso também significa dizer que, para além de oferecer guarda contra as variações climáticas, a casa deve ser um elemento que traga dignidade⁷ à pessoa humana.

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

É mister observar que o Brasil enquanto membro fundador da Organização das Nações Unidas e, por conseguinte, parceiro na Declaração Universal dos Direitos

⁶A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>

⁷O termo “dignidade” em termos legais refere-se à um princípio máximo do estado democrático e de direito e significa estar assegurado de qualquer ato que coloque o ser humano em condições degradantes e desumanas. A dignidade da pessoa humana, atestada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º, inciso III garante que as pessoas tenham condições existências mínimas para uma vida saudável.

Humanos, teve suas ações voltadas para as questões da moradia antes mesmo desse pacto mundial.

A primeira política pública direcionada a moradia que se tem notícia no Brasil é datada do ano de 1946. A Fundação Casa Popular (FCP) teve sua iniciativa proveniente de poucos recursos o que permitiu a sua execução em apenas alguns estados da federação. (BRASIL, 2004).

Após essa primeira experiência, surge em 1964, no auge da ditadura militar, o Banco Nacional de Habitação (BNH) momento em que os principais representantes sociais instrumentalizaram a política habitacional no país. Tal ação só foi possível a partir da coparticipação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que conseguiu injetar tanto o capital industrial como o capital bancário no âmbito da moradia (VILLAÇA, 1986). Essa parceria objetivava, principalmente, atender às demandas das construtoras que buscavam expandir seu mercado, e ao mesmo tempo, dar uma resposta à população que em função do êxodo rural, se aglomerava rapidamente nos grandes centros urbanos, demandando por moradia.

A construção dessa parceria gerou então as Companhias de Habitação (COHABs) em cada estado que, amparadas nas normas estabelecidas pela lei federal número 4.380, de 21 de agosto de 1964, viabilizaram uma grande expansão habitacional nos estados, ao potencializar a construção de unidades populares com recursos da união.

No entanto, a falta de controle sobre os recursos estratégicos provocou um desempenho ruim das COHABs quanto ao quantitativo esperado de casas populares. Além disso, o segundo objetivo que seria atender à população de baixa renda teve seu processo distorcido por aqueles que detinham certa influência política, de modo a favorecer na prática, apenas um pequeno grupo de privilegiados.

Das unidades financiadas com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, até dezembro de 1980, 65% destinaram-se às camadas de renda média e alta da população. Somente 35% das unidades financiadas destinaram-se formalmente às famílias com rendimentos mensais abaixo de cinco salários mínimos (faixa de abrangência legal das Cohabs). (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.100)

Por essas questões, em 1986, o Banco Nacional de Habitação foi extinto e os programas para habitação passaram a ser geridos pela Caixa Econômica Federal - CAIXA. Essas mudanças provocaram certa inércia na expansão habitacional e pela intercorrência da crise econômica e do gradual declínio do Regime Militar, a questão

habitacional passou por diversos ministérios em três anos, o que contribuiu mais ainda para o arrefecimento das ações propostas pela agenda política e governamental para os financiamentos.

Paralelamente a crise governamental do último militar João Figueiredo⁸, a Constituição Federal era elaborada e fora promulgada em 1988. Em seu texto, as políticas sociais foram dimensionadas como direitos sociais, mas no que tange ao direito à moradia, este fora apresentado de forma implícita quando estabelece em seu artigo 7º, inciso IV que o salário mínimo deveria ser suficiente para atender às necessidades primordiais dos trabalhadores rurais e urbanos incluindo-se aí o direito à moradia.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

V – Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Apenas em 14 de fevereiro de 2000 que o direito à moradia passa a ser reconhecido e figurar de forma clara na Constituição Federal de 1988, graças a inserção da Emenda Constitucional de nº 26 no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Com a inserção dessa Emenda, o Brasil regulamenta e ratifica um preceito já consagrado pelas diretrizes do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Acordo este em que os governos se comprometeram a tomar medidas contínuas para garantia e reconhecimento dos direitos humanos anunciados na declaração e do qual o Brasil é parte integrante.

Nos anos seguintes ao término do Regime Militar, a estrutura da política habitacional permaneceu regida pelo modelo estabelecido em 1964, o BNH, sem

⁸João Figueiredo foi o último governo a presidir o Regime Militar. Sua renúncia ocorreu após a grave crise econômica proveniente das altas taxas de juros internacionais, a inflação disparada e a crescente dívida externa.

mudanças significativas. O que se pode registrar no período que vai de 1986 a 2000 são alterações nas nomenclaturas dos órgãos governamentais (ministérios e secretarias) muito em decorrência das mudanças recorrentes nos governos. Cita-se, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente que passa a denominar Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente em 1987. No ano seguinte, esse mesmo ministério passa a ser o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social – MBES que é extinto em 1989 dando lugar a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária – SEAC. Essas alterações deram prosseguimento, provocando o enfraquecimento das ações concretas em prol da habitação.

Esse período nas políticas de habitação no Brasil demonstrou que mesmo o país tendo estabelecido a Constituição da República Federativa como lei suprema e fundamental, sendo preceito para todas as outras normas, e também, mesmo o Brasil reconhecendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos como parâmetro para suas ações políticas, tais precedentes não foram suficientes para reverter o desempenho letárgico porque passavam as atividades do campo da habitação e impulsionar uma política mais arrojada que desse conta de atender a demanda que crescia cada vez mais. Dados do censo demográfico do IBGE (2000) apontam que entre 1991 e 2000, a população habitante de favela cresceu 87%.

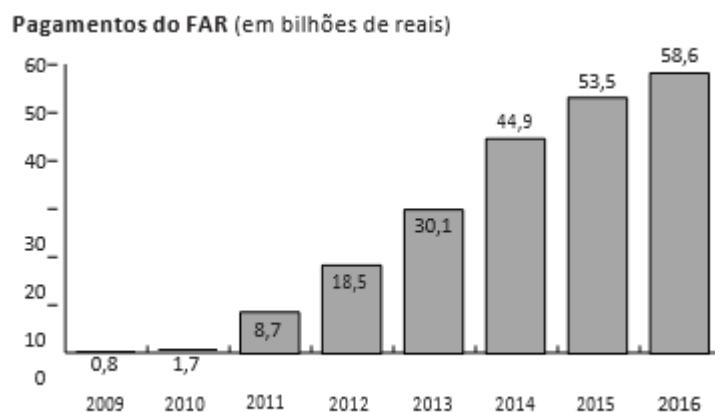
Foi somente a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades já no governo Lula, que os planos de habitação para o país ganharam um novo fôlego. Em virtude da instituição desse ministério, ocorre em 2004 a Conferência Nacional das Cidades em que as decisões tomadas garantem a criação dos Conselhos das Cidades consolidando assim a nova Política Nacional de Habitação. Vale destacar que esse planejamento mais acurado abriu espaço para que a classe média também pudesse se inserir no mercado privado da construção civil, benefício até então possível apenas para a classe alta. Assim, o objetivo principal dessa nova política centra-se em garantir à população, mas principalmente a de baixa renda, o direito à moradia digna como atesta a Secretaria Nacional de Habitação (BRASIL, 2004):

A elaboração e implementação da Política obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Assim, o período que compreende 2003 a 2011, regido pelo governo Lula, teve

como maior destaque o programa Minha Casa Minha Vida que até hoje figura como a principal política habitacional vigente. A proposta inicial da primeira fase do programa (2009 a 2011) era atingir a meta de um milhão de habitações populares que, em termos numéricos, foi alcançada (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014, p 19). Já na segunda fase do programa entre 2011 e 2015 do Governo Dilma Rousseff a estimativa era construir dois milhões de casas, meta que também foi atingida (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016). Vê-se, portanto, um aumento expressivo das dotações orçamentárias para a habitação em um período de oito anos. De 2009 até o final de 2016, já haviam sido transferidos R\$ 58,6 bilhões ao FAR (R\$ 75,1 bilhões a valores corrigidos pelo IPCA de agosto de 2017).

Gráfico 01: Transferência da União ao fundo de Arrendamento Residencial (FAR)



Fonte: Brasil (2017)

Entretanto, a despeito de todo investimento financeiro empregado para resolver o problema do déficit habitacional, há que se considerar algumas engrenagens atreladas ao programa que impedem que o objetivo principal seja efetivamente atingido.

Assim como ocorreu ao longo da história das ações habitacionais, também no programa Minha Casa Minha Vida, a iniciativa privada sempre atuou como protagonista na provisão de habitações, pois 97% do subsídio público foi destinado à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais (FIX; ARANTES, 2009). Com essa porcentagem favorável à iniciativa privada, as construções foram, em sua maioria, pensadas para o mercado, para trazer um retorno financeiro e por isso, o interesse sempre esteve voltado para as construções que podiam trazer um melhor retorno financeiro. Isso explica o fato de a maioria das casas construídas estarem concentradas na faixa de renda entre 3 a 10 salários mínimos que é a faixa destinada à

classe média, enquanto que a construção em menor quantidade se mantém na faixa de 0 a 3 salários mínimos, destinadas a classe baixa. Vê-se uma política habitacional em que prevalecem os interesses mercadológicos em detrimento do seu objetivo principal que é ofertar moradia a população de baixa renda.

Tabela 01 – Concentração de casas contratadas e entregues por faixa de renda nas duas primeiras fases do Programa Minha Casa, Minha Vida.

	Período de 2009 a 2011		Período de 2012 a 2014	
	Unidades Contratadas	Unidades Entregues	Unidades Contratadas	Unidades Entregues
Faixa 1				
(0 a 3 s.m.*)	587.051	122.295	122.467	554.568
Faixas 2 e 3				
(3 a 5 s.m.*)	897.032	540.417	1.148.883	904.597

*Salário mínimo.

Fonte: Adaptado a partir de dados do Congresso Nacional: Consultoria de orçamentos fiscalização e controle – SF

Pela influência e domínio do mercado compreende-se que, em termos quantitativos, as moradias construídas ainda não atingem a parcela da população que mais sofre com a falta de habitação. E em termos qualitativos, há que se considerar outros aspectos, também de igual importância, que não são implementados de forma satisfatória pelas políticas públicas habitacionais.

A inserção da Emenda Constitucional nº 26 de 2000 na Constituição Federal, regulamentando o direito à moradia, culminou no estabelecimento do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001). Este incluiu preceitos sobre planos e planejamento urbano, sobre gestão urbana e regulação, com o objetivo de levar as cidades a ordenarem o espaço urbano de maneira que as relações econômicas envolvendo a terra não prejudiquem a realização do direito à moradia. Nesse sentido, Pinheiro (2014)⁹ pensa a construção do plano diretor para as cidades orquestrado a partir de três eixos que para ela são básicos,

⁹Otilie Macedo Pinheiro é arquiteta com especialização em urbanismo pela Universidade de Paris. Atuou no programa Minha Casa, Minha Vida como diretora de Apoio à Gestão Municipal e Territorial do Ministério das Cidades onde coordenou a campanha nacional "Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos".

mas para essa discussão, será considerado apenas os dois primeiros eixos:

Inclusão territorial: que busca assegurar aos pobres o acesso a terra urbanizada e bem localizada, incluindo a segurança da posse da moradia. Justiça social: implica em uma distribuição mais justa dos custos e dos benefícios do desenvolvimento urbano. (PINHEIRO, 2014, p.88)

O primeiro eixo, inclusão territorial, abordado por Pinheiro, chama a atenção para o aspecto do “acesso à terra urbanizada” e “bem localizada”. Sabe-se que as políticas públicas até então implementadas para o acesso à moradia vão na contramão dessas provisões. As casas populares são construídas em regiões que oferecem pouco ou nada de infraestrutura. A “terra urbanizada”, com praças, escolas, hospitais, comércio não aparece na escala de prioridade para se decidir em qual terreno construir. As habitações sociais são construídas em localidades distantes e de difícil acesso. Os moradores acabam dependendo muito da sua renda e do seu tempo nos deslocamentos.

Esse distanciamento que tem como alegação a necessidade de organização do espaço traz à tona uma outra preocupação que vai além dos problemas relacionados ao direito à moradia. Trata-se do direito que esses moradores têm de acessar também os espaços públicos. Espaços esses cada vez mais consumidos pela ordem do capital e, portanto, cada vez mais restritos ao acesso e usufruto livre pelos indivíduos.

Essa nova percepção foi tema de discussões sobre o direito à cidade entre 2001 e 2005 no Fórum Social Mundial. Evento anual e de alcance internacional, trouxe em evidência, para além do direito à moradia, a preocupação com a pluralidade no convívio urbano. A partir de então, passa-se a compreender a cidade não apenas na sua dimensão física, mas também na sua dimensão moral¹⁰, como um espaço político em que a sociedade também precisa integrar e ter seu lugar para as discussões e decisões. Essa premissa foi evidenciada na Carta Mundial pelo Direito à Cidade pensada no 1º Fórum Social Mundial em 2001 e legitimada em 2005 a qual, dentre outras prerrogativas, estabelece que

O Direito à Cidade é definido como o usufruto equitativo das

¹⁰O que se compreende como dimensão moral do espaço é que a urbanidade traz também consigo uma carga representativa de regras tácitas aplicadas ao cotidiano das cidades e que vão orientar a conduta dos indivíduos. São regras morais que não podem ser tomadas apenas por uma parcela da cidade, mas deve ser concebida com e para o todo social, de modo construir a cidade como um espaço que ofereça justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

idades dentro dos princípios da sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos (BRASIL, 2005, p. 2).

Muito dessa discussão tem como principal referência a obra “Direito à Cidade” de Henry Lefebvre. Escrito há aproximadamente 50 anos, o livro representou uma visão pioneira sobre os dramas da cidade e a partir dele surgem movimentos sociais, debates nas academias reivindicando o “direito à cidade”.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001 p.134)

Na perspectiva de Lefebvre (2001, p. 25) os mecanismos de reprodução capitalista foram responsáveis por instalar uma periferia desurbanizada e ao mesmo tempo dependente da cidade. O indivíduo conquista o direito à moradia, mas passa a ser privado do direito à cidade já que esta convertera-se em objeto de consumo, graças ao "duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar" (LEFEBVRE, 2001, p. 20) se transformou em um valor de troca e perdeu seu valor de uso. Daí a necessidade de trazer para o debate a emancipação dos indivíduos no que diz respeito ao direito aos espaços públicos. Harvey, geógrafo e grande estudioso da teoria de Lefebvre também argumenta que:

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade. É, sobretudo, um direito coletivo, ao invés de individual, pois esta transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. O direito a fazer e refazer nossas cidades e nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, de nossos direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74)

O direito a “fazer e refazer a cidade” deve perpassar, sobretudo pela mudança no paradigma das políticas habitacionais do estado que estão voltadas para o atendimento

dos desejos do grande capital. E desse modo, a população perde cada vez mais o espaço da decisão, os espaços políticos, sendo empurrada da própria órbita da cidade e sucumbida à margem, subjugada ao efeito segregacionista que o mercado produz.

Lefebvre (2001, p. 86) vê a segregação social em três instâncias, a primeira ele denomina de segregação espontânea quando a mesma é proveniente das rendas e das ideologias, como a acumulação de capital e a lógica do consumo. A segunda segregação o autor chama de voluntária, quando o desenvolvimento promove a individualidade e a negação do convívio com os diferentes. Já a terceira forma de segregação é denominada programada, esta impõe-se sob o pretexto de arrumação e de plano para a cidade e se materializa na construção dos conjuntos habitacionais na periferia da cidade, em locais que dificultam o acesso aos espaços públicos, negando o direito à cidade.

Pensando nessa segregação programada, depara-se com uma questão que tampouco é provisionada ou pensada pelas autoridades públicas, mas que é de igual importância. Trata-se da quebra de vínculos ocasionadas na transferência das famílias para os conjuntos habitacionais.

Como a maioria dos conjuntos é construída em locais longínquos em função do interesse do lucro pelo capital, as famílias que são transferidas para esses conjuntos acabam passando por um processo de ruptura com os vínculos sociais já estabelecidos no seu local de origem. Essa ruptura pode tornar-se um elemento intensificador das condições de vulnerabilidade dessas famílias e, por conseguinte, uma realidade que ocasiona ainda mais a condição de segregação socioespacial a que estão sujeitos esses moradores.

Por esse viés, vê-se que o fator moradia e seus movimentos escapam de estar apenas na dimensão física a que os habitantes estão sujeitos, podendo afetar também a dimensão social, ou seja, a pluralidade no convívio e o “direito à cidade”, já que esse afastamento representa, na visão de Lefebvre (2001), a negação do espaço do encontro e da sociabilidade, construídos na convivência entre familiares e vizinhança. É sobre essa abordagem que o próximo tópico buscará elucidar.

1.4 – Sociabilidade e Capital Social

Diversas áreas de estudo, dentro da sua própria perspectiva, buscam analisar a cidade no intuito de compreender o movimento da vida urbana. Também de maneira característica e específica, o sociólogo intervém para imprimir seu olhar sobre o aspecto

das inter-relações existentes no espaço da cidade, enfatizando as características do espaço urbano como uma forma de associação humana.

Na visão sociológica, o espaço urbano com todas as suas nuances e diversidades constitui-se como o lugar da construção e reconstrução ininterruptos. E sendo um produto do qual a sociedade atua como agente transformador ao mesmo tempo em que é transformada acaba por abarcar diversas relações dinâmicas que podem ser agregadoras ou desagregadoras. A esse respeito, Lefebvre (2006, p 50) compreende que o espaço está imbricado à existência humana, já que estes estão vinculados ao meio em que vivem desde o nascimento: “o espaço (social) é um produto (social) ”.

Assim, as alterações que são implementadas no âmbito socioeconômico criam uma nova relação de hierarquia e os espaços físicos e o cotidiano local se veem modificados, alterando os fluxos, construindo e reconstruindo novas realidades na cotidianidade.

No entanto, essas mudanças empreendidas dificilmente ocorrem sem que haja conflitos ou prejuízos para uma das partes, gerando, portanto, os embates socioespaciais. Toda essa motricidade¹¹ urbana interfere diretamente nas relações que fomentam as interações humanas, o que comumente se chama de sociabilidade.

A sociabilidade é uma dimensão própria do ser humano em todas as culturas e se expressa na necessidade da convivência, de estar em comunidade. São as inter-relações cotidianas construídas entre os indivíduos que juntos interagem nas atividades do dia a dia, levando ao surgimento de novos fluxos, relações que passam à categoria de resíduos, remanescentes de estruturas socioeconômicas nas atividades do lazer, ou de outras práticas sociais, proporcionando identificação e comunhão.

Os estudos sobre sociabilidade não são recentes. Muitos teóricos já exploraram o tema estendendo-o e relacionando-o a sua área específica como a história, psicologia, sociologia, antropologia, dentre outras, a fim de compreender a interferência da sociabilidade nos fatos da vida social. Maurice Agulhon (1968), na década de 1970 associa o estudo da história ao tema da sociabilidade a partir de estudos de diferentes períodos da história antiga. Ele define a sociabilidade como a qualidade que os indivíduos possuem em ser sociáveis, é a condição que possibilita que os indivíduos se reúnam em grupos, seja de forma natural ou de maneira intencional e a partir daí estabeleçam relações de união ou até mesmo de confronto uns com os outros.

¹¹O termo está empregado no sentido conotativo da palavra, como forma de expressar com mais completude a força propulsora e o movimento a que o espaço urbano representa.

Com as transformações ocorridas no período pós-Revolução Industrial, vários autores sociólogos intensificam o estudo nessa área a fim de compreender as repercussões de tais mudanças nos modos de se relacionar da sociedade. Durkheim (1893) abordou a sociabilidade na sua categoria central de pesquisa que é o trabalho, apontando a relação de vínculo construída entre os indivíduos na especialização do trabalho gerado pela industrialização. Granovetter (1973) trata da sociabilidade concebendo-a como “redes sociais” que podem ser constituídas de laços fracos e fortes. Os laços fortes envolvem redes de relações interpessoais que precisam de tempo de conhecimento, investimento emocional, confidencialidade mútua e reciprocidade para se estabelecer o vínculo. (GRANOVETTER, 1973).

Também Anthony Giddens (1991) relaciona a sociabilidade às condições de espaço e tempo produzidas a partir da modernidade. Para ele, “as circunstâncias do lugar produziram diferentes contextos de confiança, a depender dos níveis de distanciamento tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p.22).

Com os estudos de Georg Simmel (1908) no âmbito da escola de Chicago, o estudo da sociabilidade (“sociação” por ele alcunhado) adquire contornos mais empíricos e específicos ganhando maior destaque. Sua abordagem foi crucial para o desenvolvimento da chamada microsociologia, estudo da natureza das relações sociais diretas entre os indivíduos. Na sua percepção, a sociedade representa muito mais do que os indivíduos. Ela é uma unidade objetiva expressa nas relações recíprocas entre os elementos humanos que a integram.

Socialização é a forma que se realiza de inúmeras maneiras diferentes, graças às quais os indivíduos, em virtudes de interesses - sensíveis ou ideias, momentâneos ou duráveis, conscientes ou inconscientes, agindo causalmente ou estimulados teleologicamente - se soldam em uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p.122).

Na definição de Castel (1994), essa rede de sociabilidade pode se manifestar em duas ordens a depender do grau de aproximação a que as interações do dia a dia estão sujeitas, podendo ser primárias ou secundárias. A sociabilidade primária, Castel (1994, p. 48) a define como um “sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança etc. que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”. Essa relação se forma em torno das pessoas mais próximas quais sejam os vínculos familiares, de amizade e de

vizinhança. Mas as relações humanas não estão restritas apenas ao contato local e familiar, daí a sociabilidade secundária, quando há o contato com os espaços de convívio externos à casa, sejam os bares, praças, parques, igrejas, associações.

Sobre essa dualidade do espaço da socialização, também Magnani (2002) corrobora essa perspectiva a partir de dados empíricos de um trabalho etnográfico:

Tomando como ponto de partida o espaço onde eram praticadas, foi possível distinguir um sistema de oposições cujos primeiros termos são “em casa” versus “fora de casa”. No primeiro deles, “em casa”, estavam aquelas formas de lazer associadas a ritos que celebram as mudanças significativas no ciclo vital e tinham como referência a família, ou seja, festas de batizado, aniversário, casamento etc. O segundo termo da oposição, “fora de casa”, subdividia-se, por sua vez, em “na vizinhança” e “fora da vizinhança”. O primeiro englobava locais de encontro e lazer – bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais e terreiros de candomblé ou umbanda, campos de futebol de várzea, o circo etc. – que se situavam nos limites da vizinhança. (MAGNANI, 2002, p. 21)

O autor define a sociabilidade “em casa” como sendo o espaço privado firmado nos laços familiares, e sociabilidade “fora de casa” como as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 2002, p. 21).

Aqui interessa compreender os laços ditos mais próximos, os primários porque são a partir deles que a sociabilidade, presente nos espaços de convívio, representa um elemento unificador e fortalecedor de uma dada comunidade. É por meio desse convívio mais privado que se dá o encontro mais terno com o outro, construindo uma fonte de segurança em torno dos familiares e da vizinhança.

Como bem descreve Wellman (2001, p.7), esses laços construídos em um dado grupo, em função do contato que é mais frequente, acabam por proporcionar o fortalecimento dos vínculos. E até mesmo nas situações de conflito, os fluxos de informação gerados são essenciais na construção da sociabilidade, proporcionando um sistema de troca que favorece a dependência e a cooperação.

Vê-se, portanto, a importância que essa construção social de vínculos desempenha na vida daqueles que se inter-relacionam, já que funciona como um mecanismo de apoio moral, estimulando a confiança em si e ao mesmo tempo em seus semelhantes e sendo capaz de fortalecer e estimular o capital social de um dado grupo.

Mas o que vem a ser esse capital social? A principal referência teórica na literatura hoje sobre o capital social vem do sociólogo Robert Putnam. Na sua concepção, o capital

social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos (PUTNAM, 2006, p. 177).

Putnam diz ainda que,

(...) quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos (...). A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. (PUTNAM, 2006, p. 180)

Os principais elementos do capital social citados pelo autor a “organização social”, a “cooperação”, a “confiança” são ações que se constroem nas relações de proximidade no espaço geográfico e social, e que permitem maiores trocas materiais e simbólicas contribuindo para o retorno em benefícios para o grupo como um todo.

Não se pode deixar de mencionar que é a moradia o lugar central de onde as relações se congregam. É a partir desse ponto central a base em que vão se construindo essas redes de sociabilidade e de apego a um dado local. A partir desse centro, as redes vão se ramificando para os pontos mais próximos do espaço geográfico, a vizinhança. São, portanto, importantes fatores que conduzem à comunhão social, ao fortalecimento de vínculos e, conseqüentemente, à propensão ao capital social como atesta Park (1967, p. 30),

A vizinhança. — Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina. Interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no Governo, a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local.

O capital social está, nesse sentido, intimamente relacionado à sociabilidade de um dado grupo, pois a partir dos laços sociais mais sólidos, estabelece-se a confiança entre as partes, produzindo um valor coletivo, valor esse que resulta em benefícios tanto para o indivíduo quanto para a coletividade, eis então o capital social.

O capital social é assim construído a partir dos laços de confiança e, por conseguinte, a confiança é alcançada quando há conhecimento mútuo entre os membros, estabelecendo o espírito de cooperação social.

Além de Putnam (2006), Coleman (1988) também apresentou uma análise sistematizada sobre o tema. Para ele, o capital social constitui as expectativas de reciprocidade e normas impostas pelo grupo como a confiança que por vezes pode se consubstanciar em uma forma mais apurada como o “zelo” no qual é possível que as comunidades permitam, por exemplo, que seus filhos brinquem na rua sem preocupações, que se caminhe livremente na rua de um bairro à noite e que idosos saiam de casa sem temerem pela sua segurança.

Capital social é definido por suas funções. Ele não é uma simples entidade, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todos eles consistem em aspectos da estrutura social e eles facilitam certas ações dos atores dentro dessa estrutura, quer sejam atores pessoas ou atores corporativos. Como outras formas de capital, capital social é produtivo, fazendo possível a consecução de certos fins sem os quais na ausência dele não seriam possíveis. Diferente do capital físico e do capital humano, o capital social não é completamente substituível, podendo ser específico de algumas atividades. Uma dada forma de capital social que está disponível para facilitar algumas ações pode ser inútil ou prejudicial para outras (COLEMAN, 1988, p.98)

Nesse sentido, as relações de confiança estabelecidas em um determinado grupo favorecem práticas e acordos que contribuem mutuamente nas relações do dia a dia e ao deixar esse grupo, como no caso de famílias que são transferidas de seu habitat para os conjuntos habitacionais, os laços antes estabelecidos tendem a ser destruídos, privando assim as famílias de uma importante fonte de capital social e submetendo-as a localidades em que há a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade da reconstrução do mesmo. Então, é possível depreender que o capital social construído e se preservado representa uma importante ferramenta para a redução das desigualdades sociais.

A comunidade com um capital social ajustado cria mecanismos que podem reduzir a dependência frente ao poder econômico. As associações se bem organizadas e fincadas em laços fortes são capazes de juntas construírem aportes que lhes tornem independentes do capital econômico, dos produtos e serviços que o mercado oferece.

Nessa vertente, Arturo Escobar (2005), ao tratar das consequências que o desenvolvimento econômico imprime no “lugar” como a perda de território, dos saberes e da identidade local, trazendo prejuízos para o meio ambiente, sai em defesa do reconhecimento do lugar como uma possibilidade de emancipação frente às formas de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o não envolvimento, o distanciar-se das raízes muitas vezes imposto pelas práticas desenvolvimentistas acarretam prejuízos na

comunhão que as comunidades locais possuem. Essa percepção se faz importante aqui na medida em que os vínculos sociais fortalecidos se dão também na comunhão local, no compartilhamento dos interesses. A defesa do lugar para Escobar (2005) deve se dar a partir da construção de práticas econômicas baseadas no lugar como forma de construção de uma economia alternativa, uma forma alternativa de organização social frente ao mercado econômico. “O saber local, inclusive, muitas vezes dialoga com o saber dominante em um processo que culmina com a hibridização dos saberes para construir suas formas de resistência” (ESCOBAR, 1995)

É também nesse sentido que a sociabilidade e sua fixidez se apresentam como uma forma de fortalecimento do capital social dessas comunidades locais e como elemento gerador de modos alternativos de desenvolvimento e redução de desigualdades sociais.

É fato que com o advento da modernidade, a sociedade tem suas relações tendencialmente voltadas para o individualismo e isso acaba enfraquecendo a formação de associações. Os interesses em comum arrefeceram-se e muitos indivíduos não se sentem mais inseridos em um todo coletivo. Há uma expansiva autonomia do homem em relação a vida social. Conforme Park (1967, p. 61), o transporte e a comunicação foram responsáveis por empreender mudanças “silenciosas” e “penetrantes” que o autor chama de “mobilização do homem Individual”, ou seja:

Multiplicaram as oportunidades do homem individual quanto ao contato e associação com seus semelhantes, mas tornaram esses contatos e associações mais transitórios e menos estáveis. Uma parcela bem grande das populações das cidades grandes, inclusive as que constituem seu lar em casas de cômodo ou apartamentos, vivem em boa parte como as pessoas em algum grande hotel, encontrando-se, mas sem se conhecer umas às outras. O efeito disso é substituir as associações mais íntimas e permanentes da comunidade menor por uma relação casual e fortuita. (PARK, 1967, p. 61)

Ocorre que a vida em contatos superficiais e transitórios entre os indivíduos impedem que os laços de afeto e de confiança se desenvolvam, prevalecendo entre eles um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua. O “contato físico estreito, aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão” (WIRTH, 1967, p.101)

Assim, isolados de uma sociabilidade, o indivíduo passa a ter a sensação de fragmentação e desordem levando-o a individualidade e conseqüentemente ao aniquilamento do capital social possível entre grupos.

Do mesmo modo, no contexto da modernidade, não apenas a tecnologia e os meios de comunicação contribuem para que as relações de vínculos entre as pessoas se altere e os indivíduos caminhem para a individualidade, mas também a dinâmica do mercado se desenrola de modo a promover e potencializar essa individualidade. As estratégias no âmbito das políticas públicas habitacionais, em que a ordem do mercado impõe mudanças no espaço, reorganizando e ofertando moradias em locais distantes podem contribuir para a quebra de vínculos sociais e a dificuldade de formação de novos vínculos nesse novo espaço. Tal realidade já era pensada nos estudos de Wirth:

Os vínculos de parentesco, de urbanidade e os sentimentos característicos da vida em conjunto durante gerações sob uma tradição de *folk* comum tenderão a desaparecer e, no melhor dos casos, tenderão a ser fracos num agregado cujos membros apresentam origens e formação tão diversas. (WIRTH, 1967, p.98)

Organismos internacionais têm reconhecido a importância do capital social enquanto estratégia para a redução das desigualdades sociais. A ideia do capital social já foi objeto de análise e de vários debates no âmbito internacional tais como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. A mais recente, a conferência da Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 2000, na cidade de Nova York, definiu na ocasião uma soma de políticas denominadas Políticas de Desenvolvimento do Milênio – PDM (MOTTA, 2011). Nessas políticas, os organismos propõem a articulação entre os serviços públicos e as associações locais de modo a favorecê-las e fortalecê-las para que então se expanda o capital social e construa um mecanismo que ajude a igualar as condições de oportunidades entre os grupos sociais.

Cabe frisar que o próprio Estado, especialmente nos países da América Latina onde a desigualdade social é maior, é signatário na conjunção de esforços para propiciar que o capital social seja um elemento capaz de construir um compromisso cívico, por meio de uma ação integrada entre Estado e sociedade civil como proposta de redução das desigualdades sociais e elemento restaurador da cidadania.

Por essa ótica, é possível compreender de modo geral que o Estado tem tomado suas ações na contramão das práticas que favorecem o capital social, já que no âmbito da

moradia, a estratégia política tem sido duplamente segregacionista. De um lado, a construção de conjuntos habitacionais em locais ermos e de outro, as famílias que vão para esses conjuntos perdem seus vínculos anteriores.

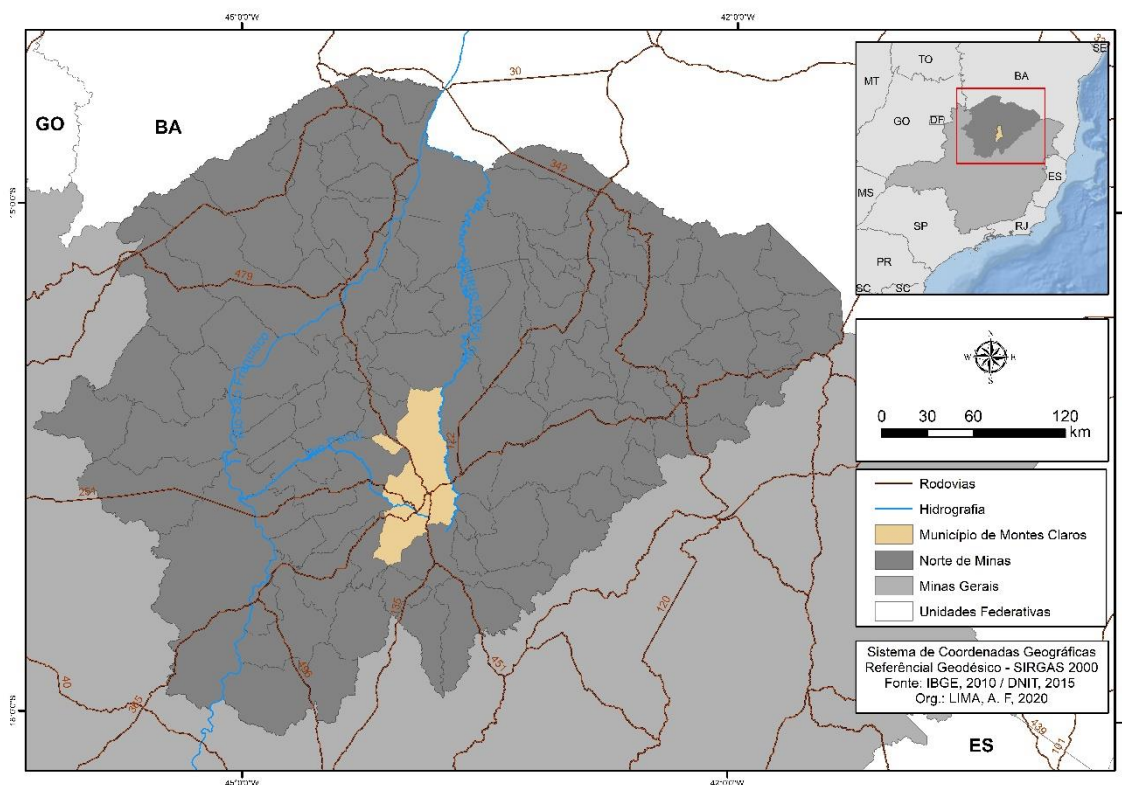
É a partir dessa percepção que se procedeu a investigação das condições de moradia na cidade de Montes Claros, discussão do próximo capítulo, para que então se pudesse verificar se nesse *locus*, mais restritamente no Conjunto Habitacional nova Suíça as políticas públicas conduzem a uma individualidade, a uma perda da sociabilidade e consequentemente à uma fratura do capital social.

Capítulo 2: As políticas públicas Habitacionais em Montes Claros

2.1– O processo de urbanização em Montes Claros

Com uma população de 409.341 habitantes, conforme dados do IBGE registrados em 2019, o município de Montes Claros ocupa uma área de 3 568,941 km² na região Norte de Minas Gerais (mapa 01). A densidade populacional, como aponta dados do IBGE, está estimada em 101,041 habitantes por km².

Mapa 01: Localização do município de Montes Claros no Norte de Minas Gerais



Alcunhada popularmente de “a capital do Norte de Minas” e “Princesinha do Norte”, a cidade de Montes Claros representa um importante polo industrial, comercial e de prestação de serviços de abrangência regional, sendo referência, principalmente, na oferta de serviços de saúde e educação; além de equipamentos urbanos que atendem outras cidades da região. Isso faz com que a cidade exerça direta influência sobre os demais municípios do entorno e até mesmo de municípios de outros estados limítrofes a Minas Gerais, como a Bahia.

Essas características permitem tratar Montes Claros como uma cidade média. Conforme Deus

[...] o que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida. (DEUS, 2004, p. 89-90)

As cidades médias costumam ser os principais centros de destino de indústrias e, por conseguinte, fonte de oportunidades de trabalho. Esse fato por si só, faz com que essas cidades sejam um ponto de interesse para as localidades menores que a circundam, atraindo pessoas. Por serem cidades que crescem além da média nacional, essas aglomerações urbanas apresentam, de certo modo, determinados problemas, dentre eles, a dificuldade de controlar seu processo de crescimento.

De modo geral, as cidades brasileiras combinaram um rápido processo de desenvolvimento e urbanização, entre o final do século XIX e início do século XX contribuindo para a segregação territorial e a exclusão social.

Mais tardiamente esse processo de desenvolvimento se deu em Montes Claros ocorrendo já no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980. Apesar de emancipada desde o século XIX, o município se manteve até o meio do século predominantemente rural, com economia centrada em pequenos comércios e na agropecuária. Seu processo de desenvolvimento foi alavancado a partir da implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que viabilizou a concessão de incentivos fiscais para a cidade, atraindo diversas empresas e, por conseguinte, desencadeando um fluxo de pessoas que vieram em busca de emprego e melhores condições de vida¹². A combinação do aumento das atividades produtivas na cidade como o comércio, a indústria e serviços e o intenso fluxo migratório culminou na ampliação da demanda por moradia e no rápido crescimento da malha urbana, provocando uma certa distinção entre os espaços com várias áreas horizontalmente isoladas, trazendo à tona a segregação social.

Em virtude dessas intensas transformações, as administrações municipais passaram a implementar mecanismos como alternativas para o reordenamento e mediação no crescimento urbano das cidades. Citam-se como exemplos o Código de Obras que

¹² As mudanças no campo, com a modernização agrícola e a implantação da legislação trabalhista também contribuíram para o processo de urbanização em Montes Claros.

permite ao município exercer o controle e fiscalização dos espaços construídos, a lei de Urbanismo e Zoneamento que tem por prerrogativa a classificação das áreas, estabelecendo o tipo de estrutura para cada zona como a residencial, comercial, industrial e zona de interesse social. Além desses instrumentos, o Plano Diretor ganhou destaque, tornando-se um componente básico da política de desenvolvimento urbano, com a função de direcionar as ações do município a fim de garantir que o desenvolvimento da cidade se dê em seus aspectos econômico, físico e social.

Em termos mais objetivos, o plano diretor deve conferir ordem na ocupação do espaço, de maneira que haja um justo aproveitamento do mesmo, estabelecendo critérios para a construção civil e levando em conta aspectos como a mobilidade urbana, corredores para transporte público, para que as pessoas consigam se locomover facilmente de um local para outro, a construção e localização estratégica de parques e espaços de lazer abertos ao público de modo a garantir que a população tenha momentos de descanso e recreação e que seja um espaço de interação e socialização entre as pessoas. Enfim, deve ser uma estratégia de mudança no sentido de obter melhoria de qualidade de vida da comunidade local.

A Constituição Federal de 1988 trata da política urbana em seu artigo 182, capítulo II:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988)

Assim, compreende-se que o texto constitucional alça o plano diretor à condição de principal instrumento de planejamento territorial, e como tal, deve servir de base para aplicação de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade. (ROLNIK, 2002, p. 15)

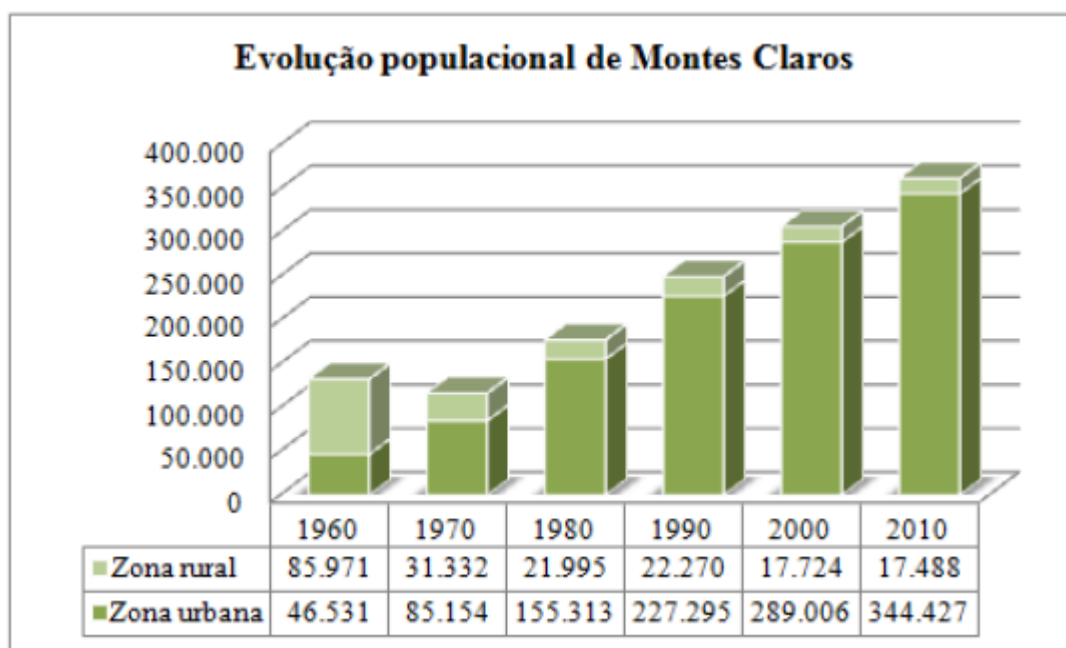
O Estatuto da Cidade, lei instituída para regulamentar o capítulo “política urbana” disposto na Constituição Federal, prevê, dentre outras prerrogativas, a regulação do uso da propriedade urbana, levando em conta o bem coletivo; o planejamento do desenvolvimento das cidades e a distribuição espacial da população, de maneira a evitar

e corrigir as distorções do crescimento urbano, para que haja justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

O plano diretor funciona então como um instrumento pelo qual as prerrogativas do estatuto da cidade serão implementadas.

O primeiro plano diretor pensado para Montes Claros só foi ser oficialmente implementado em 2001, apesar de a cidade já contar com a população superior a vinte mil habitantes desde a década de 1960, como pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 02 – Evolução populacional de Montes Claros (1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, 2010

Verifica-se pelo gráfico que na década de 1990, quando já havia a obrigatoriedade do plano diretor, referendado na constituição de 1988, a população alcançava o número de 227.295 habitantes na zona urbana, quantitativo este onze vezes superior ao percentual mínimo necessário para implantação de plano diretor, mas somente após uma década é que o município oficialmente implementa tal instrumento.

Isso demonstra o quanto a cidade de Montes Claros foi se expandindo consideravelmente sem que houvesse uma política pública mais ampla, como se propõe no plano diretor, para intermediar e ordenar a forma como a cidade deveria se expandir.

As primeiras leis de planejamento urbano que surgiram em Montes Claros foram implementadas em 1970 e denominadas de “Lei de Urbanismo e Zoneamento”, “Classificação de uso do Solo” e “Código de Obras”. Mas tais leis centravam-se mais

no objetivo normativo, pois objetivavam apenas regulamentar as formas de uso e ocupação do solo sem que houvesse uma proposta de planejamento para o desenvolvimento da cidade (MONTES CLAROS, 1995)

Somente em 1995 é que foi elaborado o primeiro plano diretor para a cidade, mas como não chegou a ser aprovado pela câmara municipal, também não foi efetivamente implementado.

É válido frisar que o quantitativo populacional foi crescendo consideravelmente ao longo das décadas seguintes de maneira que, em 2000, como demonstrado no gráfico 2, ano que precede a efetiva aprovação do plano diretor na cidade, a população já era de 289.006 habitantes. Então, da década de 1960 até 2001, todo crescimento que a cidade teve se deu de maneira aleatória e desarticulada, ainda que tenha havido algumas leis se propondo a ordenar e planejar o espaço nesse período.

O gráfico 2 nos mostra também que o quantitativo da população no campo foi decaindo paulatinamente e em 2010, os dados do IBGE já mostravam que a população montes-clarense era predominantemente urbana, revelando o quanto a urbanidade tem se transformado no modo predominante de vida da região.

E nesse limiar é que se inserem novas realidades sociais e novos desafios que precisam ser enfrentados, já que o rápido processo de urbanização, somado à falta de um planejamento efetivo deu causa a uma divisão espacial e social no perímetro urbano, com várias áreas desvalorizadas e confinadas ao espectro da pobreza e da exclusão social, enquanto outras são favorecidas por boa infraestrutura e organização espacial, contribuindo para a valorização local.

A ideia de exclusão social centra-se nos modos com que o indivíduo ou grupos de indivíduos acabam sendo separados do restante da sociedade e as formas de exclusão mais comumente empregadas são aqueles referentes aos baixos níveis de escolaridade e baixa renda (CAMPOS; POCHMAN; AMORIM; SILVA, 2003).

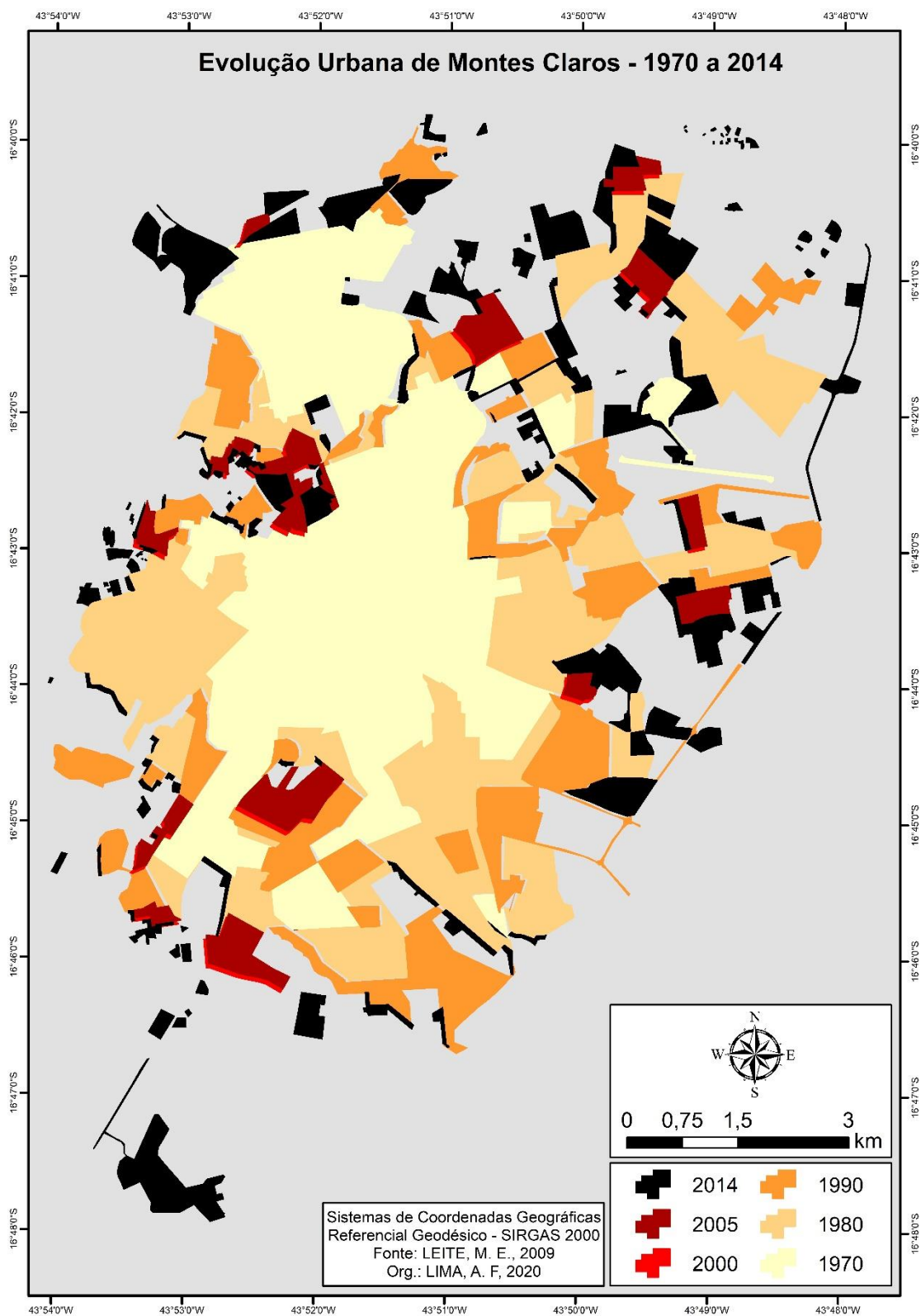
Porém, a exclusão se manifesta em diferentes formas, englobando outras esferas como a cultural, política e habitacional, não eximindo a interferência que um tipo de exclusão pode desencadear em outra. A exclusão econômica, por exemplo, impede que os indivíduos tenham acesso ao ensino de melhor qualidade, o que poderá determinar também a dificuldade de acesso a melhores postos de trabalho. Nesse sentido, esses indivíduos entram em um círculo vicioso do qual se torna difícil se quebrar e que reproduz ainda mais a exclusão.

Também no campo habitacional, os espaços de moradia nas cidades são definidos a depender do poder econômico daqueles que pretendem adquirir um local para morar. Então, aquelas áreas melhor localizadas, com maior acesso à infraestrutura, que tenham outros atrativos como áreas de lazer, dentre outras opções, acabam sendo mais requisitadas por aqueles grupos que possuem um poder aquisitivo melhor, enquanto que as áreas mais periféricas, sem muita infraestrutura e que necessitam de um tempo maior de deslocamento para a área central acabam sendo a alternativa para aqueles com um poder aquisitivo menor.

No que se refere ao campo da habitação, Montes claros apresenta facetas dessa exclusão social e as disparidades são visíveis no contexto urbano.

O mapa 2 nos mostra como a evolução urbana em Montes Claros foi se desenrolando ao longo das décadas desde o início do seu desenvolvimento, sendo as regiões leste e oeste as que mais se expandiram na cidade.

Mapa 02: Expansão urbana de Montes Claros



É possível identificar que as áreas centrais demarcadas nas cores mais claras constituem hoje o centro comercial da cidade e nas extremidades desse centro, ao longo das décadas seguintes, novos bairros foram surgindo. São os denominados bairros adjacentes ao centro. A oeste temos os bairros Todos os Santos, Melo, Jardim São Luiz, Jardim Panorama e Ibituruna, que são regiões com maior valor de mercado e por conseguinte concentram aqueles moradores com maior poder aquisitivo. Já a leste, os bairros que foram se formando a partir do centro como Edgar Pereira, Alto São João, Vila Exposição, Santa Rita, Roxo Verde, São José são bairros em que a região é menos valorizada se comparada com os bairros da região oeste.

Mas a partir desses bairros com localização limítrofe ao centro, novas aglomerações foram ocupando os espaços vazios e atingindo as extremidades do perímetro urbano da cidade. São os chamados bairros periféricos no que se refere a sua localização física. E aqui cabe elucidar as duas definições do termo periferia que é comumente utilizado no contexto habitacional. Em seu sentido estrito, o termo refere-se aos limites físicos em que se encontram as regiões mais distantes do centro da cidade. Mas o termo é utilizado também enquanto um espaço relegado à pobreza e ao abandono, como enfatiza Mautner (1999, p. 253):

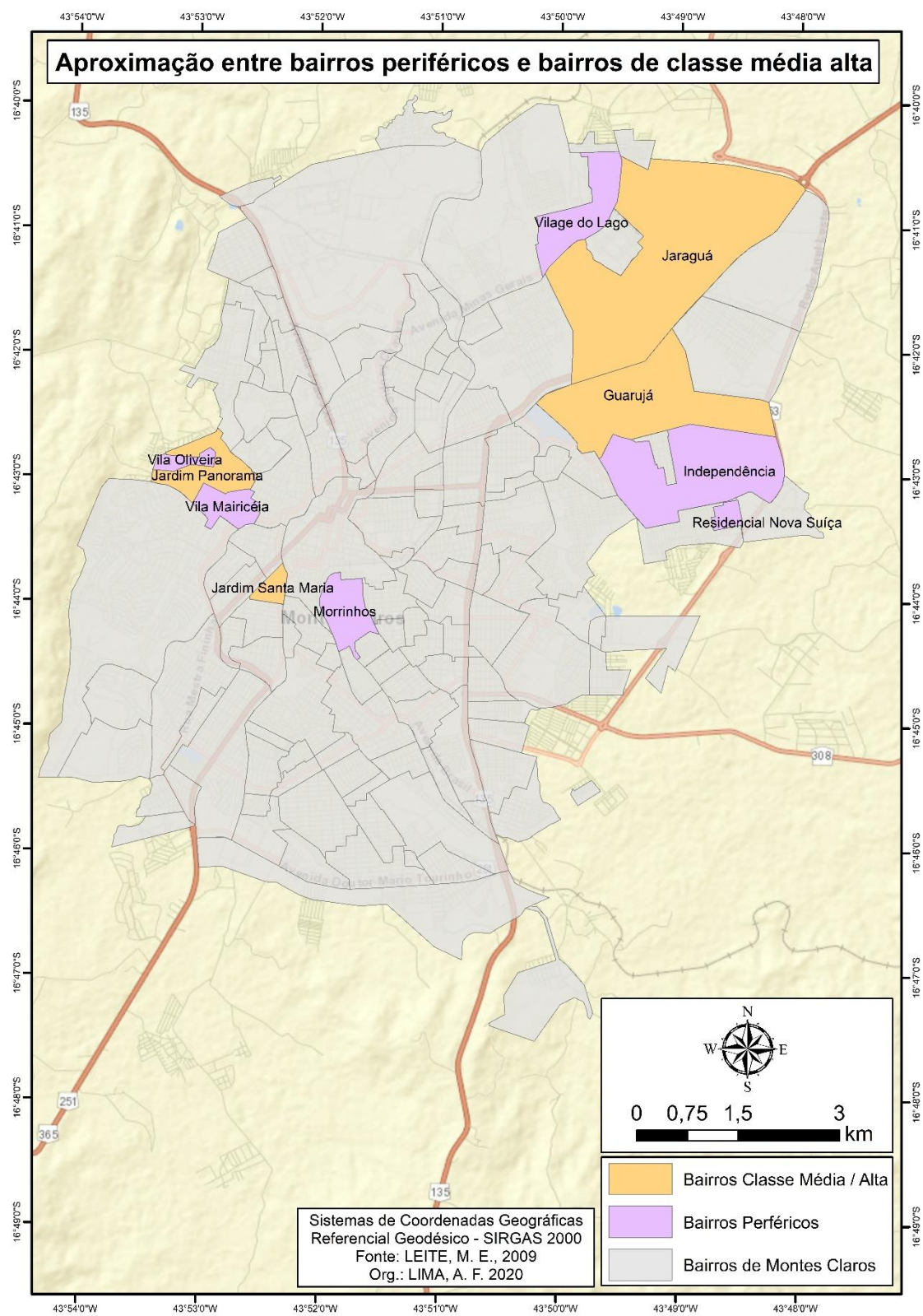
[...] periferia tem um significado específico. Reflete a visão dual que o senso comum atribui ao espaço urbano. Geograficamente significa as franjas da cidade. Para a sociologia urbana, o local onde moram os pobres, em contraposição à parte central da cidade, estruturada e acabada. Existem exceções, é claro, empreendimentos imobiliários de luxo que também podem ser encontrados nos limites da cidade, assim como cortiços nas áreas centrais – porém jamais seriam identificados como ‘periferia.

Assim, na região oeste, novos bairros como Morada do Sol, Morada do Parque, Morada da Serra e Barcelona Park foram se incorporando na extensão aos já existentes e ainda que sejam bairros mais valorizados, encontram-se alojados na periferia da cidade. Esse fato se explica pelo interesse que os grupos de melhor poder aquisitivo vêm tendo em se deslocar das regiões mais próximas ao centro para lugares mais tranquilos.

Também na região leste, novos bairros como Monte Carmelo, Interlagos, Planalto, Guarujá, Independência, Jardim Primavera se incorporaram à região ocupando a parte periférica, mas nesses casos, boa parte da ocupação foi motivada pelo menor poder de compra já que para a população de menor renda, a alternativa é se fixar em áreas em que o custo do solo urbano é mais baixo.

Apesar de, ao longo do desenvolvimento da cidade de Montes Claros, as regiões leste e oeste terem sido assentadas enquanto áreas respectivamente menos valorizadas e mais valorizadas, nota-se algumas alterações na dinâmica espacial da cidade. Nesse processo de dispersão periférica, percebe-se uma aproximação no espaço entre as áreas mais ricas e as áreas mais pobres, ou seja, bairros com melhor estrutura das casas, com construções de alto custo vão se formando próximos à bairros com estrutura das moradias mais precárias e esses locais em Montes Claros são demonstrados no mapa 03.

Mapa 03 – Aproximação entre bairros periféricos e bairros de classe média alta



Cabe aqui frisar que o termo periferia está sendo utilizado em suas duas concepções. Ora no que se refere à localização de um bairro, ora no que diz respeito a condição social de uma determinada localidade e ainda, podendo se referir simultaneamente a essas duas condições.

Na cidade de Montes Claros há regiões que são periféricas em seu aspecto social, mas que estão situadas na parte central da cidade. E há outras regiões em que essa condição de periferia é cumulativa em um mesmo bairro, ou seja, caracteriza-se por ser distante e por ser um lugar de pobreza e de esquecimento.

Nota-se a oeste no mapa 03, por exemplo, o bairro Jardim Panorama, de maior poder aquisitivo, fazendo fronteira com os bairros Vila Mauriceia e Vila Oliveira. Estes considerados periferia, tanto pela localização quanto pela condição de pobreza.

Também muito próximo as áreas centrais que são consideradas regiões valorizadas está o bairro Morrinhos, uma periferia em seu sentido social que se desenvolveu de modo informal e por isso com aspecto físico bastante irregular.

A noroeste, o bairro Vilage do Lago situado já nas extremidades do perímetro urbano, considerado assim um bairro de periferia, faz fronteira com o bairro Jaraguá.

Do mesmo modo ocorre com a região leste da cidade. Em área limítrofe ao bairro Independência, uma periferia com grande índice de pobreza e que tem seus limites definidos até o entorno do aeroporto Mário Ribeiro e margens do anel rodoviário leste, conecta-se ao bairro Guarujá, dotado de maior valor econômico.

Mas essa dinâmica de dispersão em que há aproximação entre as classes nem sempre é benéfica. Uma realidade que surge a partir desse avanço da periferização é a construção de espaços residenciais fechados, os denominados condomínios de luxo, ou bairros autossegregados¹³. Nesses espaços, as casas são cercadas por muros como verdadeiros redomas, fazendo com que a convivência seja somente entre aqueles de mesma classe. Esse tipo de moradia, concentrada na periferia oeste de Montes Claros, produz uma divisão socioespacial, pois para esses moradores, a rua e a vizinhança que não seja aquela da mesma classe representa perigo e é preciso evitar o contato para se proteger. A ideia de espaços residenciais privatizados é vendida a partir dos interesses mercadológicos e fomenta a divisão social entre as classes.

¹³São grupos sociais de alto poder aquisitivo que, por própria escolha, agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos. Sua atuação se faz, de um lado, através da autossegregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (CORRÊA, 1995, p. 64).

Outra situação emblemática é quando uma região sem tanto valor econômico recebe um empreendimento de maior porte, por exemplo, provocando a valorização daquela localidade. Os moradores no entorno acabam sendo forçados a migrarem para uma outra área por não terem condições de viverem sob aquele novo padrão econômico que se formou naquele dado local.

Ocorre que quando uma região vai se tornando valorizada, existe uma tendência de os moradores em condição de pobreza se tornarem indesejáveis e surge um desejo no entorno em transferir essas famílias para novas moradias que são normalmente moradias sociais, conjuntos habitacionais construídos em terrenos de baixo valor e, portanto, nas franjas da cidade, nas zonas mais periféricas.

Não se pode deixar de relacionar toda essa dinâmica de transformação urbana à atuação dos agentes sociais que, seguindo a ordem do capital, cooperam para a expansão e reordenação da cidade. Empreiteiras e o Estado acabam cedendo ou até mesmo, no caso do Estado, sendo refém da especulação do mercado imobiliário que se reinventa constantemente para garantir o lucro. Ou ainda, empreiteiras e Estados podem ser parceiros, com propósito de representar os interesses da elite local. Nesse sentido, os processos de autosegregação e segregação ocorrem a partir dessa constante necessidade de criação e recriação do mercado, de novos negócios. E em ambos os casos, os empreendedores criam um objeto de desejo, seja ele verdadeiro ou não e vendem a oportunidade de estar longe da poluição, do trânsito e principalmente da violência da cidade.

De acordo com Corrêa, também a classe de alto poder aquisitivo acaba tendo a sua parcela de influência nesses desdobramentos da exclusão urbana já que:

Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (...) por outro lado, segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORRÊA, 1995, p. 64)

E embora alguns instrumentos urbanísticos venham sendo utilizados como o Código de Obras, a Lei de Zoneamento Urbano e o Plano Diretor para regular o desenvolvimento urbano, para que a cidade cresça de forma justa para todos, na prática,

esses instrumentos não estão sendo capazes de coibir a valorização da terra, a especulação imobiliária, a atuação dos grandes latifundiários e as desigualdades resultantes dela.

Com a criação do Estatuto da Cidade foi possível que se regulamentasse o artigo 182 disposto na constituição Federal. Tal artigo contempla algumas medidas que objetivam coibir a especulação imobiliária como, por exemplo, exigir do proprietário o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória em um prazo estabelecido. E caso não seja cumprido, o Estatuto da Cidade, bem como o Plano Diretor preveem a aplicação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (BRASIL, 1988)

As iniciativas nesse sentido têm sido esporádicas e ocorridas em circunstâncias intencionais já que o município tende a priorizar os interesses dos setores dominantes dos grupos sociais, existindo desse modo uma distância entre o que é legalmente passível de execução e o que é verdadeiramente aplicado.

Nesse limiar, a terra reservada para os pobres são as periferias, as bordas da cidade ou as áreas ambientalmente frágeis, áreas que são desprezadas pelo mercado imobiliário e onde, na maioria das vezes, são construídas as habitações de interesse social, que teve seu maior alcance com o programa Minha Casa, Minha Vida.

Mas nem todas as regiões periféricas são desprezadas pelo mercado imobiliário. Há aquelas áreas periféricas no sentido de que são pobres e esquecidas, mas que estão localizadas em áreas centrais. É o caso do bairro Conferência Cidade Cristo Rei em Montes claros, conhecido popularmente por “Feijão Semeado” representa uma das regiões que cresceram desordenadamente em Montes Claros, transformando-se em uma periferia já que é permeada pela pobreza e violência, mas com localização central. O bairro foi aos poucos sendo cercado e encurralado por estabelecimentos comerciais e aparelhos públicos como a escola técnica, o SAMU, o hospital Dilson Godinho,

estabelecimentos de abastecimento como o Villefort, a Tambasa e futuramente a empresa Havan.

Áreas assim tornam-se alvo de interesse do mercado imobiliário que pode empreender esforços no sentido de ir desalojando essa população, transferindo-as para os Conjuntos Habitacionais que são construídos em áreas sem muito valor de mercado. Como é o caso do Conjunto Habitacional Nova Suíça, que será objeto de análise no próximo capítulo desse trabalho. Veremos no mapa 07 que a média de moradores que saíram do “Feijão Semeado” para o Conjunto Habitacional Nova Suíça é uma das mais expressivas.

Conforme Rolnik (1997) e Caldeira (2000), a expulsão para fora dos limites da cidade dos excluídos do processo de desenvolvimento socioeconômico continua sendo observada em larga escala nas cidades brasileiras.

Muitas vezes essa ação se dá de maneira proposital, camuflando os reais interesses e negligenciando os efeitos negativos, levando os moradores a se deslocarem para habitações de interesse social localizadas na periferia da cidade.

Na maioria dos casos, o processo se sustenta pelo discurso da resolução da violência na comunidade que é uma realidade presente nas favelas e periferias. Os moradores são levados a compreender que indo para os conjuntos habitacionais, sairão de um local de violência para um lugar mais tranquilo.

Esse contexto exposto se coaduna com a discussão central desse trabalho que são as implicações relacionadas a transferência de famílias de uma localidade para outra e as intercorrências desse processo. Sem maiores reflexões sobre suas consequências, essa ação vai muito além de uma simples mudança de localidade. Representa um processo social em que vínculos, projetos individuais estão sendo quebrados. A sociabilidade local já firmada acaba se perdendo ao serem levados para outro ambiente de moradia que, na maioria das vezes, são as habitações de interesse social, especificamente, as do programa Minha Casa, Minha Vida.

2.2 – O Programa Minha Casa, Minha Vida em Montes Claros

O programa Minha Casa, Minha vida, maior experimento destinado à habitação já desenvolvido no Brasil, teve início no ano de 2009 e já em 2010, Montes Claros, como já havia aprovado seu primeiro plano diretor, exigência para implantação do programa, foi então beneficiada, firmando convênio junto à Caixa Econômica Federal para a

construção das primeiras 496 moradias na modalidade I - habitação social. O primeiro empreendimento foi denominado Residencial Nova Suíça, com localização na periferia do Bairro Independência. (Diário Oficial da União, 2015, p. 107).

Apesar de ser um programa de âmbito Federal, o PMCMV conta com a participação dos municípios para que seja executado. Cabe aos municípios a execução do cadastro, a seleção dos beneficiários, a oferta dos equipamentos públicos básicos necessários aos moradores e também a colaboração na doação do terreno no qual será executada a obra.

Nesse último caso, o Artigo 4º da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009 estabelece que:

Em áreas urbanas, deverão ser respeitados os seguintes critérios de prioridade para projetos do PMCMV, observada a regulamentação do Ministério das Cidades:

I - a doação pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa (BRASIL, 2009).

Para que o programa seja implementado, é necessário que o município já tenha aprovado um plano diretor, pois este, juntamente com a lei de uso e ocupação do solo e a lei de Zoneamento Urbano, é que irá definir as áreas em que as habitações de interesse social serão construídas. Essas áreas são denominadas de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e em Montes Claros recebe a nomenclatura de Setores Especiais 3 – SE3

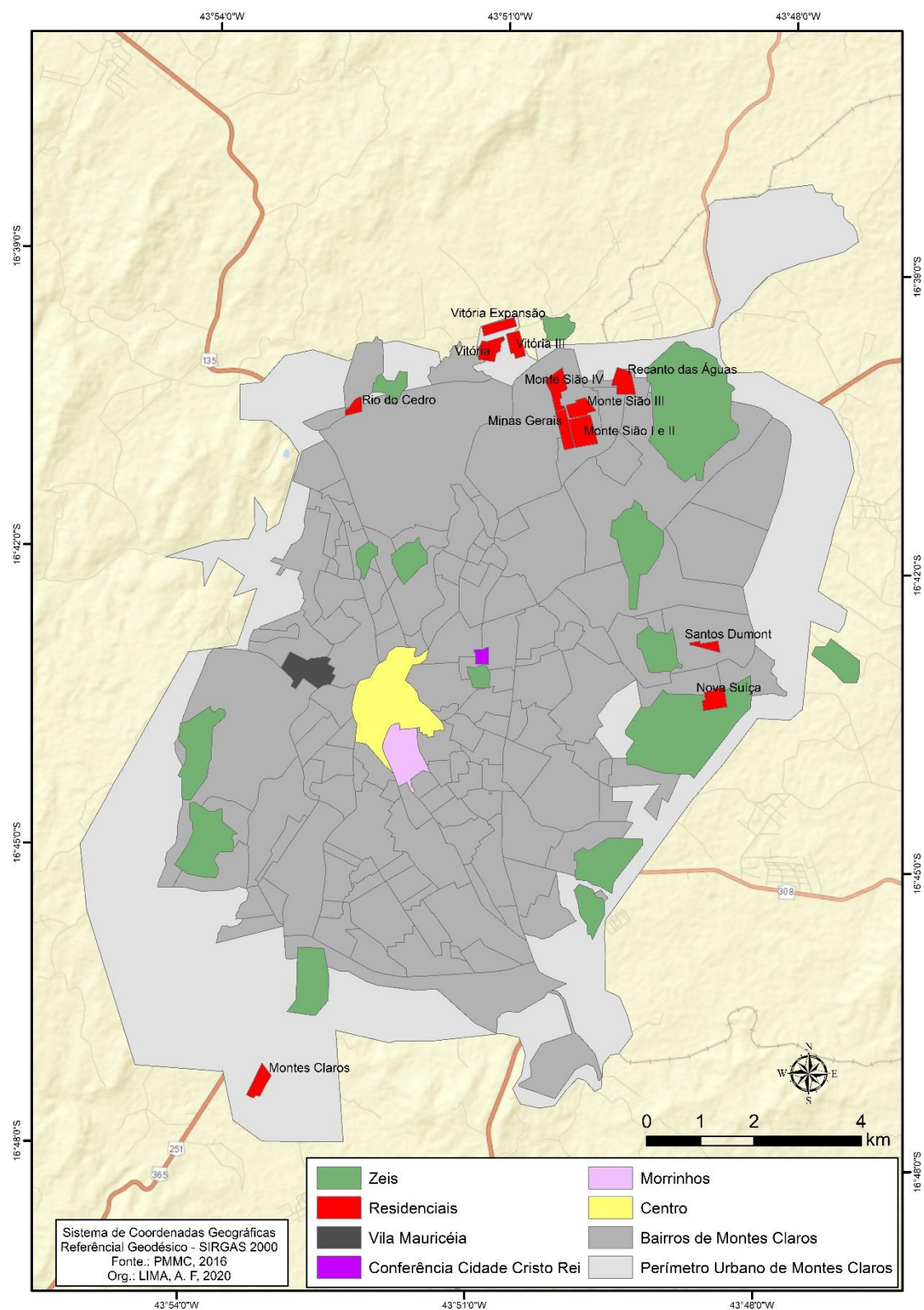
Parágrafo 3º - SE-3 são os espaços destinados ao desenvolvimento de projetos especiais, sistema viário, eixos de transportes ferroviários ou de massa, áreas destinadas a programas habitacionais e áreas de favelas beneficiadas com infra-estrutura urbana. (MONTES CLAROS, 2002)

Mas, mesmo havendo lei prevendo os Setores Especiais desde 2002, apenas em 2008, com a promulgação da Lei 3.936 é que foi definida e sancionada a localização das referidas ZEIS em Montes Claros.

A definição das ZEIS se insere no plano urbanístico de uma cidade com o objetivo de atender a população de menor poder aquisitivo, dando-lhes o direito à cidade e à terra urbana. Cabe salientar que, conforme o que dispõe o ministério das cidades sobre a implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, deve haver a delimitação dos vazios urbanos e de imóveis subutilizados para destiná-los à produção de novas moradias populares (BRASIL, 2009, p. 17).

Entretanto, os terrenos onde as habitações de interesse social são construídas em Montes Claros são em sua maioria, localizados nas áreas mais distantes do centro, nas bordas das periferias, longe das áreas já consolidadas como urbanas, mesmo havendo nessas áreas urbanizadas significativa quantidade de vazios urbanos como pode ser visto no Mapa 04.

Mapa 04 - Localização das ZEIS e dos residenciais de HIS no perímetro urbano de Montes Claros



Verifica-se pelo mapa que algumas áreas mais antigas e mais centrais foram incluídas e classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social. São regiões produto

de ocupações que se deram ao longo do crescimento da cidade e que se transformaram em favelas como o Conferência Cidade Cristo Rei, o bairro Morrinhos e a Vila Mauriceia que requerem também políticas públicas de regularização fundiária e revitalização dos espaços, de modo a garantir que as famílias ali permaneçam em condições dignas.

Já as ZEIS que compreendem as áreas determinadas para a construção de habitações de interesse social, como se pode ver no mapa 4, praticamente todas concentram-se nos limites do perímetro urbano. Algumas inclusive extrapolam a linha que limita a cidade como os residenciais Vitória I, II e III e o Residencial Darcy Ribeiro, sendo estes dois últimos, Residencial Vitória III e Residencial Darcy Ribeiro, locais previstos para futura construção. Isso implica dizer que, ao escolher os locais para implantação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, os órgãos municipais responsáveis não estão levando em consideração o que está previsto no plano diretor para a cidade. Este, assim como em sua versão de 2001 e na versão atualizada de 2016, em sua seção II, no artigo 16 assegura que o município deverá se reger pelas seguintes diretrizes da política habitacional:

[...] b) Inserir as favelas e os loteamentos irregulares no planejamento da cidade, visando fazer com que constituam bairros ou que se integrem efetivamente com aqueles onde estejam situados; c) Estabelecer programas de assentamento para a população de baixa renda, provendo sua regularização fundiária; II – Para fins de assentamento das populações de baixa renda deverão ser priorizadas a oferta de lotes urbanizados e depois a construção de moradias de baixo custo para realocação de pessoas removidas de áreas de risco e outras de interesse público; III – Priorizar o desenvolvimento urbano integrado e sustentável, onde a habitação não se restrinja a casa, mas incorpore também o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade de transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidadania; IV – Tornar a questão habitacional prioridade municipal; V – Atuar de forma coordenada e em conformidade com o Plano Diretor do Município e com a Lei Orgânica Municipal. (MONTES CLAROS, 2016, p. 10)

Nesse sentido, a habitação popular incorporada à “infraestrutura”, “à terra urbanizada” não está sendo uma prática executada pelas construtoras, e nem mesmo pelo município responsável pela execução do plano diretor, o que demonstra o interesse em atender apenas às demandas do mercado. Assim, as famílias que se beneficiam das casas são transferidas para longe das regiões urbanizadas da cidade e acabam enfrentando uma série de desafios para acessarem os serviços aos quais têm direito e que a cidade oferece.

Alguns dos problemas que podem enfrentar são, por exemplo, a dificuldade de acesso aos serviços e atividades que antes, no seu local de origem, faziam parte da rotina diária dos moradores e tinham localização próxima, sem a necessidade de longos deslocamentos como a ida para o trabalho, acesso ao comércio em geral, escolas e creches, serviços de transporte, serviços essenciais como saúde e educação. Mas um problema que pouco é discutido é a dificuldade de acesso aos vínculos já construídos entre as pessoas e nos espaços sociais no local de origem que, com a mudança para os conjuntos habitacionais, acaba por provocar uma ruptura, um distanciamento e dificuldade de deslocar diariamente para manutenção de contato.

Hoje a cidade conta com um total de 4.851 habitações de interesse social construídas, como se pode verificar na tabela 02.

Tabela 02 – Quantitativo de casas construídas e entregues em Montes Claros

Conjuntos Habitacionais	Quantidade de casas	Data de entrega	Bairro
Nova Suíça	496	11/2011	Independência
Santos Dumont	241	04/2012	Independência
Vitória I	499	07/2013	Cidade Industrial
Recanto das águas	500	12/2013	Village do Lago
Monte Sião I	498	12/2013	Village do Lago
Monte Sião II	300	01/2014	Village do Lago
Minas Gerais	499	04/2014	Village do Lago
Monte Sião IV	393	12/2014	Village do Lago
Vitória II	660	05/2016	Cidade Industrial
Montes Claros	499	07/2016	São Geraldo II
Rio do Cedro	266	05/2017	Vila Castelo Branco
Total de moradias entregues	4.851		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site da Prefeitura Municipal de Montes Claros

Isso demonstra o quanto foi intensificado o deslocamento de moradores de uma área para outra em um período de sete anos. São comunidades inteiras que com toda a sua vivência e complexidade envolvidas nas inter-relações acabam se desfazendo. Que dificuldades essas famílias tiveram nessa reinserção a um novo ambiente e tendo que refazer seus laços de sociabilidade nesse novo lugar? É fato que essa transferência

provoca a perda de conexões com membros da comunidade que também acabam se deslocando para outros conjuntos habitacionais.

Nesse contexto, a organização socioespacial da cidade e sua dinâmica podem apresentar-se como um fator que influencia diretamente nas formas de sociabilidade que são estabelecidas. Isso porque alguns deslocamentos sociais ocasionados pela dinamicidade urbana são em si um movimento de segregação urbana capaz de provocar a destituição dos laços sociais e comunitários desencadeando sofrimento e insegurança frente ao novo local de moradia.

Esses movimentos sociais de deslocamentos de famílias de um local para outro são, em grande parte, fruto de ações de interesse daqueles que estão no controle das decisões políticas e por isso tomam decisões que nem sempre se coadunam com a busca da manutenção dos laços de convivência e de sociabilidade que essas famílias já mantinham no local. Isso será analisado no próximo tópico, em como se dá a escolha e distribuição das famílias para os conjuntos habitacionais.

2.3 - A escolha e distribuição das famílias para os conjuntos habitacionais em Montes Claros

Na cidade de Montes Claros, as famílias que pretendem requerer a habitação de interesse social cadastram-se de forma gratuita na prefeitura, apresentando toda a documentação que é exigida.

A seleção dos beneficiários compreende a análise das seguintes condições definidas pelo governo federal: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres, ou famílias desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias em que há pessoas com deficiência. (BRASIL, 2016, p.6).

A primeira condição para participação nos sorteios proposto pela Prefeitura Municipal de Montes Claros é que a família tenha renda mensal de até mil e seiscentos reais brutos. Também não deve ter sido beneficiado por outro programa habitacional como a solicitação de empréstimo junto à CAIXA para reforma ou construção de casa.

Pessoas idosas acima de 60 anos ou pessoas com deficiência que sejam candidatos individuais a adquirirem a casa ou que faça parte de famílias inscritas têm prioridade, e para esses casos, os sorteios serão separados, sendo reservado 3% das casas para idosos e 5% para deficientes.

Dentre todos os critérios estabelecidos, o candidato que se enquadrar no maior número terá prioridade para participar nos sorteios.

Assim, retirados os percentuais destinados aos idosos e portadores de deficiência, os demais candidatos serão definidos a partir da maior quantidade de critérios.

O Ministério das Cidades abre espaço também para critérios complementares de ordem municipal que possam atender a determinada especificidade local. Um dos exemplos tipificados pelo ministério das Cidades: “famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, ‘x’ km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência”. (BRASIL, 2016, p. 6).

Percebe-se que esse critério em específico representa um interesse em conseguir que essas famílias permaneçam em localização próxima ao local de trabalho e também ao local de origem de modo a preservar as relações e laços de convivência já estabelecidos na comunidade. Tais critérios complementares não são observados nas leis municipais de habitação em Montes Claros.

Mas percebe-se também que esse critério sugerido pelo Ministério das Cidades não é algo taxativo, os municípios têm a opção ou não de adotá-lo. Assim, no que tange a articulação de alternativas que possam atender em específico uma dada comunidade local, o programa pode tornar-se ineficiente por não haver uma determinação mais contundente entre as esferas federal e municipal.

Como nessa relação a CAIXA é a executora do programa, a atuação municipal muito frequentemente acaba sendo conivente com os distanciamentos, permitindo que os lotes escolhidos sejam os mais distantes para a construção dos residenciais já que as construtoras têm total liberdade para escolha dos terrenos a serem utilizados e decidem por aqueles mais baratos e por isso, mais afastados.

É de responsabilidade também do município o cadastramento e seleção das famílias e também nesse processo, não se vê um ordenamento de cunho legal que dê às famílias a opção de escolherem entre um residencial ou outro qual seria, em termos de locomoção, mais viável para morarem, ou qual ficaria mais próximo do seu local anterior de moradia.

Da mesma maneira, não se verifica um critério, tanto no plano federal quanto municipal, que dê a opção para essas famílias de serem contempladas para um mesmo conjunto habitacional, ou até mesmo para uma mesma rua ou quadra, quando comprovada a relação de parentesco e/ou de proximidade e vínculos no local de moradia pregresso.

Apesar de haver uma liberdade por parte do município em estabelecer critérios específicos que possam atender melhor ao anseio das famílias, os processos se dão de maneira aleatória como é o caso dos sorteios.

Ao fazer o cadastro, todas as inscrições passam por análise para verificar se os inscritos se enquadram nos critérios estabelecidos. A partir daí os beneficiários já tomarão conhecimento do residencial em que irão morar, mas só depois, com as moradias prontas é que ocorre um sorteio organizado pela administração municipal em que os moradores ficam sabendo da rua e número da casa.

Assim, verifica-se que essas famílias contempladas não têm o direito de escolha, nem da localização do residencial, nem da localização da casa dentro do empreendimento, podendo ser distante do bairro onde residem como na maioria o é, já que as ZEIS definidas na lei 3.936 de 2008, no zoneamento urbano da cidade para construção das habitações populares estão em sua maioria estabelecidas nos limites e além do perímetro urbano.

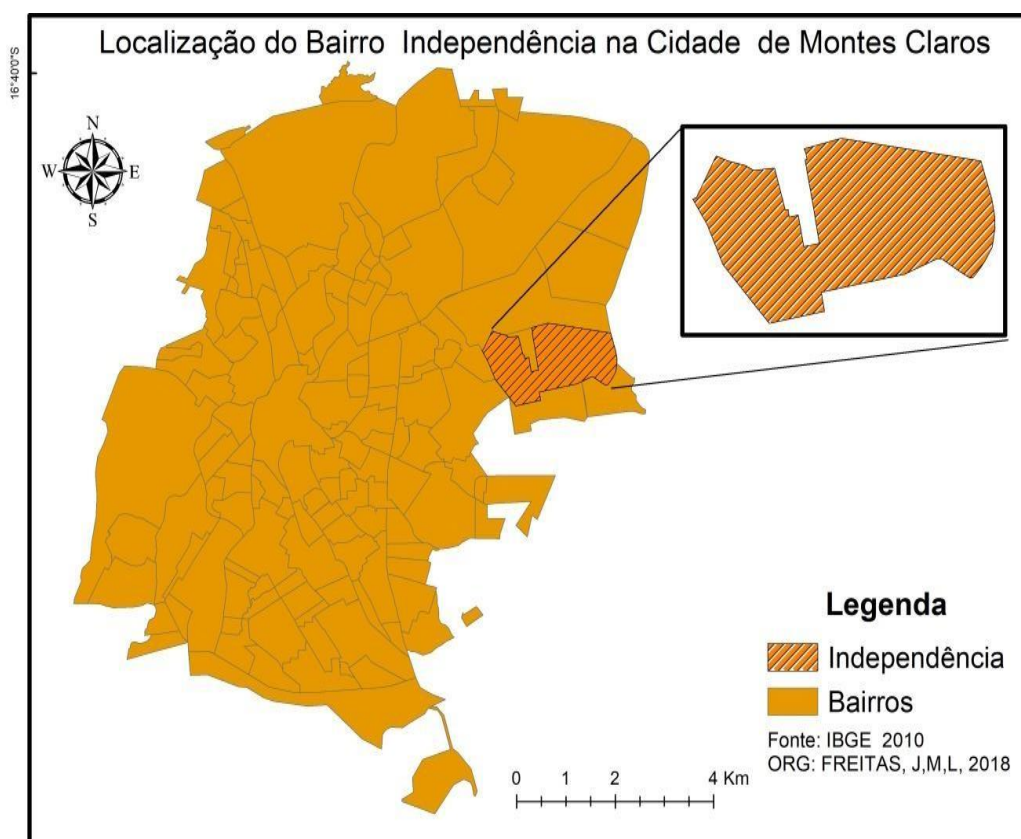
Diante dessas prerrogativas vivenciadas na cidade de Montes Claros no que concerne à transferência das famílias de seu local de origem para as habitações sociais é que no próximo capítulo, buscar-se-á analisar, a partir do locus Conjunto Habitacional Nova Suíça, as situações em que as famílias transferidas se viram perdendo os vínculos construídos e as dificuldades enfrentadas nesse novo local quanto a construção de uma nova sociabilidade e criação de vínculos com o local.

Capítulo 3 – A experiência do Conjunto Habitacional Nova Suíça em Montes Claros

3.1 – Caracterizando o espaço

O Conjunto Habitacional Nova Suíça foi o primeiro conjunto do Programa Minha Casa, Minha Vida a ser implementado na cidade de Montes Claros. Localizado a leste da cidade, o conjunto situa-se na região denominada de “Grande Independência”. Trata-se de uma área considerada periférica tanto em seu aspecto físico quanto social, já que se situa em área próxima aos limites do perímetro urbano, ou seja, distante da parte central da cidade, e também porque é uma região com população predominantemente de baixa renda. Assim, o Nova Suíça foi incorporado a essa região nas adjacências do bairro Independência.

Mapa 05: Localização do Independência

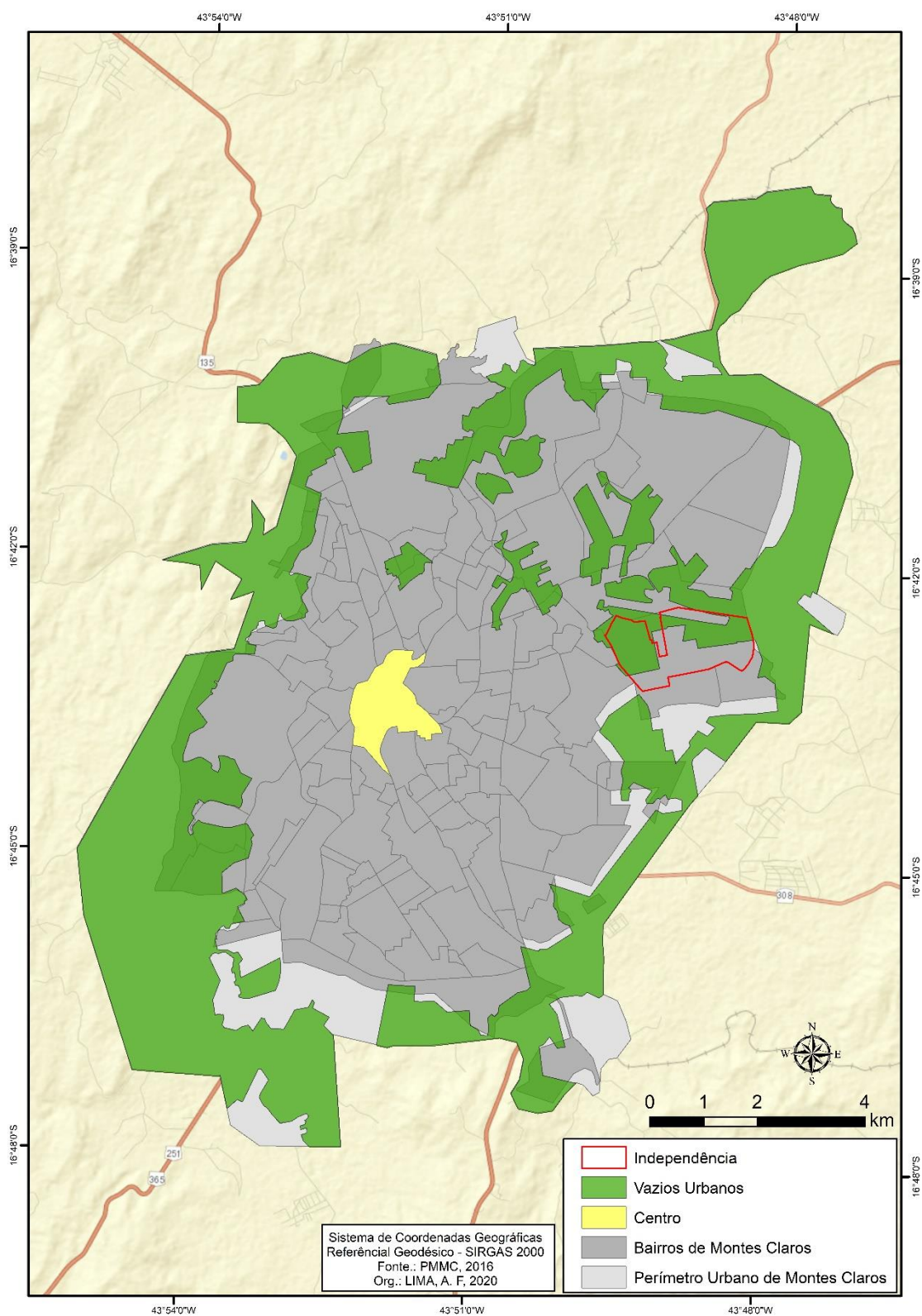


Google Maps (2019)

A região do “Grande Independência”, hoje, mantém seu crescimento apenas ao sul, por se tratar de uma área menos valorizada, já que a leste, se estende até os limites do

anel rodoviário, rodovia que representa o ponto limítrofe à cidade de Montes Claros, denominada Avenida Dr. Mário Tourinho. Na parte norte encontra-se os limites do Aeroporto Mário Ribeiro. E a oeste, seu crescimento está paralisado por ser uma área a serviço da especulação imobiliária. Trata-se de uma gleba que se mantém intacta desde a formação do Grande Independência como se vê no mapa 06.

Mapa 06 –Vazios urbanos na cidade de Montes Claros



O mapa 06 demonstra os vazios urbanos próximos ao “Grande Independência” que até hoje encontram-se inutilizáveis. Isso implica dizer que no ano de implantação do

Conjunto Habitacional Nova Suíça, havia significativa extensão de terra em espaços que antecedem a região do Independência e que são, portanto, mais próximos ao centro, mas não representou uma opção por parte das construtoras para se construir o Conjunto. Isso demonstra a ação da especulação imobiliária na região que destina as terras mais distantes para a população mais carente e as outras áreas mais próximas ficam aguardando que a região se valorize com as infraestruturas que a prefeitura vai realizando para que então possa ser comercializada. Tal especulação influencia diretamente na escolha das localidades para implantação de conjuntos habitacionais e conseqüentemente repercute nas interações e perda de vínculos entre as pessoas.

A classe dominante ou uma de suas frações por outro lado segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais do espaço urbano. (CORRÊA, 1995, p.64).

Assim, as únicas opções que o bairro teve de se expandir ao longo dos anos foram a norte, avançando até o limite do aeroporto onde se tem os bairros Vila Real, o Conjunto Habitacional Santos Dumont e o Residencial Golden. E ao sul, circundando a lateral do anel rodoviário, onde se tem o Residencial Moradas, o bairro Acácias, o bairro São Bento, o Conjunto Habitacional Nova suíça e, mais recentemente, o residencial Terra Jardim. Todas essas áreas compõem então o Grande Independência como se vê na figura 01.

funciona apenas a noite. De outro modo, é necessário deslocar-se para a Escola Estadual Augusta Vale, localizada no bairro Santa Laura, que é bem mais distante.

Verifica-se também que em toda a região não se tem espaços de lazer como praças e parques. Conta apenas com uma pequena quadra localizada na rua Portugal.

Já no Conjunto Habitacional Nova Suíça, quaisquer estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos de que os moradores precisem, não há no bairro, os mesmos precisam deslocar se para o Independência. Os estabelecimentos comerciais são bastante escassos, os poucos encontrados, ao todo cinco, sendo três do ramo alimentício e os outros dois de serviços, são bem pequenos e improvisados a partir da extensão das residências, funcionando como uma alternativa para a complementação de renda da família (figura 2).

Aqueles que precisam de trabalho necessitam deslocar-se para outras áreas onde há atividades comerciais, industriais ou no setor de serviços.

Figura 02 – Comércio improvisados no Conjunto Habitacional Nova Suíça



Autor: LIMA, 2019

Vale ressaltar que os espaços públicos, bem como os centros comerciais e equipamentos públicos quando inseridos nos bairros, são importantes elementos de promoção da sociabilidade. A conversa insere-se como elemento essencial na produção da sociabilidade e é justamente nesses espaços que as pessoas se encontram, conversam e se socializam.

Nesse sentido, praticamente todo o Conjunto Habitacional Nova Suíça é constituído apenas de estabelecimentos residenciais. São ao todo 498 moradias e nenhuma referência de espaços públicos, transformando as ruas naquilo que Le Corbusier denomina de meras “máquinas de circulação”. O único espaço destinado à construção de

uma praça no Conjunto está abandonado, coberto pelo mato conforme demonstrado na figura 2.

Figura 03. Espaço destinado à praça no Conjunto Habitacional Nova Suíça



Autor: LIMA, 2019

Também no que concerne às políticas públicas, essa realidade presenciada no Conjunto Habitacional Nova Suíça está na contramão do que prevê as legislações urbanas e habitacionais. Para além do teto, o direito à moradia deve oferecer serviços básicos essenciais que preservem a dignidade da pessoa humana e a justiça social. Para tanto, as prerrogativas partem de um consenso de âmbito internacional que se refere à Carta Mundial pelo Direito à cidade que já vem sendo objeto de reuniões e decisões acordadas desde 2001. Tais reuniões além de reconhecer todos os direitos já consagrados no que tange à habitação, apregoa a moradia digna que implica a terra urbanizada e bem localizada. Esse consenso internacional tem se refletido na formulação das leis em políticas nacionais. O plano diretor de Montes Claros, por exemplo, prevê a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes. Essas prerrogativas consubstanciam-se, por exemplo, na oferta de espaços de lazer, como praças e parques, espaços sociais como hospitais, postos de saúde, escolas e comércio. E todos esses elementos precisam estar em condições acessíveis para os moradores. O que não se verifica no Conjunto, já que o mesmo se encontra distante dos espaços urbanizados como foi constatado na pesquisa de campo e que será demonstrado a seguir, além de outras apurações.

3.2 – As redes de sociabilidade no local de origem das famílias transferidas para o Conjunto Habitacional Nova Suíça

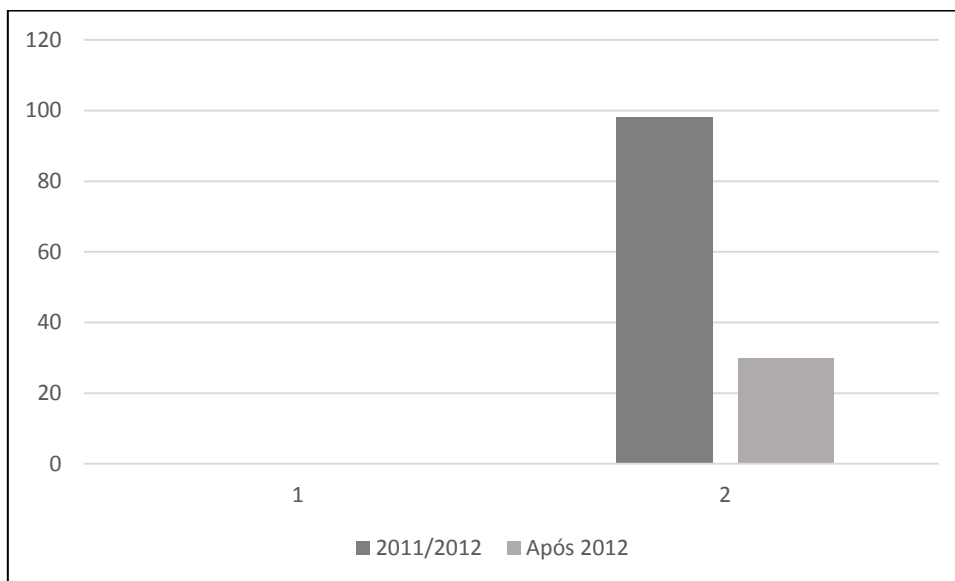
A perspectiva de ter um lar compreende mais do que uma casa enquanto elemento materialmente concebido. O lar envolve, além das paredes e do teto, dimensões de âmbito afetivo, psíquico e espaciais. Nesse sentido, ainda que determinadas moradias não sejam consideradas adequadas por envolver riscos aos que nela habitam, ou por ser pequena e não oferecer espaço adequado aos moradores, há nesses espaços a afetividade que une as pessoas ao lugar. Estão presentes nesses locais os gostos, os valores, as histórias que foram sendo sedimentadas por anos, formando a identidade dos moradores. Desse modo, assim como o país traz consigo um conjunto de elementos que identificam seus habitantes como, por exemplo, seus antepassados, costumes, as simbologias; em uma proporção menor está a moradia, um espaço em que a família que o habita constrói seus afetos, valores e histórias.

Assim, desterritorializar os moradores de um dado espaço implica também desfazer laços, crenças, costumes. É um processo de ter de se desapagar para tentar se adaptar a um novo ambiente que pode levar anos e mesmo assim nunca suprir o que havia construído no antigo lar.

É nessa perspectiva que esta etapa da pesquisa buscou compreender essa quebra de vínculos sofrida pelos moradores do Conjunto Habitacional Nova Suíça.

O primeiro propósito consistiu em verificar e confirmar o período de tempo em que os moradores já estavam instalados no Conjunto. Esperava-se que estivessem no local há nove anos, o que corresponde a época em que as residências foram entregues, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Mas ao iniciar cada entrevista, verificou-se que 30 pessoas, como expresso no gráfico 03, estavam no Conjunto há um tempo muito inferior a nove anos.

Gráfico 03. Quando sua família veio para o Conjunto Habitacional Nova Suíça?



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Importa aqui ressaltar que inicialmente, surgiram entrevistados que não se enquadraram no critério de estarem morando no conjunto desde a sua implantação. Deste modo, foram entrevistados 98 que estavam residindo no conjunto desde a implantação, pois o tempo informado coincide com a época em que as residências foram entregues, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Já outras 30 pessoas entrevistadas foram morar no conjunto um tempo depois. E ao serem questionadas, constatou-se duas situações diferentes, essa parcela de pessoas moram nas casas ou porque a comprou ou porque alugou. Esses 30 respondentes foram desconsiderados e não integram a amostra da pesquisa por entender que moradores mais recentes no Conjunto não poderiam oferecer um recorte de tempo favorável a verificação da construção de sociabilidade na região. E também porque não se tratavam de moradores legítimos, aqueles que adquiriram a casa mediante sorteio. Mas tais casos foram representados no gráfico por compreender que eles podem suscitar a seguinte reflexão: uma boa parcela dos moradores que adquiriram a casa no sorteio não está lá. Quais os motivos que levaram essas pessoas a venderem ou alugarem a casa e, portanto, saírem do lugar que receberam? O outro lado também suscita questionamentos: quais os motivos que levaram as pessoas a comprarem e alugarem para irem morar no Conjunto? Estariam essas duas situações relacionadas à questão da adaptação, à questão da sociabilidade?

Vê-se que é perceptível essas ocorrências de aluguel e compra a partir dos discursos tanto desses 30 moradores, quanto dos outros 98 moradores que de fato compuseram a amostra. Estes mencionaram parentes que foram morar no Conjunto nessas condições revelando que o fez para estar mais próximos dos familiares.

“Vendi a minha e comprei aqui” (Morador França)

“Ninguém ficou lá. Minha vó comprou aqui pra ficar mais perto”
(Morador Alemanha)

“A família estava toda aqui e nós foi os últimos a vir pra cá” (Morador Bélgica)

A moradora da rua França relata que vendeu a casa que tinha no Conjunto Chiquinho Guimarães para comprar no Conjunto Nova Suíça. Também a moradora da rua Bélgica relata que como seus parentes haviam recebido a casa no Conjunto, a família deles acabou comprando no mesmo bairro para estar perto da família.

A segunda pergunta da entrevista tinha como objetivo ter um parâmetro de onde vieram esses moradores a fim de identificar se no sorteio das casas poderia coincidir de muitos moradores serem provenientes de um mesmo bairro e assim haveria a possibilidade de continuidade na convivência entre amigos, conhecidos e até mesmo parentes no novo local de moradia. Mas ao serem questionados sobre o local de onde vieram, os dados no quadro 1 mostram a enorme diversidade de lugares. Os 98 entrevistados vieram de 47 bairros diferentes.

2. De qual bairro vieram?

Quadro 01: Local de origem dos moradores do Nova Suíça

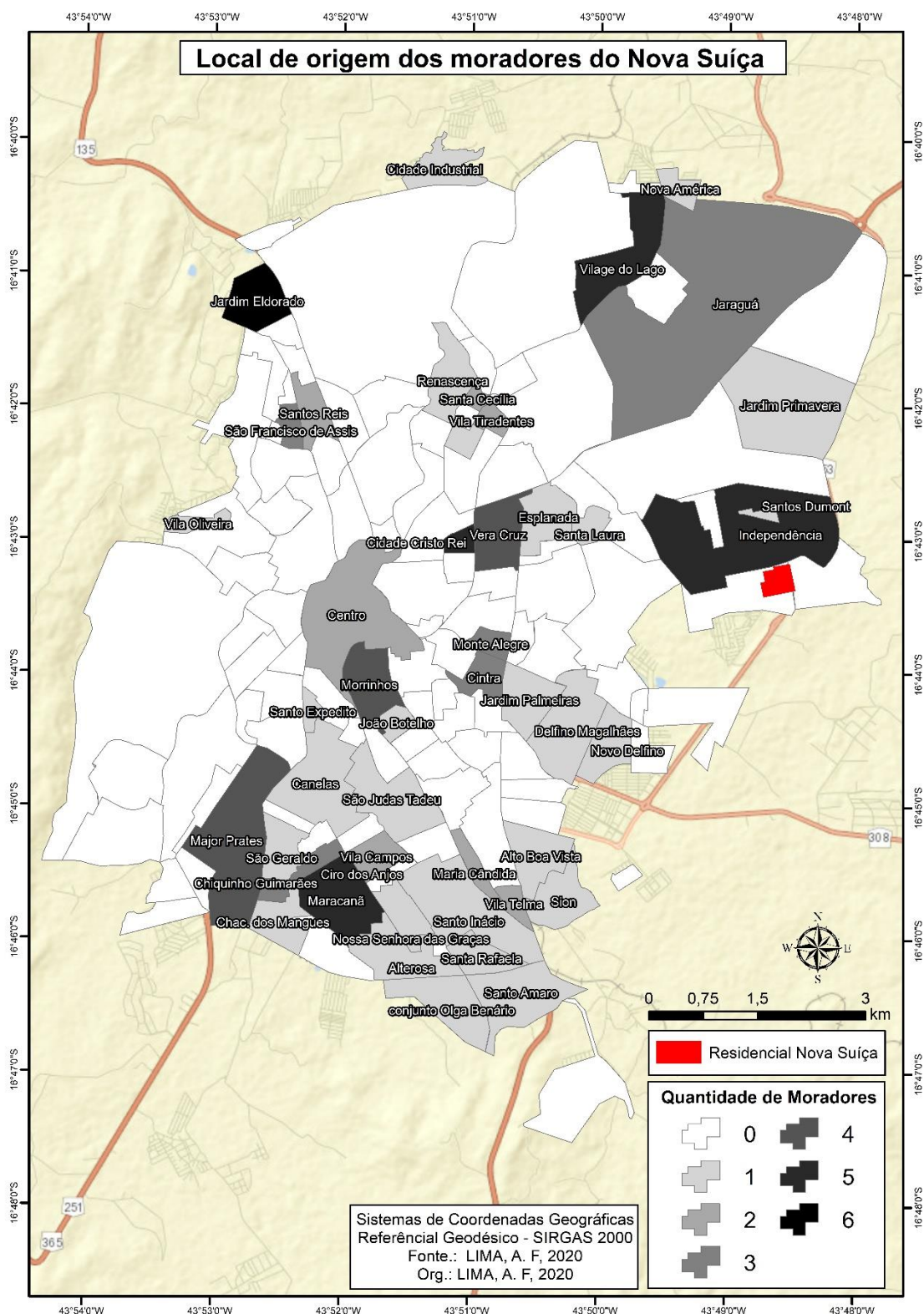
Ordem	Local de origem	Ordem	Local de origem
1.	Alterosa	25	Nossa Senhora das Graças
2.	Alto da Boa Vista	26	Nova América
3.	Canelas	27	Novo Delfino
4.	Centro	28	Olga Benário
5.	Chiquinho Guimarães	29	Renascença
6.	Cidade Cristo Rei	30	Santa Cecília
7.	Cidade Industrial	31	Santa Laura
8.	Cintra	32	Santa Rafaela

9.	Ciro dos Anjos	33	Santo Amaro
10.	Delfino Magalhães	34	Santo Expedito
11.	Esplanada	35	Santo Inácio
12.	Independência	36	Santos Dumont
13.	Jaraguá II	37	Santos Reis
14.	Jardim Eldorado	38	São Judas
15.	Jardim Palmeiras	39	Vera Cruz
16.	Jardim Primavera	40	Vila Campos
17.	Jardim São Geraldo	41	Vila Oliveira
18.	João Botelho	42	Vila São Francisco de Assis
19.	Major Prates	43	Vila Sion
20.	Maracanã	44	Vila Telma
21.	Maria Cândida	45	Vila Tiradentes
22.	Monte Alegre	46	Vilage do Lago
23.	Mangue	47	Zona rural
24.	Morrinhos		

Fonte: Pesquisa direta, 2020

E quando se faz a distribuição de quantidade de moradores provenientes de cada bairro, verifica-se, conforme consta no Mapa 07 que dos 47 bairros, apenas cinco deles registram um número mais expressivos de moradores, entre cinco e seis famílias. Nota-se então que o grupo de pesquisados, em sua grande maioria, é proveniente de bairros distintos já que de todos os 47 bairros, de 25 deles migraram para o conjunto apenas um morador.

Mapa 07. Local de Origem dos Moradores do Nova Suíça



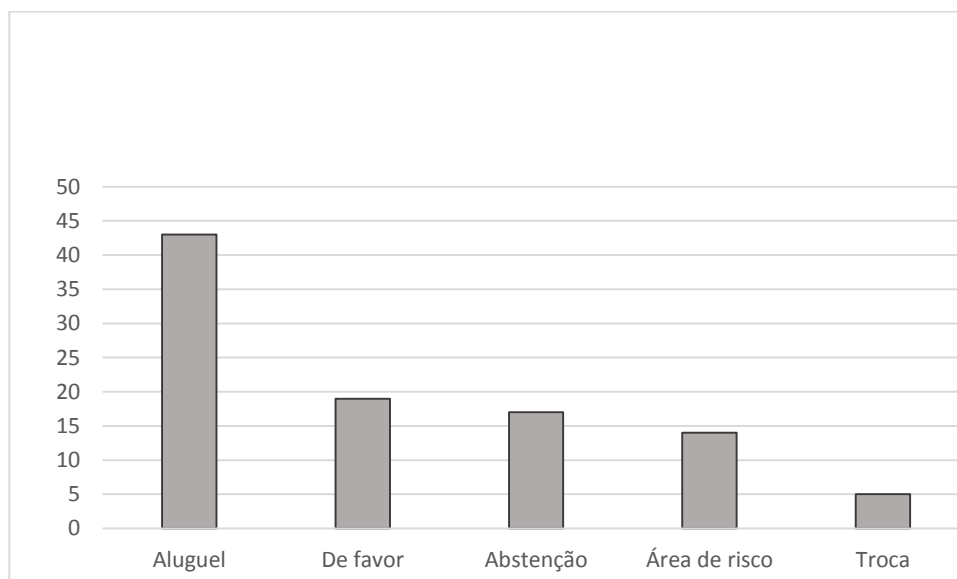
Isso demonstra que a possibilidade de conhecidos, parentes e amigos de um mesmo bairro terem sido sorteados para o Conjunto Nova Suíça é bem pequena. Aqueles que foram sorteados são em sua maioria provenientes de bairros diversos. Essa

significativa diversidade é propícia a trazer consigo diferentes costumes, diferentes hábitos que a partir de então passam a coexistir em uma mesma localidade, podendo haver choques culturais ou não entre moradores.

Nota-se também que a maior parte desses bairros são localidades onde há um grau de pobreza e violência. Também são bairros que se comparada a sua distância em relação ao Conjunto Habitacional Nova Suíça, a maioria localiza-se bem distante, em regiões consideradas contramão, que muitas vezes, para aqueles que dependem de transporte coletivo, precisam pegar dois ônibus para chegar ao Conjunto Nova Suíça ou vice-versa. Apenas os bairros Independência, Esplanada, Santa Laura e Vera Cruz é que estão mais próximos ao Conjunto e na mesma rota de circulação do transporte coletivo.

A pergunta que deu prosseguimento a entrevista ensinava compreender o motivo pelo qual os moradores desejaram sair do lugar onde habitavam para se fixar em outro tão distante se comparado ao local de origem. Qual seria a maior motivação para isso? Quais necessidades?

Gráfico 04. Motivo de ir para o Nova Suíça



Fonte: Pesquisa direta, 2020

A maioria das pessoas entrevistadas morava de aluguel no endereço de origem. Sabe-se que a moradia de aluguel acaba sendo uma condição itinerante, ou seja, muitas vezes é necessário deslocar-se de uma casa para outra a depender do preço do aluguel ou do desejo do dono da moradia. Mas a tendência é que aqueles que moram de aluguel

permaneçam no mesmo bairro ou adjacências pela facilidade e convivência ali já constituída.

Em seguida estão aqueles que foram para o Conjunto Nova Suíça por morarem de favor no endereço antigo. Os relatos demonstraram que muitos deles viviam na mesma casa que os pais ou parentes constituindo o que denominamos coabitação familiar. São normalmente filhos que constituíram famílias e permaneceram na casa dos pais, tornando o espaço pequeno para o número de pessoas.

“Porque nós morava no fundo da casa do meu tio e era só dois cômodos que morávamos” (Morador Alameda A)

“Morava de favor com minha sogra”. (Morador Alameda A)

“Porque era só um cômodo na casa de mãe”. (Morador Bélgica)

“A casa era de minha avó e não suportava a chuva”. (Morador Portugal)

A situação de troca demonstrada no gráfico 04, apesar de apresentar um quantitativo menor, chama a atenção pelo fato de representar uma ação real de manutenção de vínculos construídos no endereço anterior. Como foi abordado no gráfico 3, houve aqueles que são moradores do Conjunto, mas que não se enquadram dentre os legítimos donos. E além daqueles que compraram ou alugaram, há os que fizeram uma espécie de permuta entre Conjuntos habitacionais. Nesses casos de troca, diferentemente da parcela que ou alugou ou comprou, verifica-se que foram morar no Conjunto na mesma época, ou seja, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012 e por isso, por terem o mesmo tempo de vínculo no local, assim como os moradores legítimos, foram enquadrados dentre os 98 entrevistados para fins da pesquisa. Trata-se de uma parcela pequena, mas que em termos de sociabilidade nos revela muito sobre a forma como as pessoas se organizam na tentativa de manterem seus vínculos sociais.

“Eu vim porque eu não podia ficar sem meus filhos”. (Morador Itália)

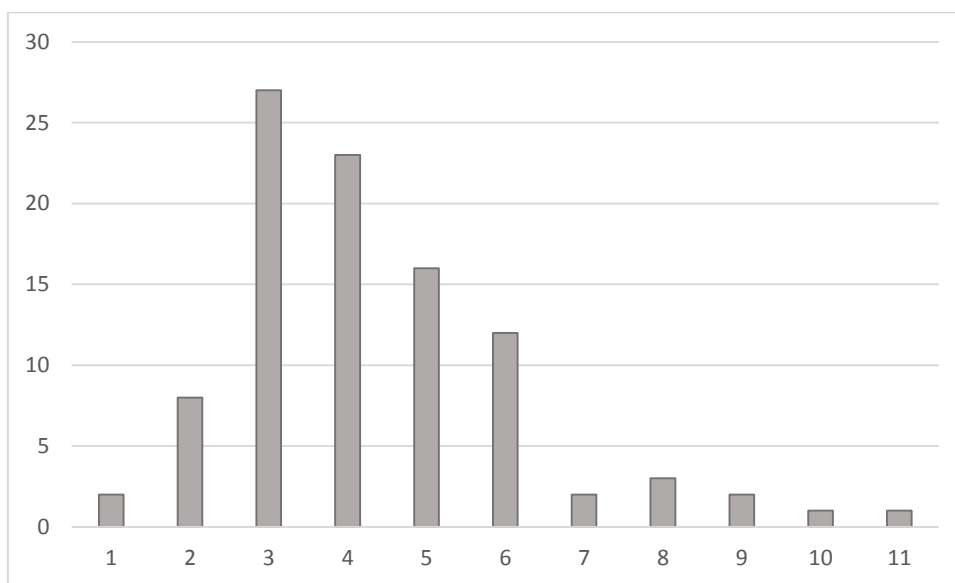
“Mora quase todo mundo aqui, aí eu tive que vir”. (Morador França)

A moradora da rua Itália relata que os filhos receberam a casa no Nova Suíça e para que ela pudesse ficar próxima deles, efetuou uma troca entre a casa que também foi adquirida no Conjunto Olga Benário.

Também a moradora da rua França diz que parentes do marido adquiriram a casa no Nova Suíça, e para ela a casa foi sorteada no Conjunto Santos Dumont. E para conseguirem se manter mais próximos, fez a troca com um morador do nova Suíça.

Percebe-se então uma pequena rotatividade na troca das casas entre conjuntos e o objetivo percebido é para que as pessoas possam ficar próximas da família. O que se verifica então é que os grupos familiares, em um processo de deslocamento, acabam buscando meios para que seus integrantes, principalmente aqueles que são a parte extensa da família, avós, tios e primos, permaneçam juntos no mesmo bairro ou mais próximos. E é nesse sentido que se julgou necessário verificar a quantidade de pessoas da família que vieram para o Conjunto a época que receberam as casas, para então mensurar o quanto de pessoas da família continuaram juntas, se foram família nuclear e/ou família extensa como se verá nos dados que seguem.

Gráfico 05. Quantidade de pessoas da família que vieram para o Conjunto



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Questionados sobre o número de pessoas da família que veio morar no Conjunto a época do sorteio das casas, os dados demonstram que dos 98 entrevistados, 27 afirmaram que vieram três membros da família, sendo, portanto, a maioria dos casos. Em seguida 23 pessoas afirmaram que vieram quatro membros da família para o Conjunto.

Assim, é provável que, aqueles que ficaram no endereço de origem sejam membros extensos da família, como avós, tios, primos, etc.

As informações que foram obtidas na pergunta seguinte à entrevista ajudam a corroborar essas informações já que quando arguidos se ficaram pessoas da família no bairro de onde vieram, das 98 pessoas entrevistadas, 64 delas disseram ter deixado familiares no endereço antigo.

“Ih! Muita gente. Mais da parte do meu esposo”. (Morador Alameda)

“A família toda. Todo mundo lá”. (Morador Groelândia)

“Sim! Tios, primos, irmãos, mãe”. (Morador Groelândia)

“Tem filha, irmão, neta. A família lá é bem grande”. (Morador Groelândia)

“Várias pessoas”. (Morador Alameda)

“É gente demais”. (Morador Groelândia)

“Da parte do meu esposo ficaram tudo lá”. (Morador Alameda)

Os outros 34 informaram não ter ficado nenhum parente no endereço anterior e nesse caso, as hipóteses é que ou essa família já não tinha parentes no endereço antigo - já moravam distante da família - ou então conseguiram que os parentes viessem morar no Conjunto ou próximo como já foi relatado nos casos de aluguel compra ou troca entre conjuntos.

Mas ainda assim, o número de pessoas que deixaram parentes no endereço anterior, se separando da convivência com os mesmos, representa um quantitativo bem maior se comparado a essas particularidades.

Esses dados demonstram que ao se mudarem para o Conjunto Habitacional Nova Suíça, a maior parte acabou por ter se distanciado de seus familiares, o que pode ter contribuído para a quebra de vínculos entre parentes.

É importante citar que houve casos de membros da família que retornaram para o endereço anterior e em todas as ocorrências tratam-se de filhos que, não se adaptando ao Conjunto Nova Suíça, acabaram retornando para o bairro de origem para ficar com parentes ou para morar de aluguel como pode ser verificado nas falas:

“Dois filhos voltaram para o São Judas pra morar com o pai, os tios lá”. (Morador Inglaterra)

“Meus filhos não se adaptaram e voltaram para o Alterosa pra morar de aluguel”. (Morador Europa)

“De primeiro veio três, né! Mas meus filhos saíram, teve que sair por conta que se envolveram com amizades ruins”. (Morador Inglaterra)

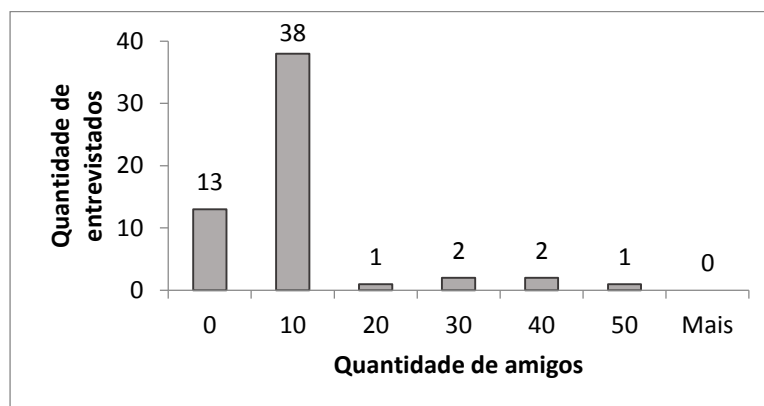
Esses casos demonstram a dificuldade de adaptação desses jovens ao novo local, bem como o atrito entre os novos moradores nesse novo ambiente de socialização, culminando no retorno de uma parcela deles para o endereço anterior, alguns buscando o amparo dos parentes e outros, quando na falta destes, morando de aluguel.

A última fala do morador da rua Inglaterra menciona “amizades ruins” se referindo a questão das drogas no Conjunto que, pela influência daqueles que estão no tráfico, os filhos acabaram sendo aliciados.

No que se refere a laços de amizade, também foi investigado junto aos moradores sobre esses vínculos no local de origem para averiguar a presença de laços além do familiar. Questionados se tinham amizades no endereço antigo, 84 pessoas afirmaram que sim e outras 14 pessoas disseram que não o que representa uma diferença bastante significativa. E quando solicitados a quantificarem o número de amigos no antigo endereço, o discurso na maior parte das vezes foi de que, pela quantidade de pessoas, era até difícil contabilizar. Surgiam as expressões: “Nossa”, “Vixe”, “Todo mundo”, “Várias”.

Dos 84 entrevistados que informaram ter amizades no local, metade chegou a estipular um quantitativo, 1, 2, 3, 4, 5 até 10. Mas a outra metade, ou seja, 42 moradores foram unânimes em dizer que não era possível contabilizar devido a quantidade de pessoas que conheciam e tinham laços de amizade no local de origem.

Gráfico 06. Quantitativo de amizades no local de origem



Fonte: Pesquisa direta, 2020

O gráfico 06 representa o quantitativo de amigos no local, o que demonstra que dos 84 moradores que disseram ter amizades no endereço, 38 deles têm em média 10 amigos.

“Vixe! Era muita. Eu era líder da pastoral. Conhecia todo mundo”.
(Morador Alemanha)

“Tinha amizade com todo mundo, eu conhecia todo mundo lá”.
(Morador Europa)

“Tinha gente demais. O povo tudo lá do quarteirão gostava de mim”.
(Morador Itália)

“Nossa! Várias”.(Morador França)

“Meu Deus! Eu era o cento das atenções lá! Todo mundo gostava de mim lá”. (Morador Espanha)

“Não faço nem ideia de quantas pessoas porque todo mundo lá era amigo”. (Morador Groelândia)

O discurso dos moradores expressa um entusiasmo e saudosismo ao relatar sobre o convívio no endereço anterior. Expressa também um sentimento de conforto e confiança quanto ao reconhecimento e afinidade com o local e as pessoas com as quais conviviam. Revela segurança por terem estado em um ambiente em que há conhecidos.

Em outras falas, percebe-se que há uma compreensão por parte dos moradores de que o tempo e a convivência são elementos constitutivos dos laços de amizade, uma vez que ao serem questionados se tinham amizades no local as respostas foram:

“Tinha. Eu **cresci lá**”. (Morador Portugal)

“Demais. Tinha doze anos que eu morava lá”. (Morador Inglaterra)

“**Tinha! Toda vida, né?** Que eu morava lá”. (Morador Espanha)

“Sim! Era todo mundo. **Eu nasci lá**”. (Morador Alameda A)

“Eram vizinhos de **muitos anos**. Até hoje quando a gente chega lá é a maior amizade”. (Morador Bélgica)

“Tinha, **fui nascida e criada lá, né!**”(Morador Portugal)

As respostas dos entrevistados e a entonação na maneira de responder indicam que eles fazem uma associação entre estar morando há muito tempo em um lugar e por isso já ter construídos vínculos de amizade.

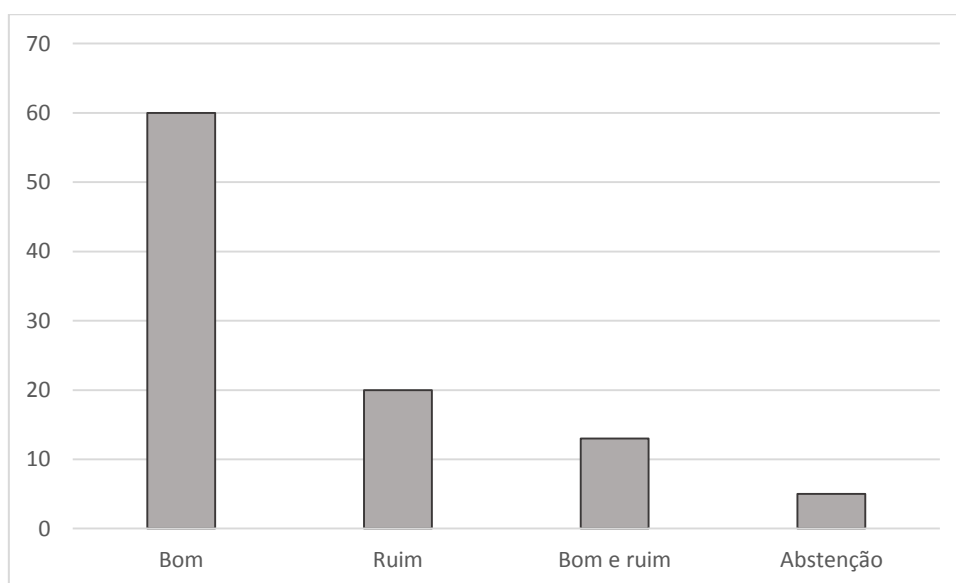
Essa percepção se coaduna com a definição de Granovetter (1973) sobre a

construção dos laços fortes. Para ele, é necessário que haja tempo de conhecimento para que se possa construir a reciprocidade, o investimento emocional, a confidencialidade e assim se estabelecer o vínculo. Nesse sentido, os laços fortes se dão entre parentes, amigos e vizinhos e os laços fracos são aqueles que ocorrem entre conhecidos, quando a aproximação se dá apenas por cordialidade.

Porém, verificar-se-á ao longo dessa pesquisa que no local onde essas famílias foram morar, apesar de já estarem lá há oito, ou nove anos, os vínculos de amizade construídos são bem menores e os laços de parentesco sofreram distanciamento.

A partir desse reconhecimento dos vínculos de amizade no antigo endereço, posteriormente os moradores foram conduzidos a refletir e relembrar como era morar no antigo endereço. Esperava-se que por esta via, os moradores poderiam relatar livremente sobre a convivência no local.

Gráfico 07. Como era morar no endereço anterior



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Como se pode verificar no gráfico, dos 98 entrevistados 60 pessoas consideraram ter sido bom morar no seu endereço de origem e não fizeram objeção sobre algo que seja ruim. E as explicações sobre o porquê de considerarem o lugar bom concentraram-se em duas narrativas: a primeira com maior número de discursos se referiu a proximidade com aqueles que eram do convívio como parentes, amigos e vizinhos:

“Era bom porque tinha muitos colegas”. (Morador Alameda A)

“Era bom, pois, tinha amizade com muita gente”. (Morador Portugal)

“Era bom porque como eu morei lá muito tempo, era todo mundo amigo de todo mundo, entendeu?” (Morador Portugal)

“Era bom que eu estava mais perto de minha família. Aqui tá mais longe um pouco”. (Morador Bélgica)

“Era bom. Eu conhecia todo mundo. Todo mundo me conhecia”. (Morador Espanha)

“Amava morar lá! Tudo ali pertinho. Tinha muita amizade. Lá eu tinha crédito. Fazia notinha pra pagar por mês e todo mundo confiava. Aqui não. Eu to aqui só porque é casa própria”. (Morador Europa)

Essas informações então revelam o apego dos moradores a esse local e o quão importante era o convívio social e os vínculos que já tinham construídos no seu endereço anterior. Percebe-se na fala dos moradores os laços de confiança que havia quando a moradora da rua Europa relata, por exemplo, a confiança de fazer compras no crédito, o que demonstra também que a partir dessa confiança surge uma ajuda mútua entre os moradores.

A segunda narrativa sobre o porquê de ter sido bom morar no endereço anterior refere-se a questão da localização do bairro em relação a outros bairros próximos e em relação ao centro e pelas facilidades em função dessa localização. Muitos relatam que a distância entre o bairro e o centro era bem menor se comparado com o Conjunto Nova Suíça e que por isso era mais fácil, não precisava ter despesas com ônibus, pois era possível se deslocar a pé. Também relatam sobre a localização no próprio bairro que oferecia os recursos bem mais próximos a eles, sejam equipamentos públicos ou comércio em geral. Isso pode ser constatado nas falas dos moradores.

“Era bom demais. Lá parece o centro. Tudo que você procura acha”. (Morador Alameda A)

“Era mais fácil que se você tivesse de descer para o centro você ia. Aqui se você não tem dinheiro você não desce”. (Morador Alameda)

“Também por questão de emprego. Lá você saía a pé para procurar. Aqui tem que pegar ônibus”. (Morador Alameda)

“Maravilhoso. Acesso ao Centro”. (Morador Portugal)

“Era bom. Pra ir ao centro a gente nunca pagava ônibus”. (Morador França)

“Lá era mais fácil em tudo”. (Morador França)

“Gostoso, maravilhoso. Eu nem ia no centro. Lá tem tudo”. (Morador Espanha)

“Ótimo! A vida social era muito melhor. Era tudo pertinho”. (Morador Espanha)

Depreende-se da última fala que parece haver uma relação direta entre a localidade e ocorrência de vida social. É como se a localidade de moradia, por ser mais próxima, seja em relação ao centro, seja em relação aos equipamentos públicos e ao comércio em geral favorecesse a construção de uma vida social, de mais diálogos, de mais convivência e, portanto, mais vínculos. Conforme Joseph (2005, p.111), a sociabilidade efetivamente emerge de encontros públicos, ligados a capacidade de cada sociedade de fazer com que os vínculos sociais ganhem consistência. Assim, estar em uma localidade que oferece mais recursos como praças, ruas arborizadas, centros comerciais; estes espaços são tidos como lugares habitáveis, propícios à comunhão de pessoas e por isso passíveis de se construir ali relações de amizade, laços sociais.

O gráfico 07 demonstra também que das 98 pessoas entrevistadas, 20 delas consideram ruim o local de onde vieram. As justificativas foram em sua totalidade atribuídas às drogas, à violência e à questão da condição da moradia (aluguel, morar de favor e área de risco), como se pode ver nos comentários:

“A **violência** era muito grande. Tiroteio”. (Morador Alameda)

“Péssimo! Morava de favor e no meio da **violência**.” (M, Alameda A)

“Era ruim porque tinha **tráfico de drogas**”. (Morador Portugal)

“Achava ruim porque eu estava na casa dos outros”. (Morador Bélgica)

“Área de risco, muito ruim de viver”. (Morador Europa)

Observa-se que o grupo que considerou o bairro de onde veio como ruim, em nenhuma das entrevistas houve a justificativa de que seria ruim por conta da vizinhança, dos vínculos mais próximos. O que representa um prognóstico ainda maior da importância dos vínculos que ficam no endereço anterior dessas famílias que foram para o Conjunto Nova Suíça.

Como já foi mencionado, esses bairros de onde os moradores do Nova Suíça vieram são em sua grande maioria regiões em que há um grau de violência e tráfico de

drogas. Tanto o é que a parcela de moradores que consideram seu antigo endereço ruim justifica-se pela ocorrência de tráfico de drogas e violência.

Essa menção dos moradores quanto ao antigo local de moradia pode ser confirmada a partir de Gomes (2016, p. 146) o qual destaca os bairros em Montes Claros que, no período que compreende 2010 e 2014, período este que corresponde a transição dos moradores para o Nova Suíça, há o maior índice de violência. Conforme esse autor, o tráfico de drogas é um elemento que exerce maior índice de influência sobre os crimes e homicídios ocorridos em uma dada região. Nesse sentido, pode-se considerar que nos locais em que há um alto índice de criminalidade, também ali está instalado o tráfico de drogas. Assim, os bairros demonstrados por Gomes (2016, p. 138) são localidades que possuem alto índice de criminalidade, muito em função do tráfico de drogas. E dentre os bairros retratados por este autor, praticamente todos correspondem às áreas em que os moradores do Conjunto Nova Suíça são oriundos.

Mas ainda que haja esses problemas no bairro, os moradores que julgaram ser bom morar no endereço anterior, o consideram bom apesar da violência, apesar do tráfico de drogas, sobrepujando estes problemas e demonstrando que as amizades, os vínculos sedimentados no local são fortes esteios que resistem às demais dificuldades.

Importa aqui destacar ainda que conforme os dados apontados por Gomes 2016, p. 146) a violência está presente também no “Grande Independência” abarcando a região do Conjunto Habitacional Nova Suíça. Como se verá mais adiante, a violência e o tráfico de drogas é uma queixa expressa nas falas dos moradores quanto ao Conjunto.

O que se percebeu também é que nas falas, é inevitável os moradores responderem sem estabelecer uma relação entre o endereço anterior e o atual. Muitos compararam no sentido mesmo das relações, da convivência, afirmando que no novo local é bem diferente. Eles expressam o estranhamento sentido nesse novo local, mesmo já passados oito ou nove anos.

“Era melhor do que aqui. Apesar de pagar aluguel”. (Morador França)

“Apesar do aluguel, a estrutura do bairro e as questões sociais são bem diferentes. Aqui há um choque muito grande”. (Morador Itália)

“Era bom que lá conhecia todo mundo lá. Lá a gente conversava mais com o pessoal. Aqui é diferente”. (Morador Espanha)

Todas essas informações demonstram que a maioria desses moradores já tinha vínculos sociais construídos no endereço anterior. Eram laços considerados fortes na

compreensão de Granovetter (1973), constituído por parentes e amigos atuando como pontos de confiança e ajuda mútua entre os moradores.

3.3 – As redes de sociabilidade no Conjunto Habitacional Nova Suíça

Considerando que os equipamentos públicos disponibilizados em um bairro se constituem como um espaço que promove a interação e a capacidade de desenvolver a sociabilidade, o Conjunto Habitacional Nova Suíça, mesmo sendo um espaço bastante amplo, que abarca o total de 498 moradias, não dispõe de escola, Cemei, locais de lazer como praça e nem mesmo ruas arborizadas. Somente no ano de 2019 é que foi implantado no Conjunto a Unidade Básica de Saúde.

É importante frisar que nesses nove anos de existência do Conjunto, os moradores tiveram que recorrer ao bairro Independência para terem acesso aos serviços sociais básicos como escola, Cemei e posto de saúde.

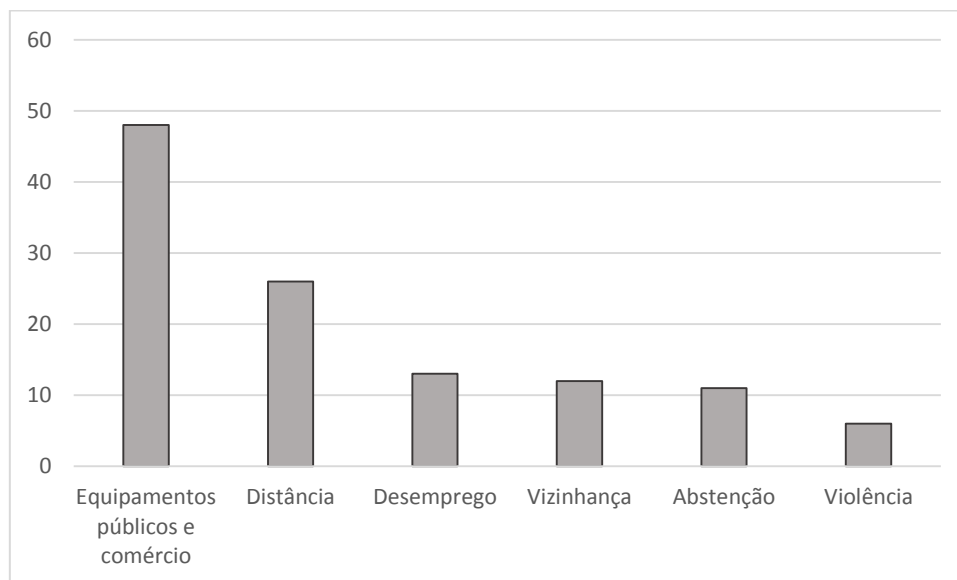
As duas escolas municipais disponíveis no bairro Independência, quando da chegada dessas 498 famílias, não comportaram a quantidade de novos alunos, tendo à época que instituir um terceiro turno para atender a demanda. Posteriormente, houve a necessidade de construção de novas salas para dar conta de atender a todos.

Hoje os moradores já contam com transporte público que circula no bairro, mas a época que foram para o Conjunto, era necessário se deslocar até o bairro Independência para utilizar o transporte.

O único espaço destinado ao lazer, reservado para a construção de uma praça até hoje ainda não recebeu a infraestrutura para tal.

Nesse sentido, as perguntas feitas aos moradores foram direcionadas para as percepções e realidades que viveram e vivem no Conjunto Habitacional Nova Suíça. A pergunta do gráfico 08 teve como objetivo verificar quais as dificuldades os moradores enfrentaram quando vieram morar no Conjunto e assim depreender em que sentido essas dificuldades poderiam estar atreladas a perda dos vínculos sofridas nesse deslocamento.

Gráfico 08: Dificuldades enfrentadas no Conjunto Habitacional Nova Suíça



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Para a maioria dos entrevistados, a falta de equipamentos públicos e de comércio no Conjunto foi a principal dificuldade que enfrentaram quando se mudaram para o Nova Suíça. Os moradores relatam que até hoje não há equipamentos públicos básicos como escolas, creche, praça e que sofreram por muito tempo com a falta de transporte que só foi implantado bem depois e o posto de saúde, instalado no final de 2019. Os equipamentos comunitários funcionam como locais de socialização. É o espaço que propicia o encontro entre as pessoas e o estabelecimento de vínculos. Nesse sentido, pode-se dizer que os moradores até hoje não contam com esses recursos. Para que possam utilizar tais serviços, é necessário o deslocamento para outro bairro, o Independência, local já sobrecarregado. Os entrevistados relatam que foram alvos até de discriminação nesses locais. São vistos como indesejados.

“Posto de saúde não atendia os moradores adequadamente. Discriminação, até um pouco de receio em atender”. (Morador Portugal)

“Falta saúde, escola, transporte e lotérica”. (Morador Europa)

“Ônibus, comércio, posto de saúde”. (Morador França)

“Escola, ônibus, lotérica. Não tem escola estadual, não tem Cemei”.
(Morador Portugal)

“Falta de escola, não tinha vaga. Não comportou o número de
crianças”. (Morador Espanha)

“Lá tinha uma praça. Aqui não tem uma praça”. (Morador Alameda A)

Os equipamentos públicos então disponíveis, por estarem localizados em outro bairro, não representaram para esses moradores um espaço destinado a eles e por isso não se sentiram inseridos no ambiente, não se produziu o sentimento de apego, de pertença tão necessário para o desenvolvimento e consolidação das relações sociais.

Conforme diz Castel (1994, p. 48) as relações humanas não se restringem ao contato local e familiar. Elas se dão também nos espaços de convívio externo como bares, praças, parques, igrejas, associações. E assim, não tendo esses espaços propícios a socialização e ainda, separados do convívio familiar, restam espaços vazios. Não reconhecem nas ruas e nas casas o seu cotidiano, o pilar de suas estruturas de pertencimento.

Nota-se que o bairro também não dispõe de associação de moradores, um elemento que seria relevante para a aproximação social, trazendo uma comunhão em prol dos interesses da comunidade: “É a união que junta mais, né? Mas aqui não tem nem associação de bairro.” (Morador Portugal)

Também os estabelecimentos comerciais até hoje são escassos no Conjunto, os moradores precisam se deslocar para o bairro Independência para terem acesso a supermercado, padaria, farmácia, entre outros.

“Não tem um supermercado. Tem que ir lá na avenida”. (Morador Alameda A)

“Falta de comércios por aqui como farmácia, padaria e outros”.
(Morador Inglaterra)

“A lotérica que não tem. Pra pagar conta tem que ser lá no centro”.
(Morador Alameda A)

Os espaços sociais representados pelos equipamentos comunitários no Conjunto, por não existirem, são assim vazios de elementos que cooperam para a aproximação e convivência entre os moradores.

Além de o Conjunto não contar com equipamentos públicos, os moradores precisam lidar também com o problema da distância, como retratado no Gráfico 08. Para

os moradores, o Conjunto Habitacional é distante de tudo e isso dificulta a vida deles. Os relatos ora tratam da distância do Conjunto em relação ao Centro, ora da distância entre o Conjunto e o bairro vizinho, o Independência, para onde precisam se deslocar para acesso aos estabelecimentos comerciais e aos equipamentos públicos.

“Eu achei estranho porque é longe da cidade. Eu falei, meu Deus! O povo jogou nós no mato!”(Morador Alemanha)

“A escola muito longe”. (Morador Alemanha)

“Até hoje eu acho difícil. Não tem nada perto”. (Morador França)

“Aqui tem que ter dinheiro e carro. Se não tiver...”(Morador Portugal)

“Dificuldade é a distância, e pra se locomover pra chegar lá tem que pagar dois ônibus”. (Morador Groelândia)

“Ixe! Lotação. Tudo tem que ser de lotação. Eu tive que trazer minha mãe pra morar aqui”. (Morador Portugal)

Com o distanciamento, os moradores não se sentem como fazendo parte da cidade. Sentem-se ao contrário, isolados como expresso na fala da moradora “O povo jogou nós no mato”. Esse distanciamento não se dá somente quanto ao acesso aos equipamentos públicos, ao comércio e ao centro, mas também quanto ao contato com aqueles que eram do convívio dessas famílias. Se antes podiam se encontrar e comunicar diariamente, agora a convivência entre eles se torna mais difícil. É como relatam os moradores, “se não tiver dinheiro não vai”, porque muitas vezes precisam pegar até dois ônibus para encontrar os parentes e amigos.

A urbanização engendrada pelo sistema capitalista traz consigo variados entraves, dentre eles, reforça a ocorrência do distanciamento entre os moradores dos conjuntos habitacionais e o espaço público, este que é por excelência o lugar da comunicação e de encontros multi-sociais sejam nas praças, no centro e outros locais de lazer da cidade.

Conforme Lefebvre (2001, p. 25) existe no sistema capitalista uma segregação denominada “programada” que sob o pretexto de arrumação, extirpa aqueles grupos sociais mais vulneráveis para longe dos recursos públicos da cidade. Essa ação se personifica nos planos diretores das cidades, materializando-se nas ZEIS que regulamentam a construção de conjuntos habitacionais na periferia da cidade. Geralmente são locais que dificultam o acesso aos equipamentos públicos, negando o direito à cidade. Essa condição de distanciamento acaba por refletir em outros aspectos da vida dos

moradores no conjunto como é explicitado na terceira maior dificuldade enfrentada pelos moradores representada no gráfico 08 que diz respeito a conseguir trabalho. Conforme os relatos, no endereço de origem era mais fácil conseguir trabalho pelo fato de que conheciam todo mundo e assim um comunicava ao outro sobre possíveis oportunidades. Também pelo fato de estar tudo mais próximo, de ter bastante estabelecimentos comerciais. Para os entrevistados, esses fatores facilitavam na busca por trabalho. Mas no Conjunto Nova Suíça, como praticamente não há estabelecimentos comerciais e como dizem não conhecer ninguém, se tornou bem mais difícil conseguir algum trabalho, até mesmo o chamado “bico”.

“Estava sem trabalho e não conhecia ninguém”. (Morador Portugal)

“Pra lá era mais fácil de arrumar serviço. Aqui é mais difícil. As mercearia, construção civil não arruma pra gente. Aqui é mais é bico”. (Morador Espanha)

“Desemprego, muita dificuldade pra trabalhar”. (Morador França)

“Um emprego fixo como faxina, gari, garçom”. (Morador Inglaterra)

“Arrumar serviço. Lá era mais fácil porque tinha mais conhecido”. (Morador Espanha)

“Lá eu fazia qualquer coisa. Aqui eu tive que abdicar porque não tinha quem ficava com meus filhos”. (Morador Alemanha)

Vê-se que também no quesito dificuldade para conseguir trabalho, a sociabilidade, os vínculos sociais construídos são um elemento facilitador. É um mecanismo social que a partir da comunicação, do conhecer o outro e da geração de confiança que então vai se construindo cadeias de ajuda mútua beneficiando uns aos outros em diversos setores. É o que denominamos de capital social. Para Putnam (2006, p.180), quanto maior a capacidade dos cidadãos de confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de capital social.

Essa rede durável de relações passa a ser útil no sentido de facilitar que as pessoas atinjam seus objetivos até de sobrevivência, quando há a ajuda mútua.

Observa-se que as dificuldades mencionadas pelos entrevistados se entrecruzam e todas estabelecem uma conexão com a falta de vínculos no novo local. Quando dizem da falta de equipamentos públicos e comércio em geral no bairro, essa falta diz respeito aos elementos necessários para a aproximação e construção de laços entre os moradores.

Quando dizem da distância, a mesma está relacionada ao afastamento entre os vínculos deixados no endereço de origem e à dificuldade de acesso aos equipamentos públicos e comércio, o que prejudica também os vínculos e a falta deste dificulta o ingresso no mercado de trabalho. Na fala da moradora “Aqui eu tive que abdicar porque não tinha quem ficava com meus filhos” subentende-se que, no seu endereço antigo, havia parentes ou vizinhos que colaboravam no cuidado com os filhos para que as mães pudessem trabalhar. Diferente da realidade no Conjunto, por não ter ninguém para ficar com os filhos, a alternativa é abdicar do trabalho. Na outra fala do morador da Alameda A: “Falta escola para a criança de dois anos estudar para a mãe trabalhar.”. A falta do equipamento público nesse novo local, o Cemei, é também elemento impeditivo para que as mães possam sair para trabalhar.

Em menor quantidade, mas a quarta dificuldade mencionada pelos moradores conforme dados no gráfico 08 refere-se a questão da vizinhança.

“Pra mim aqui era todo mundo estranho. Me senti isolada. Muito sozinha”. (Morador Alameda A)

“Falta de amizade. Se precisar de alguma coisa aqui vocês não conta com vizinho não”. (Morador Portugal)

“Eu falo com meu marido que se eu ganhasse na mega sena eu sumia daqui”. (Morador Alameda A)

“A gente não tem amizade nenhuma aqui”. (Morador Itália)

“Falta de convivência com os vizinhos”. (Morador França)
 “Principalmente os meus filhos. Se envolveram com amizades ruins”. (Morador Europa)

“A dificuldade foi os meninos. Não deixar mexer com coisa errada”. (Morador Groelândia)

As falas dos moradores demonstram a dificuldade quanto à convivência. Para eles, todo mundo era estranho, desconhecido e o medo daquilo que é desconhecido acaba por provocar uma certa repulsa, atuando como um obstáculo a aproximação e construção de vínculos entre os moradores. É mencionado também o sentimento de defesa perante as situações de violência relacionadas ao tráfico de drogas no Conjunto. Moradores relatam o medo que sentem quanto aos filhos conviverem com “amizades ruins”. Como já foi dito, alguns pais até optaram por tirarem os filhos do bairro, levando-os para a casa de parentes no endereço anterior a fim de protegê-los do envolvimento com “amizades ruins”.

Percebe-se também que tal estranhamento foi intensificado pela condição física das moradias logo que foram entregues. As casas não tinham muros de proteção e os moradores passavam livremente pelos quintais das residências. Como se vê nos depoimentos:

“Era aberto. Tinha medo. As pessoas passavam no quintal da gente e isso me incomodava”. (Morador França)

“Era tudo sem murar. Teve que arranjar um dinheiro rápido pra murar”. (Morador Bélgica)

“Falta de segurança porque as casas não eram muradas, não conhecíamos ninguém. Diferentes culturas e costumes”. (Morador França)

Vê-se que a soma “pessoas estranhas” e as casas sem muro provocaram nos moradores um sentimento de insegurança. Foram circunstâncias que desenvolveram um sentimento de medo e repulsa quanto às pessoas do local.

A partir da concepção de estigma social abordado por Goffman (1981, p. 5) em que a sociedade estabelece formas de categorizar as pessoas, percebe-se que, além do estigma social enfrentado por esses moradores vindo de outros territórios, há no próprio interior do Conjunto a instalação de um estigma entre os moradores. Comumente os conjuntos habitacionais são vistos como locais da marginalidade, onde a violência e as drogas são uma constante. Há de certo modo uma aversão a esses locais. Essa mesma aversão norteia as narrativas dos moradores: “Para mim aqui era todo mundo estranho” (Morador Alameda A). “Tinha todo mundo **diferente**. Meus filhos eu tirei daqui por causa disso.... Eu não **conhecia** os vizinhos pra saber...” (Morador Inglaterra). “É difícil sair de um convívio social para um **desconhecido**. ” (Morador França).

Goffman (1981) ainda diz que o não conhecimento é que dá causa a julgamentos pré-concebidos. Se assim o for, tais preconceitos por parte dos moradores dão indícios da ausência de sociabilidade no bairro e ainda contribui para acirrar essa condição já que, por não conhecerem, acabam por categorizar a vizinhança como “estranhos”, “diferentes”. Nesse sentido, é provável que a diversidade cultural - diferentes costumes e valores - presente no bairro em virtude das diversificadas localidades a que esses moradores vieram contribui ainda mais para esse estranhamento, gerando o estigma entre os moradores e dificultando o desenvolvimento da sociabilidade no local.

Hoje, a maior parte das residências está cercada por muros, o que mudou até um pouco a paisagem do bairro, perdendo aquele aspecto de conjunto e apresentando-se como

um bairro comum. A construção de muros nas residências tem o objetivo de trazer proteção e obter mais privacidade. Mas por outro lado, os muros limitam os espaços e possibilidades de interação com a vizinhança. Mas ver-se-á mais adiante que o período em que os moradores permaneceram com suas residências expostas, tendo um contato mais direto com a vizinhança, não foi suficiente para promover a sociabilidade entre eles. Também, após as moradias terem sido cercadas, o estranhamento e o medo da violência ainda mantêm as pessoas reclusas e receosas, dificultando maior proximidade com a vizinhança.

O questionamento seguinte dirigido aos moradores: Você sente falta do contato com as pessoas que eram da sua convivência? Como isso te afetou?

Dentre o total de entrevistados, 64 deles afirmaram sentir falta do contato com os parentes e vizinhos antigos e, naturalmente, as narrativas que surgiram foram justificando essa falta. Alguns atribuem à distância, dizem que por ser distante fica mais difícil manter contato e quando o mantém, é mais aos finais de semana. Soma-se a isso, as condições financeiras que por dependerem de transporte, nem sempre podem ir.

“Sim. E até hoje”. (Morador Alameda A)

“Sente porque a gente não tem condição de visitar de ir ver”.
(Morador Groelândia)

“Sinto. Eles não vêm visitar porque é muito longe”. (Morador Espanha)

“Todo final de semana eu vou pra lá. Se eu achasse quem comprasse aqui eu voltava pra lá”. (Morador Europa)

“Sinto. Final de semana não dá nem vontade de voltar pra cá”.
(Morador França)

Veja que na primeira fala, a moradora destaca que até hoje, depois de passados oito ou nove anos, ainda convive com a falta que os familiares e amigos faz. Também chama a atenção o fato de muitos completarem sua resposta citando que eles vão mais ao endereço antigo visitar os parentes e/ou amigos do que estes vêm ao Conjunto. E a justificativa é de que o bairro é perigoso e é longe, corroborando o estigma por parte daqueles que não são do Conjunto.

E dentre os 98 entrevistados, apenas 30 relataram não sentir falta das pessoas de convívio do endereço anterior. Muitos alegaram não sentir falta porque conseguem manter contato, principalmente nos finais de semana. Outros disseram não sentir falta por

não ter deixado parentes no endereço anterior. Como já foi mencionado, muitos vieram morar próximo ou de aluguel, ou porque compraram ou porque trocaram as casas.

“Não porque quase todo fim de semana nós vamos pra lá”. (Morador Inglaterra)

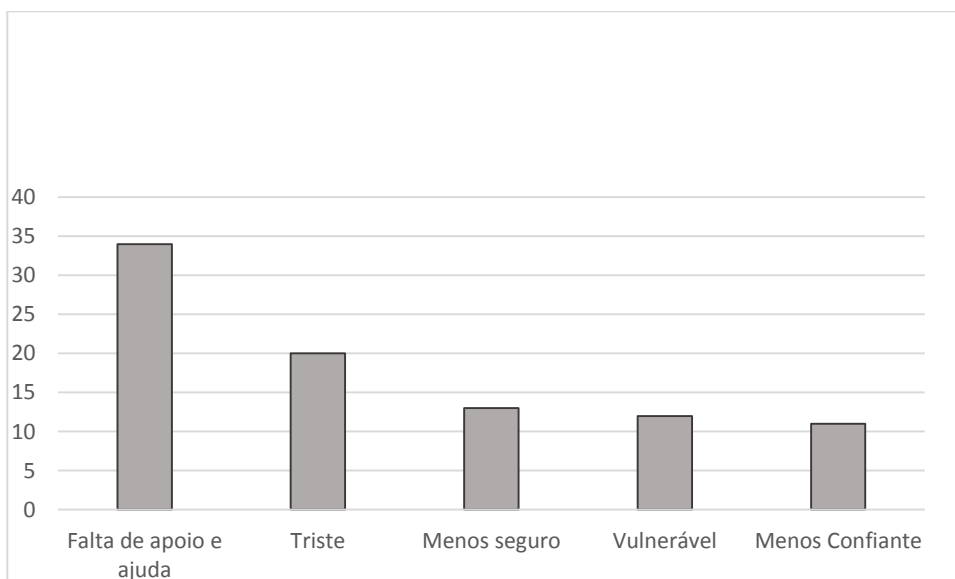
“A gente se vê direto”. (Morador Alameda A)

“Não porque eu sempre vou lá, eles vêm aqui”. (Morador Groelândia)

“Eu não sinto porque quando eu dou saudade eu vou pra lá”. (Morador França)

“Não, porque mamãe veio pra cá!” (Morador França)

Gráfico 09. Como a ausência dos parentes e amigos afetou



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Quando questionados sobre quais sentimentos lhes sobrevieram em virtude dessa ausência junto àqueles do convívio e dentre as sugestões: Sentiu-se menos seguro? Triste? Mais vulnerável? Menos confiante? Sentiu falta de apoio, de ajuda? A maior parte diz sentir falta de apoio e ajuda (gráfico 09). Para eles, os parentes se estivessem próximos poderiam oferecer um apoio ou ajuda quando precisassem como, por exemplo, prestar auxílio no cuidado com os filhos para poderem trabalhar.

“Porque eu tinha criança, não tinha com quem deixar”. (Morador Bélgica)

“Senti falta de ajuda das pessoas que olhavam as crianças para trabalhar”. (Morador Alameda A)

Em seguida está o quantitativo daqueles que se sentiram/sentem tristes em decorrência desse isolamento. São 20 moradores que atribuem a tristeza à falta de alguém para conversar: “Me sentia triste por não ter amizade, não tinha com quem conversar” (Morador Portugal), “Triste porque lá eu tinha mais contato com as pessoas” (Morador Alameda A).

E por fim, os três últimos indicadores do gráfico respectivamente os que se sentiram menos seguros, vulneráveis e menos confiantes. Estes três sentimentos estão inter-relacionados, ou seja, um conduz ao outro, uma vez que quando não se sente seguro em um determinado lugar, é natural que dessa insegurança a pessoa se torne vulnerável diante das situações e perde-se então a confiança em si e nos outros. Desse modo, pode-se contabilizar esses três elementos o que se soma um total de 36 pessoas. É importante reiterar que esses sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e falta de confiança têm a ver com a diversidade de pessoas que, de repente, passam a habitar um mesmo lugar. Para Wirth, (1967, p.98) os vínculos de parentesco, de urbanidade e os sentimentos característicos da vida em conjunto que tenha perpassado por gerações tendem a desaparecer e/ou se tornar fracos quando são agregados em locais cujos membros têm origens e formação diversas.

O fato de não conhecerem as pessoas, de não saberem a origem, crenças e costumes e, ao mesmo tempo, estarem distantes daqueles que poderiam ser o amparo, ocasiona tais sentimentos.

Também tem a ver com o grau de violência e do tráfico de drogas presente no Conjunto, frente a uma residência que por um bom período tenha ficado exposta sem o muro como proteção. Todos esses fatores contribuem para esses sentimentos. Os entrevistados que se sentiram menos seguros, vulneráveis e menos confiantes somam 36 moradores que em suas falas atribuem esse sentimento à questão da violência e ao tráfico de drogas.

“Senti vulnerável por causa do muro”. (Morador Europa)

“Ficamos **inseguros** por não **conhecer** o pessoal”. (Morador Itália)

“Com certeza mais **insegura**, você demora muito tempo pra confiar nos novos vizinhos”. (Morador Itália)

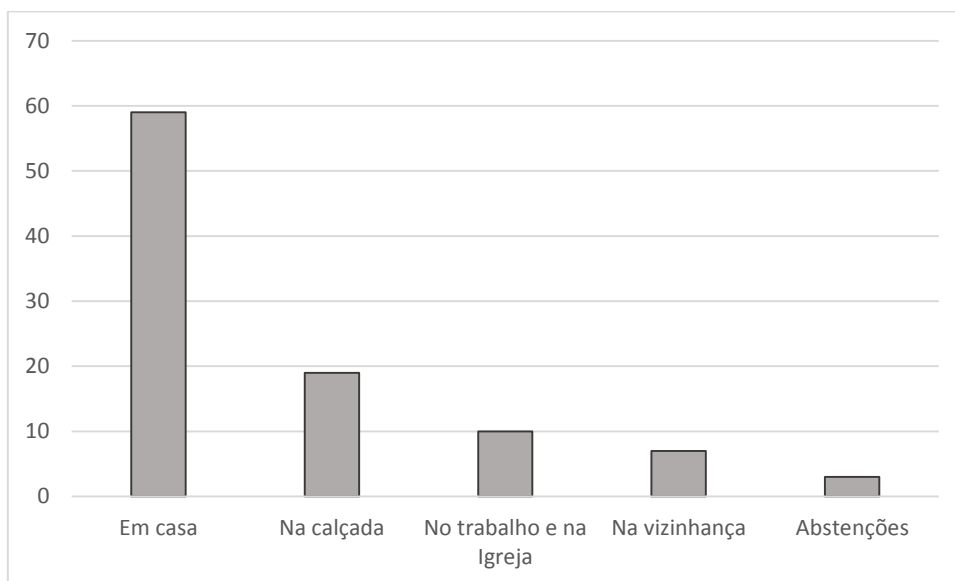
“É difícil sair de um convívio social para um **desconhecido**”. (Morador

França)

“Com certeza mais **vulneráveis**. Você demora muito tempo a **confiar** nos novos vizinhos a ponto de chamá-los de amigos”. (Morador Itália)
 “Tinha todo mundo diferente. Meus filhos eu tirei daqui por causa disso.... Eu não **conhecia** os vizinhos pra saber... Deu a casa, mas as famílias aqui se destruíram... Eu renunciei a minha vida pela casa. Tivemos nossa casa que era o sonho, mas destruí outros sonhos”. (Morador Inglaterra)

Todas essas informações permitem dizer que se trata de uma localidade em que existem barreiras impeditivas para a construção de sociabilidade e isso é percebido nas falas dos moradores. Vê-se que eles compreendem o “conhecer” como elemento básico para que então se possa estabelecer confiança e se envolver com aquele grupo. A confiança é o elemento que por si só representa uma relação de vínculos sólidos. E os dados que seguem mostram que até hoje essa dificuldade de construir vínculos no Conjunto ainda se mantém.

Gráfico 10: O que gostam de fazer no dia-a-dia no Conjunto habitacional



Fonte: Pesquisa direta, 2020

O objetivo da pergunta do gráfico 10 era verificar de modo indireto o grau de proximidade entre as pessoas do Conjunto, observar quais são os espaços de socialização para então definir se de algum modo as pessoas se entrosam e se há relações de vínculos já consolidadas no local. Assim, constata-se que, ao responderem sobre em quais espaços no Conjunto preferem ou gostam mais de ficar, de todos os entrevistados, a grande maioria diz preferir ficar em casa.

“Só dentro de casa. Só saio pra ir receber o dinheiro”. (Morador Alameda A)

“Trancada dentro de casa se possível. Mas vou na casa de meus filhos no Maracanã”. (Morador Espanha)

“Dentro de casa porque é perigoso. Tem tiro”. (Morador Bélgica)
 “Nem saio de casa”. (Morador Portugal)

“Fico mais em casa. Não tenho contato com a vizinhança não”. (Morador Espanha)

“Com certeza no meu quintal. Mais seguro. Lá fora as questões das drogas incomoda muito e a questão da insegurança”. (Morador Itália)

Vê-se que um dos principais motivos pelos quais os moradores preferem se manter em casa e não sair na rua, na calçada, na vizinhança tem a ver com a questão das drogas e daquilo que pode advir dela, como a violência, bala perdida, brigas, etc. Para além de a violência ser uma realidade no Conjunto, também percebe-se na fala dos moradores que há uma certa generalização e preconceito entre os próprios moradores, ou seja, criou-se um estigma no próprio bairro entre os moradores de um e outro ser “estranho”, “diferente”, com hábitos e cultura diferentes e por isso está estabelecido que não são pessoas “boas” para ter contato, é melhor manter distância. Observa-se que alguns são categóricos em dizer que não mantém contato com vizinhos.

Uma pequena parcela dos moradores, apenas 19, é que afirmou gostar de ficar na calçada, como demonstrado no gráfico 10, ora sentados observando o movimento, ou conversando com os vizinhos. E para isso os espaços são as calçadas, na porta das casas, no final do dia que é quando o sol já se pôs e há sombra nas portas, uma vez que são poucas as ruas que dispõem de árvores que ofereçam sombra para o abrigo das pessoas.

“Gosto de ficar na calçada no período da tarde para conversar com os vizinhos”. (Morador Alameda A)

“Fico no quintal cuidando das minhas plantas e na calçada conversando com os meus vizinhos”. (Morador Alameda A)

“Mais dentro de casa e a tarde sento lá fora para as criança andar de bicicleta e brincar com outros colegas”. (Morador Alameda A)

“A nossa distração era ficar olhando os caminhão passar e cada um escolhia o caminhão que queria, a cor que queria. Esse verde é meu. Esse azul também”. (Morador Alemanha)

Figura 04: Espaços de socialização



Autor: LIMA, 2019

É uma parcela mínima que se percebe tentando se socializar, construir laços. E é ao mesmo tempo o único momento e opção de lazer que esses moradores encontram. Colocam cadeiras na calçada e ficam sentados, alguns isolados, vendo o movimento da rua e como eles mesmos dizem, “quem passa a gente só dá oi, oi, boa tarde, boa noite” outros se juntam para conversarem entre si.

Chamou a atenção o último relato da moradora da rua Alemanha: “A nossa distração era ficar olhando os caminhão passar e cada um escolhia o caminhão que queria, a cor que queria. Esse verde é meu. Esse azul também”. (Morador Alemanha).

Essa rua em específico é a última do Conjunto e posiciona-se de frente para a rodovia, de modo que o barulho dos caminhões passando o tempo inteiro é bastante intenso. A fala da moradora revela a falta de alternativas que os moradores encontram para se distraírem, já que o Conjunto não oferece qualquer espaço de lazer. Assim, a rua, a calçada deixa de ser apenas mais um elemento de seu processo de socialização para tornar-se o principal.

Essa ausência de espaços de socialização também foi verificada na observação do lugar. Durante as diversas inserções no entorno do Conjunto que se deram ora no turno da manhã, ora à tarde e início da noite, não se viu locais em que pudessem existir práticas sociais como associações de moradores, grupos de ginástica, de recreação, igrejas que pudessem abrigar grupos de jovens. Os relatos dos moradores corroboram essa percepção, confirmando que não há associação de moradores e aqueles que frequentam igrejas, costumam deslocar-se para outros bairros para terem acesso. Isso por si só promove uma dispersão dos moradores no Conjunto, dificultando a aproximação entre si. As poucas interações verificadas no local são os pequenos agrupamentos nas calçadas e a reunião de crianças brincando de bola nas ruas.

Sobre o direito à cidade, Lefebvre (2001, p. 25) argumenta que a ordem capitalista é responsável por gerar uma “periferia desurbanizada”, ou seja, uma periferia em que não há infraestrutura urbana necessária à qualidade de vida dos moradores. Promove-se a desertificação dos espaços públicos e o que se vê de ponta a ponta é um amontoado de casas. Assim, o indivíduo conquista o direito à moradia, mas passa a ser privado do direito à cidade.

Na terceira categoria evidenciada no gráfico 10 vê-se que 10 moradores disseram frequentar outros espaços sociais que são a Igreja e o trabalho. Ambos são locais propícios à construção de sociabilidade. Mas como já foi evidenciado, esses locais de socialização não estão propriamente no Conjunto Habitacional Nova Suíça, já que os equipamentos públicos como Igrejas não existem de fato no Conjunto. Os moradores que frequentam esses ambientes, normalmente, deslocam-se para o bairro Independência onde há Igrejas Católicas e Igrejas Evangélicas. Também os locais de trabalho não estão propriamente no Conjunto. Nesse sentido, é pouco provável que essa parcela de entrevistados estabeleça ambiente de sociabilidade entre os moradores no Conjunto e, por isso, podem ser inseridos à categoria dos moradores que ficam “em casa”. É como eles mesmos dizem: “É de casa para o trabalho e do trabalho pra casa”.

“Na verdade dentro de casa é o melhor lugar e na igreja louvando ao senhor”. (Morador Inglaterra)

“Quando não estou em casa fico no trabalho mesmo”. (Morador Portugal)

“Trabalho fora. Mas não tenho amizades por aqui, por isso não fico em porta de rua, nem nas casas”. (Morador Inglaterra)

“Aqui é do serviço pra casa”. (Morador Bélgica)

“Dentro de casa ou pra ir pro trabalho”. (Morador Groelândia)

“No trabalho. Aqui não tem muito lazer, né! Uma coisa que seria muito bem-vinda era um espaço verde, praça. Falta espaço para reunir mais as pessoas”. (Morador Groelândia)

Veja que na última fala, a entrevistada na rua Groelândia compreende a utilização de espaços públicos enquanto espaços de comunhão, de aproximação das pessoas. A moradora se enquadra na categoria de casa para o trabalho e menciona a falta de espaços verdes, de praças como opção de socialização para os moradores.

Quanto a categoria vizinhança que representa apenas sete pessoas de um total de 98 entrevistados, os moradores dizem frequentar a vizinhança e são estes grupos os legitimamente considerados como vínculos estabelecidos entre essa parcela de moradores no Conjunto Habitacional Nova Suíça. São os que ao longo desses oito e nove anos conseguiram construir laços de amizade no Conjunto.

“Na vizinhança, na casa de **parentes e amigos**”. (Morador França)

“Quando no bairro, fico em casa, ou saio para o trabalho e visito alguns **amigos e vizinhos** (poucos)”. (Morador França)

“Fico em casa e vou na casa da **vizinha**, mas é de vez em quando”. (Morador Bélgica)

“Em casa ou então quando saio com os **amigos**”. (Morador Alemanha)

“Sim. Em casa, casa de **amiga**, casa de **mainha**”. (Morador Inglaterra)

Apesar de tímida, essa proporção de moradores representa um indício de formação de vínculos conforme a visão de Park (1967, p.30). Para ele, as bases para as associações entre os indivíduos se dão na vizinhança e essa associação local faz com que se desenvolva um sentimento conjunto de pertencimento ao ambiente.

E a única fonte de lazer encontrada por essa parcela de moradores que ainda circula no bairro, seja na calçada ou na vizinhança é essa, ficar como diz os que são

avessos “em porta de rua”. É o espaço em que sentam, colocam cadeiras e ficam passando o tempo.

A pergunta seguinte direcionada aos entrevistados visava de uma forma mais direta identificar o grau de contato que os moradores têm uns com os outros e se propicia a construção de sociabilidade. Trata-se de uma pergunta reiterada, formulada sob outra perspectiva a fim de confirmar e/ou complementar os resultados obtidos no gráfico 10.

Questionados então se eles costumam encontrar e conversar com as pessoas do Conjunto, a maior parte respondeu que sim, mas percebe-se que os encontros e conversas são com os vizinhos mais próximos moradores da mesma rua e mesmo assim, são mais aqueles ritos de cordialidade, de cumprimentar quando a pessoa está passando e conversar sobre trivialidades, mas não algo que revela que os laços são mais estreitados. As falas dos moradores revelam isso:

“As amizades aqui é bom dia boa tarde, boa noite. Quando tem pessoas de vários lugares é meio complicado”. (Morador Alemanha)

“Muito raro, mas somente um bom dia, uma conversa informal sem maiores delongas”. (Morador Itália)

“Sim. Na rua quando passa aqui e a gente está aqui fora”. (Morador Bélgica)

“Converso na calçada. As pessoas passam a gente dá um ei, conversa um pouco”. (Morador Espanha)

“Muito difícil, só os dois vizinhos do lado que a gente fica entre eles, né?” (Morador Bélgica)

“Sim. Quando a gente encontra na rua a gente conversa e tudo, mas é cada um no seu canto”. (Morador Portugal)

E sobre os locais em que eles costumam encontrar e conversar com as pessoas, novamente a maioria diz ser na rua, na calçada e uma pequena parcela diz conversar e encontrar na igreja. Uma moradora reitera “Aqui só tem as ruas e calçadas pra gente sair.” (Morador Alameda A).

Questionados se atualmente no Conjunto eles já construíram vínculos de amizade, a maior parte respondeu que sim, mas com ressalvas, alegando que são poucos e utilizam o termo “colegas”, não “amigos” afirmando que são vínculos ainda de formalidades.

“Amigo entre aspas. É ei e pronto”. (Morador Portugal)

“Conhecidos, amigos não”. (Morador Espanha)

“Mas é só de vizinhança. Ninguém vai na casa do outro não”. (Morador Espanha)

“Já! Bastante. Só colega”. (Morador Bélgica)

“Sim. Mas é mais oi, oi, bom dia! ” (Morador Itália)

“Sim. Conhece de vista”. (Morador Groelândia)

São poucos os casos em que os moradores dizem que podem contar ou que se precisarem eles ajudam, ou seja, que se trata de vínculos de amizade já construídos. A grande maioria denomina de “conhecidos”, “colegas”.

“A maioria me ajuda aqui”. (Morador Alemanha)

“A rua quase toda. O que um precisa o outro ajuda”. (Morador Inglaterra)

“Sim. Muitas” (Morador Alameda A)

“Sim. Todos os vizinhos”. (Morador Itália)

“Poucas amizades ainda”. (Morador Portugal)

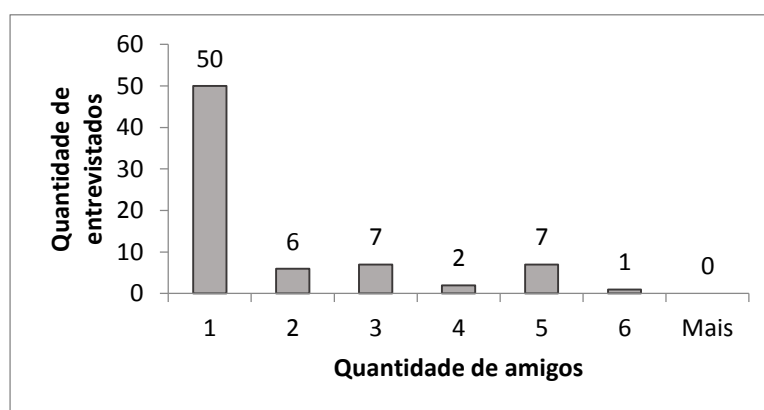
Não obstante as políticas públicas, em sua atuação voltada para os interesses do capital tenham a sua parcela de responsabilidade sobre a segregação social, contribuindo para que vínculos sejam desfeitos e/ou distanciados e ainda, não dando condições para que tais vínculos sejam reconstruídos, há que se pensar também que, o fato de a maior parte das pessoas permanecer em casa pode ser reflexo também do mundo capitalista individualizado que cada vez mais faz com que as pessoas se recolham em suas casas, evitando o contato e socialização com os demais. De acordo com Park (1967, p. 61) tem ocorrido uma expansiva autonomia do homem em relação a vida social. Por meio do transporte e dos meios de comunicação, "mudanças silenciosas" promovem o acirramento da vida individual, transformando os contatos e associações "mais transitórios" e "menos estáveis". Isso faz com que as condições de sociabilidade sejam enfraquecidas, diminuindo a formação de vínculos e conseqüentemente, comprometendo a construção de capital social, elemento importante para o desenvolvimento e fortalecimento de um dado grupo. Mas é importante frisar que tal realidade não exime a responsabilidade que o Estado tem com a falta de políticas públicas como oferta de equipamentos públicos e melhor acesso “à cidade”, para que haja a interação e conexão entre as pessoas.

No que se refere aos vínculos de amizades, questionados se consideram já ter construído novas relações de amizade, dentre os 98 entrevistados, 60 pessoas consideram já terem proximidade e vínculo de amizade no local e as outras 38 consideram não ter construídos vínculos de amizade.

Se comparado com o percentual informado no endereço anterior em que 84 moradores disseram ter amigos e apenas 14 disseram não ter, vê-se que no novo endereço há uma representação menor.

Também quando solicitados a quantificarem as amizades construídas no Conjunto, a média é de um amigo para a maioria dos entrevistados como se vê no gráfico 11. Ao contrário do total que foi demonstrado no gráfico 06 referente ao endereço anterior que revela uma frequência maior de 10 amigos para cada morador.

Gráfico 11. Quantitativo de amizades no Nova Suíça



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Compreende-se assim que a construção de vínculos no Conjunto nesses nove anos, no que se refere a laços de amizade, tem ocorrido, mas de modo comedido. Sendo a maior parte das pessoas representadas na visão dos moradores como “conhecidos”.

Apesar da distância e do afastamento que os moradores sofrem por não estarem mais convivendo no dia-a-dia com os parentes e amigos no endereço anterior, ao serem questionados se eles ainda mantêm contato com essas pessoas, a pesquisa revelou que a maioria, ou seja 83 dos entrevistados ainda mantêm contato com os parentes e amigos no endereço anterior, ou seja, apesar do tempo a maior parte desses moradores não se desapegaram dos vínculos. Porém, são encontros escassos que costumam ocorrer de tempos em tempos e não cotidianamente. “Mãe vem aqui de ano em ano e olha lá”. (Morador Portugal). “De vez em quando eles vêm aqui, mas é muito difícil”. (Morador

Alameda A). Os moradores relatam que isso se dá por dois motivos, primeiro pelas condições financeiras, muitos dizem nem sempre ter condições de arcar com o preço do transporte, e outros alegam a distância, pelo fato de o Conjunto Nova Suíça ficar muito distante do centro e dos outros bairros da cidade. Os moradores desanimam em ter que se deslocar. “Mas já tem um tempinho que não vou lá. Agora os meninos cresceram e tem que pagar ônibus pra todo mundo, é difícil!” (Morador Alemanha)

Mas quando há esse deslocamento, verifica-se que eles “revezam” como diz a moradora, “Eles vêm, nós vai lá”, entretanto, constata-se que é muito mais frequente os moradores se deslocarem do Conjunto para ir visitar seus parentes e amigos do que o contrário. As justificativas concentram-se mais na questão da distância, das condições financeiras e também quanto a violência no bairro como se pode ver:

“Nós vamos mais lá do que eles vêm aqui”. (Morador Alameda A)

“Eu vou lá. Eles muito difícil”. (Morador Portugal)

“Eles não vêm aqui porque é longe, né! Eu que vou lá”. (Morador Inglaterra)

“Eles não vêm aqui. Fala que é muito longe”. (Morador Europa)

“É muito difícil eles virem aqui. Quando sente saudade a gente vai lá”. (Morador Groelândia)

“Vir aqui eles não vieram porque falam que é perigoso”. Eles têm medo”. (Morador Inglaterra)

“É difícil a distância. Eu preciso pagar dois ônibus”. (Morador Alameda)

E para os moradores que vão ao endereço antigo visitar, alguns aos finais de semana, outros demoram mais tempo, mas esses que vão com maior frequência o fazem como um ponto de refúgio, um momento de lazer como retratam as falas das moradoras. “O lazer que eu tenho é lá.” (Morador Espanha). “Estou sempre lá. Domingo aqui eu não fico. Todo domingo eu vou pra lá. (Morador Bélgica). Os moradores associam os vínculos mais sólidos de amizade deixados no endereço anterior como um elo para o prazer de estar junto, de compartilhar a vida. E nesse sentido a moradora da rua Itália faz uma comparação entre os vínculos de amizade que se dão no Conjunto e as que se dão no seu bairro de origem: “Lá tem uma cultura de bairro antigo, as pessoas têm mais vontade de ser e querer ser amigos”. Tal comparação, no entanto, não se pauta à localidade como

pensa a moradora, mas sim à temporalidade como ela mesma diz “cultura de bairro antigo”. Na percepção de Wacquant (2006, p.31), as transformações engendradas pelo capitalismo acarretaram mudanças na forma como as relações comunitárias se desenvolvem no espaço. Para ele, o lugar humanizado, familiar que se construía entre as pessoas em seus territórios, em que havia uma certa cooperação mútua estão se dissolvendo e se formando apenas no âmbito privado, ou seja, as ligações antes comunitárias agora dão lugar a vínculos estritamente familiares.

Chamou a atenção também o fato de uma parcela significativa, 25 moradores, relatar que mantém contato por meio das redes sociais, por telefone e via WhatsApp. A tecnologia torna-se um meio de aproximação entre as pessoas, vencendo o problema da distância e da falta de dinheiro. Mas por outro lado, são mecanismos que mantêm os vínculos já sedimentados, mas não propicia a formação de novos laços, mais especificamente os laços fortes, pois estes como diz Granovetter (1973) precisam de tempo de conhecimento, de investimento emocional e confidencialidade, elementos que se constroem mediante a presença física.

“É complicado, pouco, mas eles vêm, uma vez por ano. A tecnologia faz a gente se manter perto”. (Morador Groelândia.)

“É mais por telefone. Ir lá e vir aqui a distância desanima”. (Morador Bélgica)

“Bem pouco, mais por rede social”. (Morador Alemanha)

“Só por rede social”. (Morador Groelândia)

Quanto aos outros 15 moradores que dizem não manter mais contato com os parentes e amigos no endereço anterior, alguns afirmam que o motivo é a distância mesmo e por questões financeiras, que com o distanciamento os vínculos se perderam. “Os que ficaram lá se afastaram por causa da distância e perdemos contato” (Morador França), “Depois que mudamos, nós não teve mais contato.” (Morador Europa). E nesses casos, os encontros são bem esporádicos, quando se encontram por acaso: “Mas de vez em quando a gente se esbarra lá no centro”. (Morador Inglaterra). “Às vezes vejo na rua, mas eles nunca vieram aqui” (Morador Portugal). Ainda outra parcela desses moradores representa aqueles que não deixaram nenhum parente no endereço anterior. Vieram todos. São novamente aqueles casos que alugaram, venderam ou trocaram de casa para estar mais próximo dos familiares no Conjunto. “Duas irmãs minhas se mudaram aqui pra perto no Acácias.” (Morador Espanha)

Arguidos se a mudança para o Conjunto Habitacional Nova Suíça mudou a vida deles, e solicitados a falar sobre as vantagens e desvantagens de estar morando no Conjunto, a maioria dos entrevistados disse que a vida melhorou sim, mas quase todos concordam que melhorou apenas pelo fato de que o imóvel agora é próprio e que agora estarão na casa que é deles, de não precisarem mais pagar aluguel, ou morarem de favor, ou estarem em áreas de risco. Nesse sentido, a maioria concordou que valeu a pena. Como se pode verificar nas falas:

“Temos a casa própria, mas em termos de facilidade que era piorou”. (Morador Alemanha).

“Melhorou na parte do aluguel só. Lá era melhor!” (Morador Europa)
 “A vantagem que é da gente, Né?” (Morador Bélgica)

“Melhorou porque nós não tinha casa, né! A gente deixa a saudade pra trás, mas nós tem a nossa casa”. (Morador Alameda A)

“Morar no que é seu é muito bom! Essa que é a vantagem”. (Morador Itália)

“A vantagem é que a casa é minha e eu não pago aluguel, mas tirando isso não tem vantagem nenhuma”. (Morador Espanha)

E quanto às desvantagens, as reclamações se distribuem entre a questão da distância, pois como dizem “fica longe de tudo”. Também em relação a conseguir colocação no mercado de trabalho, os entrevistados alegam que no outro bairro conheciam mais pessoas e por isso era mais fácil conseguir “emprego”. Queixam-se de não ter ninguém com quem possam contar e também da falta de equipamentos públicos como escola e praças, além do problema da violência como se pode ver nos comentários:

“Pelo menos lá na mãe era mais fácil eu arrumar alguma coisa. Pra lavar uma roupa, qualquer coisa”. (Morador Inglaterra)

“Até pra arrumar emprego aqui é muito difícil. Lá eu conhecia mais gente, era perto de tudo, aí ficava mais fácil”. (Morador Alameda A)

“Lá minha família ajudava a cuidar dos meus filhos, aqui no bairro Nova Suíça não tenho ninguém que possa me ajudar”. (Morador França)

“Lá qualquer hora que a gente precisava deles, eles servia a gente. Aqui é mais difícil”. (M Portugal)

“Comércio aqui não tem. Ou é lá na avenida no Independência ou é no centro”. (M Bélgica)

“A desvantagem é que não oferece lazer para as crianças”. (Morador Itália)

“Lá eu tinha mais convivência”. (M Bélgica)

“O problema é as diferenças culturais”. (M França)

“Aqui o padrão de vida é inferior, pessoas bem diferentes pra conviver”. (Morador França)

Na perspectiva de Park (1967) as relações humanas estariam embasadas em consensos e em finalidades práticas, principalmente quando se trata de grupos com carências materiais. Tal concepção equivale à mesma perspectiva de Simmel (2006, p.122) quando diz que a socialização se realiza em virtude de interesses. Para ele, o vínculo se solda quando os interesses pretendidos se realizam. Nesse sentido, vê-se que algumas relações outrora construídas no endereço antigo dos moradores baseavam-se no viés prático, no interesse. Isso é evidenciado quando eles relatam que no endereço anterior podiam contar com as pessoas para conseguirem trabalho, para que olhassem seus filhos, já no Conjunto “não tem ninguém que possa me ajudar nesse sentido”. Vê-se então que os moradores sentem a necessidade de se ligarem a outras pessoas baseado em interesses, para que assim consigam auxílio, no caso um posto de trabalho e/ou o cuidado com os filhos para poderem ir trabalhar.

Por fim, a última pergunta dirigida aos moradores a fim de avaliar a satisfação em permanecerem no Conjunto Habitacional Nova Suíça resultou em uma divisão. Questionados se já haviam pensado em se mudar do Conjunto, mais da metade dos entrevistados, 50 moradores foram afirmativos e muitos até enfáticos dizendo sim, que têm o desejo de se mudar do bairro e os outros 48 moradores, quase metade, disseram não.

Aqueles que estão dispostos a se mudar do bairro alegaram os mesmos motivos que já foram discutidos aqui. A questão da violência, da distância, da vizinhança, da falta de equipamentos públicos e de comércio e também a distância dos familiares.

“Meu sonho é mudar daqui”. (Morador Alemanha)

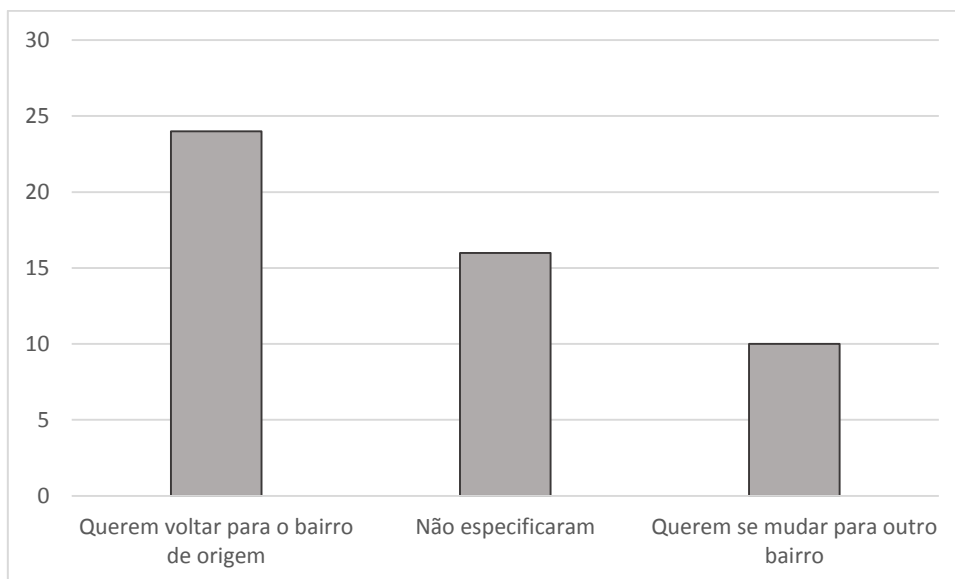
“Porque aqui a gente fica muito isolado pelo fato de não conhecer ninguém”. (Morador Portugal)

“Pra ficar mais perto dos meus filhos. Eu tinha meu lugarzinho lá. Eu gostava do meu lugarzinho lá”. (Morador Espanha)

“Voltar pra lá porque ali tudo a região é boa. Ali tudo os vizinhos, os amigos é um pelo outro”. (Morador Alameda A)

Mas o que chamou atenção foi o fato de que, dentre aqueles que têm o desejo de se mudar, ou seja, 50 pessoas, ao serem questionados para onde eles iriam se pudessem se mudar, a maioria (24) disse que voltaria para o endereço anterior.

Gráfico 12: Para onde iria se pudesse se mudar daqui



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Muitos justificando que assim ficaria próximo dos familiares. Alguns já até saíram da casa no Conjunto para voltar a pagar aluguel no endereço antigo, mas pelas condições financeiras acabaram retornando. Isso demonstra o quanto os laços sociais são condicionantes quanto a decisão de morar ou não em uma dada localidade. É a partir dos vínculos consolidados, quando estão presentes o amparo, a confiança entre os conviveres é que um pode servir de esteio para o outro e então surge a necessidade e o desejo de permanecer ali, junto a rede de ajuda mútua. Vale lembrar que, como já foi mencionado, esses bairros de origem, muitas vezes, apresentam as mesmas dificuldades que são relatadas pelos moradores no Nova Suíça. Principalmente no que se refere a violência e ao tráfico de drogas. Mas é como se a força empreendida pelos laços entre as pessoas sobrepusesse a essas outras dificuldades.

“Já mudei daqui. Já saí pra pagar aluguel, porque minhas meninas estudavam lá, né. Mas tive que voltar”. (Morador Inglaterra)

“Voltava para o Maracanã porque a maioria da minha família mora lá”.
(Morador Alameda A)

“Voltava pra Maiada. Já tava acostumada lá”. (Morador Portugal)

“Voltava pra ficar mais próximo da família”. (Morador Portugal)

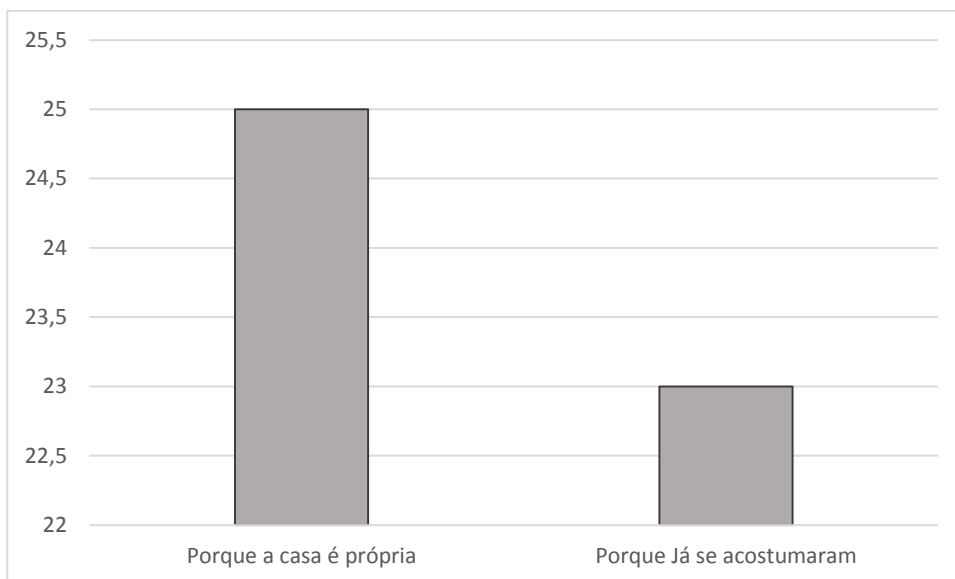
“Por meu marido a gente já estava lá”. (Morador Alameda A)

Alguns moradores também demonstraram que ainda estão no bairro porque não podem vender as casas, mas revelam que assim que a quitarem têm a intenção de se mudar. “Assim que terminar de pagar... a gente gosta de lá” (Morador Portugal). “Eu até recebi oferta pra trocar por uma lá, mas eu fico com medo” (Morador Alemanha). E como já foi abordado, muitos moradores relataram casos de vizinho que vendeu a casa. O morador da Alameda A afirma que das 498 casas, pode-se dizer que 200 ainda são dos primeiros moradores, o restante, todas foram vendidas. “Só nessa rua aqui ó, esse restante de casa aí, todas foram vendidas...Eu sei porque a gente tá aqui desde o início né... Os donos foram tudo embora.” (Morador Alameda A). Teriam esses moradores vendido para que pudessem retornar ao habitat anterior?

Os outros que disseram desejar se mudar para outro bairro diferente do anterior alegam que só não o faz porque não têm para onde ir. Entendem que a casa é própria e nesse caso, vale mais ter a casa própria a ter que arcar com custos de aluguel, ou morar em área de risco. “Mas tem que pensar muito porque sair do que é da gente” (Morador Alemanha). Já pensei em mudar muitas vezes, só não mudo porque não tem pra onde ir” (Morador Inglaterra).

Os que disseram não ter interesse em se mudar que representou também quase a metade dos entrevistados, nesse caso, uma parcela significativa, 48 moradores. Estes dizem não ter interesse em se mudar, ora porque conquistaram a casa própria, ora porque dizem ter se acostumado ao local.

Gráfico 13. Porque não gostariam de se mudar do Conjunto



Fonte: Pesquisa direta, 2020

Aquela parcela que diz não ter interesse em se mudar do Conjunto pelo fato de terem conquistado a casa própria, demonstra o quanto o sentido do morar, de ter um cantinho também se sobrepõe às demais necessidades “Porque eu nunca tive casa e aqui eu tive oportunidade de ter” (Morador Europa). “Apesar de gostar de onde eu morava, gosto daqui, agora é meu lar ” (Morador Alameda A). Alguns até expressam que apesar de estar distante dos parentes, ter a casa própria vem em primeiro lugar: “Melhorou porque nós não tinha casa, né! A gente deixa a saudade pra trás, mas nós tem a nossa casa. (Morador Alameda A)

Mas a outra parte, ou seja, os outros 23 já dizem que gostam do local porque já se acostumaram a morar no Conjunto:

“Aqui está ótimo! ”(Morador Groelândia)

‘Aqui é muito bom, em todos os sentidos’. (Morador Espanha)

“Porque aqui é melhor”. (Morador Bélgica)

“Gostamos muito daqui”. (Morador Bélgica)

“Nunca pensei em me mudar daqui”. (Morador Inglaterra)

“Amamos nosso bairro. Agora as coisas estão melhorando. Já temos posto de saúde, lotação”. (Morador Portugal)

Foi uma surpresa descobrir que esse mesmo grupo que afirmou não ter motivos para querer se mudar do Conjunto por já terem se acostumado, por considerarem o lugar tranquilo, e por estarem satisfeitos no local, correspondem aos mesmos moradores que não deixaram familiares no endereço anterior. São os casos em que ou não tinham familiares no endereço antigo, ou os familiares vieram junto morar próximo a eles nos casos de troca, aluguel ou compra como já foi mencionado. Aqui também está evidenciado o quanto a presença dos entes queridos, ou seja, a sociabilidade pode mudar a perspectiva das pessoas em relação ao lugar em que elas vivem e ao desejo de permanecer nele.

Apesar das dificuldades que esses moradores enfrentavam no seu endereço anterior como a violência, o tráfico de drogas como foi relato por eles. Também a situação das casas situadas em locais de risco como em beira de córregos, ou casas condenadas pela estrutura, ou ainda, casas superlotadas, ainda assim, o tempo vivido nesses locais, os vínculos firmados são motivos suficientes para que esses moradores desejem retornar ao seu antigo lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hegemonia política e econômica do capitalismo em nível mundial foi responsável por promover em todo o mundo um processo de urbanização sem precedentes. A partir dessas transformações, a concepção do espaço urbano enquanto um bem de uso social tem sido ressignificada, condicionando a sua manipulação à ação do capital. Por isso, o espaço urbano tem se tornado efêmero e muitas vezes fragmentado, repercutindo em diversas transformações sociais, culturais e econômicas.

Nesse contexto, as transformações pelas quais as cidades passaram resultou em importantes conquistas como avanços tecnológicos, maior produtividade e diversificação da produção e do consumo. Mas por outro lado, a competitividade e a exploração intensa desencadearam fraturas sociais que resultaram na divisão de classes e exclusão social.

Assim, o espaço urbano não tem sido produzido de modo aleatório, mas com propósitos diversificados e enredado pelos agentes múltiplos que o produzem. A partir dos seus propósitos individuais, esses agentes empreendem constantes embates e as cidades transformam-se em um jogo de forças em que seus agentes estão a todo momento construindo e desconstruindo os espaços na busca incessante pela lucratividade que o capital exige.

Todas essas contradições engendradas pelo capitalismo se refletem também no campo habitacional. A partir da atuação dos agentes imobiliários, a terra se insere na lógica da mercadoria e da cidade capitalista, configurando-se em um palco de disputas por espaço, gerando segregações socioespaciais visíveis tanto na sua dimensão física quanto na dimensão social. De um lado essa urbanização exhibe habitações com infraestrutura, organização e localização espacial melhores, tornando a vida social daqueles que nele habitam bem mais fácil e de outro, sequer há a presença de infraestrutura adequada e a localização se torna um grande problema para as famílias em virtude da distância. Assim, a distribuição dos bairros e alocação da população reflete diretamente a condição social das pessoas que neles vivem.

Em meio a essa ação incessante do capital, as políticas do Estado têm o papel de atuar de maneira a regular esses embates de forças, e principalmente, de modo a preservar e fazer cumprir os direitos sociais previstos em lei. Nesse sentido, o Estado tem implementado programas habitacionais dirigidos a população mais carente para

assegurar-lhes o direito à moradia, sendo um dos mais expressivos o programa Minha Casa, Minha Vida.

Entretanto, o Estado não tem conseguido executar as políticas sociais de habitação de maneira plena, sem que o mercado faça a sua intervenção e acabe debelando algumas ações.

No que tange a oferta de habitações populares, sabe-se que é um direito previsto na Constituição Federal de 1988 e que vem sendo ampliada as suas prerrogativas a partir de fóruns e reuniões internacionais entre nações, desde o ano de 2001, e sistematizada por meio da Carta Mundial pelo Direito à cidade. Muito desse debate tem como referência o “direito à cidade” pensado por Lefebvre a partir de um conceito contrário a ordem provocada pelos ditames de uma urbanização desenfreada e regulatória. As críticas de Lefebvre direcionavam-se aos gestores públicos como forma de suscitar a reflexão sobre a real função da cidade enquanto o lugar do encontro, da comunhão e não como um valor de troca.

As discussões e debates avançaram ao longo dos anos para prerrogativas que em tese, garantiriam a oferta de habitações em terra urbanizada e bem localizada. Essas prerrogativas compõem na atualidade os discursos impressos nas legislações urbanas dentre eles os planos diretores das cidades baseado no Estatuto da Cidade. Mas a intervenção dos agentes imobiliários materializados na figura das incorporadoras e de especuladores imobiliários e a omissão do Estado frente a essa ação resulta na construção de moradias em áreas distantes dos centros urbanos e desprovidas de equipamentos públicos básicos.

Assim, as habitações de interesse social são construídas nos terrenos mais distantes dos centros, ocupando as bordas da cidade e desencadeando uma série de entraves na vida dos moradores.

Muitos desses entraves são comumente identificados e reconhecidos pelo Estado, mas existem consequências sociais para a vida dos moradores e para o desenvolvimento social comunitário que sequer são levados em consideração na formulação das políticas públicas habitacionais. Trata-se da desestruturação da sociabilidade presente no corpo social de um dado grupo comunitário. A sociabilidade assentada representa uma comunhão de hábitos, normas e costumes que compõem a identificação de um grupo. É um componente essencial para a construção de vínculos, de confiança entre os convíveres e a formação do sentimento de comunidade, de sentir-se membro de um determinado grupo.

Essas condições são de igual modo essenciais para a formação do capital social que, a partir da confiança solidificada, se materializa na ajuda mútua, no apoio, ou seja, em benefícios coletivos tanto para o indivíduo quanto para a comunidade, alavancando o desenvolvimento social dos grupos.

Nesse sentido, o que as políticas públicas de habitação, combinadas a ação do capital têm provocado é a ruptura, a desconstrução dos laços de sociabilidade consolidadas.

Os conjuntos habitacionais de interesse social são construídos em larga escala, são praticamente a construção de um bairro que abriga em média duzentas, trezentas chegando ao limite de quinhentas famílias como é o caso do Conjunto Habitacional Nova Suíça, objeto empírico desse trabalho. Essas frações implicam em deslocamento, em uma infinidade de quebras de laços sociais sedimentados no endereço de origem dos moradores, provocando grandes transformações no modo de vida, inviabilizando a continuidade de uma dinâmica específica e impelindo esses moradores a terem que lidar com novos espaços da vizinhança, da casa.

Nesse sentido, apesar de o Estado estar garantindo a conquista da casa própria, há a dificuldade de quantificar e estabelecer o valor para determinadas coisas como a relação de anos com parentes e vizinhos que, ao serem inviabilizadas, culminam na perda de referências culturais e simbólicas ligadas aquele espaço específico. A casa se estende para além da habitação e, portanto, ter que se desapegar de um lugar onde se viveu por anos abre-se um processo de construir espacialmente uma nova casa, ou mais precisamente, um novo lar.

Nesse novo espaço, como foi evidenciado no Conjunto Habitacional Nova Suíça, os moradores ainda precisam enfrentar dificuldades que acirram ainda mais o distanciamento entre os amigos e familiares deixados no antigo endereço, já que os conjuntos habitacionais estão em locais mais afastados do centro da cidade. Longe das áreas mais centrais e na maior parte das vezes, mais distantes ainda dos bairros de onde vieram, os moradores relatam que pela distância, sempre dependem de ônibus para se deslocar e nem sempre têm condições de arcar com os custos da passagem.

A ausência de equipamentos públicos no novo local de moradia também representa um entrave para a construção de novos laços de amizade entre os moradores. O Conjunto Habitacional Nova Suíça em toda a sua extensão é constituído por um aglomerado de casas. O conjunto habitacional não dispõe de comércios, hospitais, escolas, praças, parques, creches, associação de moradores, elementos estes que são

espaços do encontro, da conversa, da convivência e da partilha e, por isso, essenciais para a construção de sociabilidade. Portanto, carece de espaços públicos que promovam a convivência local e, apesar de já contar com nove anos de implantação, mostra-se destituído das expressões simbólicas de identidade de grupo.

Há no bairro uma estigmatização velada. Como a grande maioria dos moradores são advindos de bairros diversos, há uma diversidade social bem expressiva que causa “estranhamento” entre os moradores por aquilo que para eles é “diferente” desencadeando assim uma certa repulsa para com a vizinhança e acirrando-se ainda mais em virtude da violência e tráfico de drogas presente no bairro. Também essa estigmatização torna-se um elemento dificultador para a aproximação, a convivência e possível formação de vínculos.

Longe daqueles que outrora representava para esses moradores um ponto de apoio e com quem “podiam contar”, diversas dificuldades surgem como: abdicar do trabalho por não ter com quem deixar os filhos, a dificuldade de encontrar trabalho por não ter uma rede de amigos que possam colaborar nesse sentido, ter que se manter mais dentro de casa como proteção contra a violência, e a distância em relação aos equipamentos comunitários, pois precisam deslocar-se até o bairro mais próximo para serem atendidos.

Por tudo isso, os moradores sentem-se afetados por estados psicológicos diversos, tais como: medo, desconfiança, falta de apoio e de ajuda, sensação de isolamento, falta de pertença ao local em que vive.

Nessa enseada, as políticas públicas habitacionais vigentes demonstram-se incapazes de enfrentar essas estratificações expressas no espaço. Qual a possibilidade que os órgãos governamentais têm de pensar em construções habitacionais que mantenham os moradores próximos ao local de origem, preservando a manutenção dos vínculos? Que ações concretas deverão ser implementadas para que os conjuntos habitacionais sejam edificadas em áreas mais urbanizadas e de fácil acesso? Faz-se necessário maiores reflexões e debates sobre todas as nuances que envolvem os percalços dos deslocamentos para conjuntos habitacionais, tendo um olhar sobre o aspecto social dessa transmutação do espaço e levando em conta que a cultura como processo de identificação comunitária é componente essencial do sentimento de comunidade, do sentir-se membro de um determinado grupo, de participar de um projeto concreto de vida que estimule a sociabilidade, o capital social e o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba** 5 (10), 2015, 841-964. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/2195>. Acesso em: 28/jul/2019

AGULHON, Maurice. La sociabilité méridionale (Confréries et associations dans la vie collective en Provence orientale à la fin du XVIIIe siècle), 2 vols., Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire, 1966. A reedição de 1968: Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence. Essai sur la sociabilité méridionale, Paris, Fayard, 1968.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Habitação e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, Vol.10, n1, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Carta mundial pelo direito à cidade, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26/07/19

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de jul. de 2001. **Estatuto das cidades**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.geometrica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 27/07/19

BRASIL. Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Ministério das Cidades. Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). **Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários**. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Pesquisa de Satisfação dos beneficiários do**

programa Minha Casa Minha Vida. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BRASIL. Ministério das cidades. **Secretaria Nacional de Habitação.** Brasília, 2016.

BRASIL. **Política nacional de habitação.** Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, 2005,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm

BRASIL. **Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Brasília, 07 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 09/07/2019.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34 e Edusp, 2000.

CAMPOS, André; POCHMAN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie. **Atlas da Exclusão social no Brasil,** volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Ed Cortêz, 2003.

CARVALHO, Adail Ribeiro. **Planejamento Urbano** – Por estratégia de inclusão territorial. 2008. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-epublicacoes/planejamento-urbano-%E2%80%93-por-estrategia-de-inclusao-terr>, acessado em 24/04/2019.

CASTEL, Robert. **Da indigência a exclusão, a desfiliação.** Saúde e Loucura, Grupos e coletivos. Ed. HUCITEC, nº04. 1994, p. 21-48. Disponível em <<http://normativos.confed.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology,** v. 94, n. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p. S95-S120, 1988.

CONGRESSO NACIONAL. Consultoria de orçamentos fiscalização e controle. Avaliação de políticas públicas: Programa Minha Casa Minha Vida, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/avaliacao-de-politicas-publicas-programa-minha-casa-minha-vida-feff>. Acesso em: 28/07/19

CORBUSIER, Le. Por Uma Arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1981

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: editora Ática, 1995.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas.** Paris. 1948.

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./jun. 2004.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Gerência Executiva Habitação Montes Claros – MG**: extratos de convênio, Seção 3. 02/09/2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/99186379/dou-secao-3-02-09-2015-pg-107>. Acesso em: 17/10/2019.

DURKHEIM, Émile. De la division du travail social. Paris: PUF, 1893.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86

ESCOBAR, Arturo. **Encontering development**: the making and the unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fioro. **Minha Casa, Minha Vida: uma análise muito interessante**. 2009. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minha-vidaanalise-muito.html>. Acesso em: 20/04/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Uma rede de solidão. São Paulo, 20 fev. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2002200002.htm> Acesso em: 14/07/2019.

FREUD, S. Mal-Estar na Civilização. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929).1996e

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Abril, 2018. Disponível em:<http://fjpdados.fjp.gov.br/deficit/>. Acesso em 26/07/2019.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP,1991.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC. Publicação original: 1981. Digitalização: 2004

GOMES. P. I. J. **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG**. 2016. 220f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

GOMES, W. Considerações sobre a submissão de projetos que utilizam métodos qualitativos de pesquisa para agências financeiras. **Anais do 3º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico**, ANPEPP. Águas de São Pedro, São Paulo,1990. 239-243.

GRANOVETTER, M.S. The strenghtofwerakties. **American journal of sociology**.v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

IBGE . **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IBGE. **Cidades e estados. Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html> Acesso em: 24/08/2019

JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". In: VALLADARES, L. P. (org.), A Escola de Chicago: **Impactos de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte & Rio de Janeiro: Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. Fotografias: Tomás Rezende. São Paulo: Ed.34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: L'aproduction de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MAGNANI, José Guilherme cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17 nº 49 junho/2002.

MARTINS, José de Souza. Periferia Revisada: depoimento. São Paulo. **Espaço & Debates**, ano XVII, 2001.

MATHIVET, C. (orgs.). **Cidades para todos**: propostas e experiências pela direito à cidade. Santiago: Habitat InternationalCoalition.

MAUTTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In DÉAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 244-259.

MAXIMIANO, Liz. Considerações sobre o conceito de Paisagem. **R. RA'É GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR.

MONTES CLAROS. **Lei Municipal Nº 3031, de 06 de julho de 2002**. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Montes Claros e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-montes-claros-mg>. Acesso em: 20/10/2019

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Plano Diretor de Montes Claros**. Montes Claros: PMMC/SEPLAN, 1995.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Plano Diretor de Montes Claros**. Montes Claros: PMMC/SEPLAN, 2016. Disponível em: <http://montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/Novo%20Plano%20Diretor%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%2012%20fev%20-%2020216.pdf> Acesso em 26/10/2019

MOTTA, V. C. da. **Gerar capital social**: tarefa da “educação periférica” segundo Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/vaniacardosodamotta.pdf>. Acesso em 09/07/2019.

PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO (Org). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1967.

PEREIRA, Raimara Gonçalves. Estigmatização Territorial: Um olhar sobre o Conjunto Habitacional Santos Dumont em Montes Claros – MG. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 77.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de História das Ideias**, n.1, pp.7-20. Porto (Portugal), 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Lei 3.936, de 09 de maio de 2008: dispõe sobre as Zonas Especiais de Interesse Social. Montes Claros: Disponível em http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/leis-2008/mai-08/lei_3936_08.pdf Acesso em 16/09/2019.

PUTNAM, Robert D.. 2006. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5.ed.Rio de Janeiro: FGV

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais**: do "indizível ao "dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, 1987.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 3, pp.1334-1356. 2018 Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/31328/26004>. Acesso em: 12 out. 2019

ROLNIK, Raquel. "Plano diretor: Estatuto da Cidade: Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza". **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v.25, n. 52, p.15, jan/jun.2002.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das

finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWEIZER, P. J.; PIZZA JUNIOR, W. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 5, p. 54-69, 1997.

SILVA, Oséias Teixeira da. O Mercado de Terras Urbanas: Algumas questões para debate. **Revista GeoNordeste**. Sergipe, ano XX, n. 2.2009, p 122-132.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO (Org). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1967.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. São Paulo, **Revista Tempo Social**, vol. 5 números 1-2, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1994.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar, in: NUNES, E. O. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.36-46.

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra - Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 2001. 392p.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WACQUANT, L.. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Revista do Departamento de Sociologia** – Faculdade de Letras/UP, vol.XVI, Porto, 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>>. Acesso em jan.2020.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright (Org.). **Max Weber** - Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WELLMAN, B. Physical place and cyberplace: the rise of personalized networking. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 25, n. 22, p. 227-252, Feb., 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.00309> Acesso em: 09 jul. 2019.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1967.

ANEXO I

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL -
UNIMONTES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME DO PESQUISADO:

ENDEREÇO: Rua: _____ N° _____

1 – Quando sua família veio para o Conjunto Habitacional?

2 – De qual bairro vieram?

3 – Mas por que vocês quiseram vir para cá? Para o Conjunto Nova Suíça? Qual o motivo? Pagava aluguel? Morava de favor? Área de risco? Ou outra situação?

4 – Quantas pessoas da família vieram?

5 – Quantas pessoas da família ficaram no bairro de onde vocês vieram?

6 – Vocês tinham amizades no endereço antigo?

7 – Quantas pessoas que não são parentes, mas que tinham uma proximidade e ficaram por lá?

8 – Mas me conta um pouco como era morar lá no seu endereço anterior? Era bom ou ruim? Por que?

9 – Depois que se mudaram para o Conjunto, quais as dificuldades vocês enfrentaram logo que chegaram aqui?

10 – Você sente falta de contato com as pessoas que eram da sua convivência? Como isso te afetou?

Sentiram - se menos seguros?

Sentiram - se tristes?

Sentiram - se mais vulneráveis?

Sentiram - se menos confiantes?

Sentiu falta de apoio, de ajuda?

11 - No seu dia-a-dia aqui no Conjunto, você gosta mais de ficar dentro de casa ou em outros espaços? (Na calçada, no quintal, na vizinhança, no trabalho, na casa de parentes, amigos, etc.)?

12 – Você costuma encontrar e conversar com as pessoas aqui do conjunto? Se sim, em quais espaços? Na praça? Igreja? Na rua? Na calçada?

13 - Atualmente aqui no Conjunto, vocês consideram já ter construído novas relações de amizade?

14 – Quantas pessoas vocês têm proximidade e vínculo de amizade aqui?

15 - A família ainda mantém contato com amigos e/ou familiares moradores no bairro de onde vieram?

() Sim. Como? _____

() Não. Por quê?

16 - Você acha que a mudança para cá melhorou a vida de vocês? Conta um pouco sobre as vantagens e desvantagens de estar morando aqui no Conjunto. Em outras palavras, o que é bom e o que é ruim aqui no Nova Suíça?

17 – A família já pensou em se mudar do conjunto?

() Sim. Por que?

Para onde?

() Não. Por que?
